

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Augusta da Silva Franco Dantas

**Cidade, Município e Educação:
dinâmicas culturais e educativas no
Município de Ponte de Lima na
perspectiva da Cidade Educadora**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Augusta da Silva Franco Dantas

**Cidade, Município e Educação:
dinâmicas culturais e educativas no
Município de Ponte de Lima na
perspectiva da Cidade Educadora**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Associativismo e
Animação Sociocultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor António Sousa Fernandes

Junho de 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

A ti, a quem devo quem sou.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Sousa Fernandes, por todo o apoio que me concedeu ao orientar a presente dissertação e pela paciência nos momentos de desânimo.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Eng.º Victor Mendes, pela autorização na recolha das diversas informações junto dos equipamentos do município e pela disponibilidade demonstrada em conceder-me uma entrevista, fundamental para a parte empírica desta dissertação.

Ao Senhor Vereador da Educação do Município de Ponte de Lima, Dr. Franclim Castro e Sousa, pela prontamente imprescindível colaboração prestada ao responder ao inquérito solicitado.

Aos técnicos responsáveis pelos vários equipamentos, nomeadamente, Dr. Dantas Lima, Dra. Cristiana Freitas, Dra. Ana Carneiro e Eng.º Eva Barbosa pela prontidão no fornecimento de informações relativas aos diferentes serviços e sem as quais a fundamentação desta dissertação ficaria com certeza bem mais pobre.

Uma referência especial ao Professor Doutor Fernando Ilídio pelo estímulo à realização deste estudo e pelo modo sensato e ponderado como dirigiu este mestrado motivando e apoiando os vários discentes. Um director sempre atento, presente e dedicado que transformou o que poderia ser um mero passo académico numa sólida pegada de humanidade.

Resumo

Na hoje designada Comunidade Educativa, as autarquias podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de políticas de fomento de uma participação cívica activa. Através de uma colaboração, em parceria, entre todos os agentes da cidade, o conceito “Comunidade Educativa” deixa de constar apenas na legislação, passando na prática a significar um território comum onde as responsabilidades de formação e aprendizagem são cooperativamente partilhadas entre os vários actores educativos.

Este trabalho pretende apresentar os principais projectos/propostas educativos e as actividades promovidas e/ou apoiadas pelo Município de Ponte de Lima, e que julgamos seguirem os primeiros passos no sentido pleno de englobar os princípios de uma cidade/sociedade que se pretende educadora. Embora ainda nos pareça haver um longo caminho a percorrer, acreditamos que os “sinais” demonstrados no percurso das opções educativas e culturais no concelho reflectem uma preocupação no sentido de uma sociedade “englobadora” e participativa, voltada para uma cidadania activa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Município; Cidadania, Cidade; Projecto.

Abstract

As for today's designation of "An Educative Community", the municipalities can perform an important role in developing political measures that incentivize to an active and civil participation. By cooperating, in partnership with all the city associations and institutions, the concept of "Educative Community" will stop being only reported in the legislation and therefore might change its meaning to a common territory, where the responsibilities of learning and formation should be shared in a cooperative way between the various members of the local community.

This essay analyses the major projects / proposals and educational activities sponsored and / or supported by the Municipality of Ponte de Lima, which we believe follow the first steps towards full embrace of the principles of an educating city/society . Although it seems there is yet a long way to go, we believe that the "signs" shown in the course of educational and cultural options in the county reflect a concern towards a "including" society and participatory, focused on active citizenship.

KEYWORDS: Education, Municipality, Citizenship, City, Project

Índice geral

Capítulo I: Cidade, Educação e Município	1
1.1 Cidade, espaço público e cidadania	1
1.2 Cidade Educadora: o caso de Barcelona	15
1.3 Município e Educação	18
Capítulo II: O Município de Ponte de Lima	22
2.1 Definição da problemática e metodologia da investigação	22
2.2 Descrição do concelho: contexto geográfico, socioeconómico e patrimonial	29
2.3 A organização do Município	42
Capítulo III: Actividades municipais no âmbito da educação formal	50
3.1 Os jardins-de-infância e centros educativos	50
3.2 Outras formações escolares existentes no concelho	52
3.2.1 As escolas profissionais	53
3.2.2 O ensino superior	57
3.2.3 A articulação destas formações com o Município.....	62
Capítulo IV: Serviços e actividades Municipais no âmbito da cultura e educação não formal	64
4.1 Serviços e projectos municipais	64
4.1.1 Biblioteca Municipal.....	65
4.1.2 Arquivo Municipal	74
4.1.3 Teatro Diogo Bernardes	79
4.1.4 Museu dos Terceiros	82
4.1.5 Área de Paisagem Protegida	86
4.1.6 O Festival Internacional de Jardins	93
4.2 Os espaços de exposições	96
4.2.1 Museu Rural	96

4.2.2 Casa do Arnado	97
4.2.3 Torre da Cadeia	98
4.2.4 Capela das Pereiras	100
4.2.5 Centro de Arte e Cultura	101
4.3 As associações	102
4.3.1 A Associação Cultural “As Unhas do Diabo”	108
4.4 A intervenção do Município nestas actividades	108
Capítulo V: Eventos que animam o concelho	109
5.1 A tradição nos eventos	109
5.2 A inovação nos eventos	112
5.2.1 As feiras	112
5.2.2 Outras feiras	115
5.3 Os festivais	119
5.4 As dinâmicas culturais e educativas induzidas pelos eventos	123
Capítulo VI: A voz dos actores locais	125
6.1 Análise das entrevistas	125
6.2 As potencialidades e limitações da intervenção municipal	133
Capítulo VII: Conclusão	135
Bibliografia	142
Referências Bibliográficas	147
Anexos	155

Índice de figuras

Figura 1: Mapa do Concelho de Ponte de Lima e seus acessos	30
Figura 2: Organigrama do Município de Ponte de Lima	44
Figura 3: Número de alunos nos jardins-de-infância do concelho	51
Figura 4: Número de alunos no 1º ciclo do Ensino Básico do concelho.....	52
Figura 5: Fachada da Biblioteca Municipal de Ponte de Lima	66
Figura 6: Actividades da bebeteca.....	71
Figura 7: Actividades da Área Projecto da Biblioteca Municipal	72
Figura 8: Actividades do Arquivo Municipal	76
Figura 9A: Actividades do Serviço Educativo do Arquivo Municipal	78
Figura 9B: Actividades do Serviço Educativo do Arquivo Municipal	79
Figura 10: Fachada do Teatro Diogo Bernardes	80
Figura 11: Visita guiada ao Museu dos Terceiros.....	85
Figura 12: Actividades da Área de Paisagem Protegida 2008	89
Figura 13: Observatório da Natureza.....	91
Figura 14: Actividades do Serviço Educativo da Área Paisagem Protegida 2009.....	92
Figura 15: Candidatos seleccionados no Festival de Jardins 2009.....	94
Figura 16: Número de propostas apresentadas de 2006 a 2009	95
Figura 17: Cartaz Festival Internacional Jardins 2009	98
Figura 18: Fachada da Capela das Pereiras	100
Figura 19: Cartaz das Feiras Novas 2009	110
Figura 20: Cartaz da Vaca das Cordas 2009	111

Figura 21: Feira de Ponde de Lima	112
Figura 22: Cartaz da Feira do Cavalo 2009	115
Figura 23: Cartaz da Feira Medieval 2009	116
Figura 24: Cartaz da Feira da Caça, Pesca e Lazer 2010	117
Figura 25: Cartaz da Feira de Artesanato	118
Figura 26: Cartaz da Festa do Vinho Verde e dos Produtos Regionais 2010	118
Figura 27: Cartaz da Feira dos Petiscos 2010	119
Figura 28: Cena da peça “As bodas de Fígaro”	121
Figura 29: Cartaz do Festival Internacional de Folclore	122
Figura 30: Cartaz do Festival Expolima 2010	123

Índice de gráficos

Gráfico 1: Evolução da população residente no concelho de Ponte de Lima	31
Gráfico 2: Índice de Envelhecimento dos concelhos do Alto Minho.....	32
Gráfico 3: Evolução do emprego por sector	34
Gráfico 4: Número espectadores Teatro Diogo Bernardes 2009.....	81
Gráfico 5: Visitantes Festival InternacionalJardins 2009.....	96
Gráfico 6: Visitantes do Museu do Arnado 2009	97
Gráfico 6: Visitantes da Torre da Cadeia 2009	99

Índice anexos

Anexo 1- Actividades Área Projecto do Arquivo Municipal.....	157
Anexo 2 - Visitas ao Arquivo – Ano Lectivo 2008/2009.....	158
Anexo 3 – Porgramação do Teatro Diogo Bernardes 2009.....	160
Anexo 4 – Caracterização das Visitas guiadas ao Teatro Diogo Bernardes 2009/2010.....	162
Anexo 5 - Programação Área Projecto do Museu dos Terceiros 2008/2009.....	164
Anexo 6 – Lista Associações do Concelho de Ponte de Lima.....	166
Anexo 7 - Programação dinâmicas culturais 2010.....	168
Anexo 8 A – Entrevista Vereador da Educação e Cultura do Município de Ponte de Lima.....	169
Anexo 8 B – Entrevista Presidente do Município de Ponte de Lima.....	173

Introdução

Um percurso de investigação no âmbito do Mestrado, como é o que aqui se relata, contém alguns períodos de recolhimento, principalmente na fase de escrita da dissertação. Contudo, tal facto não significa que se converta num empreendimento solitário tratando-se sim de um estudo que é, na sua essência, colectivo e colaborante. Neste tipo de pesquisa, o relatório final é o corolário de um trabalho de pesquisa de terreno e, nesse sentido, o trabalho tem as marcas de colaboração de muitas pessoas, a quem se expressa um justo reconhecimento.

Embora este projecto de investigação de Mestrado tenha iniciado formalmente em 2009, o percurso que lhe subjaz é anterior a esta data. Temas como educação e cultura desde sempre despertaram a nossa curiosidade, muito devido a uma formação académica de base voltada para o ensino e a alguma experiência na leccionação. Posteriormente, o facto de desempenhar funções como colaboradora do Município de Ponte de Lima em áreas que onde esses dois temas se “embrenhavam” constantemente despertou ainda mais o interesse na percepção destes assuntos. Se a tudo isto, acrescentarmos a opção pela frequência do Mestrado de Associativismo e Animação Sociocultural e a oportunidade de assistir a aulas de disciplinas como “Sociologia”, “Imigração, Minorias e Interculturalidade” ou “Cidade e Município: Organização Cultural e Educativa” acreditamos que facilmente se torna perceptível o porquê da escolha de tratamento do tema Cidade Educadora.

Embora ainda curta, a experiência destes últimos anos como técnica na Administração Local foi essencial para me ajudar a compreendê-la como entidade próxima do cidadão e, por isso, com um papel preponderante junto da comunidade. Uma administração com imenso potencial e com peso indelével na vida quotidiana do Município e simultaneamente numa posição privilegiada na orientação da definição de um rumo no caminho da cidadania e da cooperação.

Nas sociedades democráticas, a Educação constitui um direito fundamental, um serviço público que deve ser assegurado pelo Estado como um garante para a igualdade de oportunidades, independentemente da origem social e económica de cada cidadão. Com a entrada na era da sociedade de informação, o capital humano e a formação pessoal e profissional tornam-se um factor essencial para o desenvolvimento de qualquer região. As competências profissionais, a criação, a transmissão e a aplicação do conhecimento, constituem hoje uma mais-valia e um factor de qualificação dos Estados.

Mas a Educação, fazendo parte integrante da sociedade, encontra-se a viver uma série de mudanças, devido, basicamente, às próprias transformações verificadas na sociedade actual.

Uma nova sociedade desafiadora que exige mudanças por vezes radicais e profundas que vão mais além dos sistemas educativos formais e do ensino regular. A educação ao ser entendida como um processo ao longo da vida será da responsabilidade dos diferentes agentes que fazem parte da chamada Comunidade Educativa, e não apenas da Escola, enquanto instituição de ensino.

A reafirmação da Educação e da Cultura como instrumentos poderosos na contribuição para a luta a favor da coesão social ou a formação de uma cidadania crítica e solidária, mais criativa são apenas alguns exemplos de desafios que deve enfrentar a Educação no presente e no futuro mais imediato se queremos construir a sociedade educadora proposta pela UNESCO: uma educação cujo objectivo fundamental é o de “aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver”.

Num contexto de redefinição do papel do Estado e do reforço das competências dos Municípios na área da Educação, emerge a relação entre a escola e a cidade e, como afirma Machado (2004, p.161), “a força da metáfora da cidade educadora, enquanto ideia-projecto que realça a potência educativa da cidade e a intencionalidade educativa da acção social, cultural e educativa do município”.

Nos últimos anos, foram vários os mitos criados em torno do conceito de cidade. Esta passou a ser vista como espaço do ter, do poder da tecnologia, da quantidade, da igualdade. E, conseqüentemente, tal percepção acarretou consigo problemas graves como a massificação despersonalizante, a exclusão social, o desemprego, a insegurança ou as rupturas ambientais.

A nossa percepção é de que a sociedade evidencia, cada vez mais a necessidade de promover a participação cidadã em torno de um projecto comum, desenvolvido pelas pessoas e instituições que vivem a/na cidade como verdadeiros “actores” educativos e agentes da mudança.

E aqui a ideia de Cidade Educadora comporta um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social e cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potência educativa da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não formal (idem, p. 164).

Na diversidade de conceitos de cidade educadora, emerge aquele que coloca o Município no elo central da rede, quer seja na organização, na promoção e oferta de programas e serviços educativos, sociais e culturais, quer no apoio às actividades da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política global que concretize um projecto educativo global da cidade.

Procurou-se, então, incidir o estudo na caracterização das várias actividades de carácter cultural e educativo desenvolvidas no concelho de Ponte de Lima e, na sua maioria, organizadas e/ou apoiadas pelo órgão de administração local mais próximo da população, ou seja, o município.

Depois da pesquisa, leitura e reflexão de estudos e obras publicadas por diversos investigadores acerca do tema, a análise de documental de vários elementos dos equipamentos municipais, a elaboração de questionários e respectiva análise, decidimos estruturar a dissertação em sete capítulos e iniciamo-la com uma introdução.

Passamos a destacar de modo resumido a informação que se encontra nos vários capítulos.

A tese segue uma apresentação lógica com a “Introdução” a efectuar um enquadramento geral e a justificação da escolha do tema e a apresentar as hipóteses levantadas e a metodologia seguidas, bem como as limitações do presente trabalho.

O Capítulo I, intitulado “Cidade, Educação e Município” introduz um enquadramento conceptual teórico que se inicia numa breve reflexão acerca da origem das cidades, a importância do espaço público e a clarificação de conceitos como “cidade” e “cidadania”. Esta explanação de conceitos serve de mote para a abordagem ao tema central da dissertação: o conceito de Cidade Educadora. E é então que no ponto 1.2 do capítulo se descreve o caso de Barcelona, como modelo de referência.

No Capítulo II, com o título “O Município de Ponte de Lima”, justificamos a opção pela metodologia de investigação e definimos a problemática. Já no ponto 2.2, há um enquadramento do estudo de caso através da descrição do concelho de Ponte de Lima considerando a sua caracterização nos contextos geográfico, socioeconómico e patrimonial.

Por último, abordamos a organização da autarquia – divisões e serviços – focando a importância do Conselho municipal de Educação.

O capítulo seguinte inicia-se com a referência aos jardins-de-infância e aos centros educativos, sendo este o primeiro ponto do Capítulo III. É ainda nesta secção que, sob o tema “As actividades municipais no âmbito da educação formal, destacamos as escolas profissionais existentes no concelho e ainda outras formações escolares como é o caso de três instituições de ensino superior.”

Dos “ serviços e actividades municipais no âmbito da cultura e da educação não formal” que compõe o Capítulo IV, fazem parte os vários serviços e projectos municipais (4.1), os espaços de exposições (4.2) e as associações. O capítulo fica concluído com o ponto 4.5, onde se faz uma breve referência à intervenção do município nessas actividades.

Do capítulo V fazem parte os eventos que animam o concelho, considerando tanto aqueles de carácter tradicional como sejam a Vaca das Cordas ou as Feiras Novas (5.1), como os de cariz mais inovador (5.2) que nos últimos anos se propagam pelo país sob o título de “feiras” e “festivais (5.2.1)”. A encerrar o tema do capítulo, em breves parágrafos, alude-se às dinâmicas sociais e educativas induzidas pelos eventos

O Capítulo VI integra “A voz dos actores locais”, compondo a parte empírica do trabalho. É nele que apresentamos uma análise das entrevistas efectuadas ao Presidente do Município de Ponte de Lima e ao Vereador responsável pelos pelouros da Educação, Cultura, Desporto e Acção Social relativamente aos principais temas levantados na investigação.

No Capítulo VI abordamos ainda questões como o critério de selecção dos entrevistados, os projectos e actividades desenvolvidos no concelho, os eventos de maior afluência, o grau de envolvimento da população, o papel do município na escolha das actividades realizadas e, por fim, num último tópico (6.2), as potencialidades e limitações da intervenção municipal numa perspectiva de Cidade Educadora são também alvo de análise.

Concluindo, apresentamos o Capítulo VII, onde se retomam alguns dos pontos já focados inicialmente como ponto de partida da dissertação – apresentam-se as razões de escolha do tema e os objectivos de partida.

Os resultados dos dados obtidos pela análise dos dados provenientes de documentos e entrevistas são aqui aflorados e, por último, introduzem-se algumas reflexões sobre as potencialidades implícitas na dinâmica local observada à luz da literatura entretanto apresentada e discutida nos capítulos anteriores, tendo sempre em vista o conceito de Cidade Educadora.

A Bibliografia e os Anexos, onde se incluem as perguntas e respostas das entrevistas efectuadas aos dirigentes da autarquia, nomeadamente ao Presidente do Município de ao Vereador da Educação e Cultura, completam este estudo.

Capítulo I

Cidade, Educação e Município

1.1 Cidade, Espaço Público e Cidadania

“Chama-se cidade a uma reunião de homens que se juntam para viverem felizes, e chama-se grandeza de uma cidade não à dimensão do lugar mas sim à multidão dos seus habitantes.”

J. Botero in “Das causas da grandeza e da magnificência das cidades”

A origem das cidades

As causas que deram origem ao nascimento das cidades não surgiram ao acaso, foram sim comandadas por uma função bem definida. Poderemos encontrá-las nas condições naturais da terra, nas boas bases para o comércio, nos locais de defesa, à volta dos mosteiros, e na existência de universidades.

A presença de condições naturais favoráveis (clima propício, água abundante, solos prósperos) potenciadores de recursos alimentícios para toda a comunidade e a possibilidade de alguns dos seus membros se dedicarem a outras actividades em função da comunidade, terão estado na origem das inúmeras cidades existentes na Antiguidade. Assegurada a subsistência de todos os seus membros, estas organizações tinham condições para fazerem face às

inconstâncias do meio ambiente e para se lançarem na procura de formas que melhorassem e aperfeiçoassem as técnicas de produção. Assim, a um clima favorável, juntar-se-ia uma organização social base para velar pelos interesses de toda a comunidade.

Uma segunda origem poder-se-ia buscar à actividade comercial. Lugares de excelência para a troca de produtos, feiras, proximidade do mar, vias de comunicação importantes são causas potenciadoras para as famílias se irem juntando, crescendo e organizando.

A função de defesa das pessoas é uma das preocupações mais antigas dos povos, uma vez que os homens cedo sentiram necessidade de se defenderem dos seus inimigos para promoverem a sobrevivência do grupo (protecção de bens e pessoas). Desta forma, dá-se o florescimento de aglomerados populacionais – cidades – junto de castelos fronteiriços, locais de importância estratégica e como necessidade intrínseca dos povos.

Em determinados lugares do globo, as cidades terão nascido à volta do factor religioso. Não foi à toa que S. Agostinho chamou a uma das suas obras “A cidade de Deus”.

Segundo Tavares, podemos distinguir aspectos que definem e caracterizam a cidade no Oriente Antigo: a água esteve na origem da sedentarização e formação de grandes povoados; as primeiras cidades são centros religiosos; a unidade topográfica é mais relevante que a unidade administrativa; enormes povoados; havia divisão de trabalho, diversificação de profissões e diferenciação social; havia plano urbanístico e a defesa era assegurada por muralhas, em cujas portas se exercia a justiça. (Tavares; 1993:24-26)

Contudo, nos dias de hoje, as cidades vivem momentos particulares e de uma importância acrescida, uma vez que terão que definir o seu modelo de desenvolvimento e crescimento com vista ao seu futuro e ao seu posicionamento perante cada uma das outras, tentando desenhar e construir o seu próprio caminho, o seu destino futuro, confrontados, por um lado, com os novos matizes que as caracterizam (a idade, a imigração, as etnias...) e, por outro lado, com os sinais da modernidade, apelativos e mais atractivos (incentivos culturais, comerciais e de bem-estar).

A importância do espaço público

Em tempos remotos, os egípcios representavam a cidade como um hieróglifo, sendo que o círculo representava o lugar, a comunidade de pessoas, a organização política e a identidade cultural. Assim, a cruz representava os fluxos, a interacção, as movimentações e as relações

com o exterior. A síntese de lugares e fluxos realizava-se no espaço público, o lugar da coesão social e da interacção. (Borja e Muxi;2003:33)

“Mito ou realidade, a cidade aparece como lugar de oportunidades, das iniciativas e das liberdades individuais e colectivas. O lugar da intimidade, mas também o da participação política. Da revolta e do auto governo. Da inovação e da mudança. (...) A cidade é o continente da história, o tempo concentrado no espaço, a condensação do passado e da memória, ou seja, o lugar a partir de onde se produzem os projectos do futuro que dão sentido ao presente. A cidade é um património colectivo em que molduras, edifícios e monumentos se combinam com recordações, sentimentos e momentos comunitários. A cidade é sobretudo espaço público e não me quer parecer que nós que nela vivemos, a grande maioria da população, pudéssemos renunciar a ela sem perder vínculos sociais e valores culturais, sem empobrecermos. ” (idem:33)

O espaço público é espaço de representação onde a sociedade se faz notar. (idem:15)
Contudo, podemos dizer que há muitos potenciais espaços públicos que ainda não se tornaram em espaços de usufruição pública, ou seja, ainda não são espaços de cidadania.

Há correntes que defendem, como nos diz Bohigas, que a ordenação do espaço público é um factor de aglutinamento social e de criação de identidades, sendo que essa mesma aglutinação se pode converter num elemento negativo - ou até mesmo subversivo – para uma convivência em liberdade. A manutenção do espírito de vizinhança, o reforço das identidades através da forma, a aceitação da imagem representativa do que é público pode mascarar/disfarçar a realidade dos reais problemas da vida colectiva, podendo até funcionar como “germe de classificação social agressiva”, levando conseqüentemente à consolidação de guetos urbanos. Assim, segundo esta teoria, a cidade ideal seria radicalmente livre, sem forma, sem bairros, sem ruas e sem praças. Ou seja, uma cidade onde espaço público não signifique espaço urbano. (idem:12)

Por sua vez, Habermas e Sennet alertam para o que denominam de dinâmicas privatizadoras do espaço urbano como negação da cidade como âmbito de cidadania que supõe

o reconhecimento dos cidadãos enquanto sujeitos activos e iguais, aos quais se reconhece o direito de usufruir das várias possibilidades que a cidade oferece.

Aristóteles defendia que a cidade deveria ser constituída por diferentes tipos de classes, alegando que a cidade não existiria de facto se a sua composição populacional se assemelhasse demasiado. (Aristóteles, A Política) Seguindo esta ideia, também Louis Wirth afirmava que a cidade se caracterizava pela sua heterogeneidade social. (cit. por Jordi Borja; 2003:34)

“La apropiación del espacio público por parte de diferentes colectivos minoritarios por razones de raza, género y/ o estado es parte del derecho a la ciudad, de sentirse orgullosos del entorno, y por ello se deben favorecer usos o actividades que permitan estos mecanismos.” (Borja;2003)

Borja refere ainda que a reivindicação e as lutas na rua pelos direitos de cidadania conseguiram que o espaço público se tornasse num verdadeiro espaço de representação de todos os cidadãos. (idem:50)

O autor sintetiza alegando que os movimentos cívicos dos últimos 30 anos foram importantes contribuições para a gestão da cidade e do urbanismo do final do século XX. E como exemplo, enumera: a revalorização do lugar, do espaço público, do ambiente ou da qualidade de vida; a exigência da democracia cidadã, a concertação e participação em projectos de programas integrados, a gestão de proximidade e a revitalização dos governos locais na política urbana e, conseqüentemente, a criação do conceito de cidadão enquanto sujeito da política urbana, intervindo na construção e gestão da cidade. (idem:53)

Borja não só defende a importância deste direito de identidade colectiva dentro da cidade, como também diversos outros direitos que segundo ele devem promover no cidadão não só o direito a sentir-se protegido, mas também o que ele designa de “direito a viver a aventura urbana”. Assim, para o autor, faria todo o sentido considerar o espaço público como espaço de direitos: o direito ao lugar, ao espaço público e à monumentalidade, à beleza, à mobilidade e acessibilidade, à centralidade, à passagem da cidade marginal ou ilegal para uma cidade de cidadania, à cidade metropolitana ou plurimunicipal, ao acesso e ao uso das tecnologias de informação e comunicação, à cidade como refúgio, à protecção por parte de instâncias

superiores, à justiça local e à segurança, ao emprego e ao salário, à qualidade do meio ambiente, à diferença, à intimidade e à escolha dos vínculos pessoais e, por fim, direito ao mesmo estatuto de cidadão. (2003:123-129)

Na história da formação das cidades, é fundamental entendermos que a rua, especialmente para os pobres, sempre esteve de tal forma interligada à habitação que, por regra, não se distinguia onde começava o espaço privado e onde terminava o espaço público. A rua sempre se colocou para os “despossuídos” de bens materiais (propriedade, terras, títulos, dinheiro, etc), como um espaço privilegiado na cidade para as trocas, para a venda de sua força de trabalho, para a produção das suas diferentes formas de sobrevivência.

Para a escola, a cidade e os seus fluxos da cidade poderiam ser extremamente educativos, pois como uma arena cultural (Morse; 1988) ao ser complexificada nas/pelas práticas escolares, poderia possibilitar a percepção das diferenças, visto ser a densa rede de sociabilidade que a metrópole contemporânea nos imprime, uma esfera privilegiada para a aprendizagem da alteridade, e a problematização das desigualdades sociais.

Cidade e cidadania

Para Lefebvre (1991), o direito à cidade não pode ser formulado como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser concebido como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Uma cidade que possa ser usufruída por todos/as, tanto do ponto de vista de sua materialidade, quanto de seu potencial subjectivo.

Nessa concepção, o direito à cidade, mais do que apontar para a garantia de acesso e da fruição democrática dos serviços e equipamentos urbanos (saúde, educação, lazer, transportes, moradia, trabalho, segurança, entre outros), implica a possibilidade de se discutir no espaço escolar, a crescente privatização da esfera pública, e mesmo o declínio da vida pública na contemporaneidade (Sennett, 1988).

Ainda segundo Lefebvre (1991), a vida urbana deveria ser entendida como

“lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens,

encontrando a sua base morfológica, sua realização prático-sensível”.

(Lefebvre;1991: 117).

Num capítulo dedicado às questões do urbano e urbanismo, Lefebvre argumenta que a realização da sociedade urbana apela a uma planificação orientada no sentido das necessidades sociais. Assim, ela necessita de uma ciência de cidade – de relações e correlações na vida urbana. Contudo, alerta ainda para o facto de embora serem necessárias, estas condições não são suficientes pois é igualmente indispensável uma força social e política capaz de “trabalhar” estes meios. (1972;145) E essa força emana muitas vezes do colectivo, ou seja, do poder que os indivíduos adquirem quando se unem num colectivo capaz de potenciar fortemente a sua condição de cidadão.

Borja, a propósito desta importância do poder do colectivo refere que os movimentos cívicos dos últimos 30 anos foram importantes contribuições para a gestão da cidade e do urbanismo do final do século XX. E como exemplo, enumera: a revalorização do lugar, do espaço público, do ambiente ou da qualidade de vida; a exigência da democracia cidadã, a concertação e participação em projectos de programas integrados, a gestão de proximidade e a revitalização dos governos locais na política urbana e, conseqüentemente, a criação do conceito de cidadão como sujeito da política urbana, intervindo na construção e gestão da cidade. (Borja;2003:53)

O espaço público tende fundamentalmente à “mistura social”, fazendo do seu uso um direito de cidadania de primeira ordem e, como tal, deve garantir, no que concerne à igualdade, a apropriação por diferentes colectivos sociais e culturais de género e de idade. (idem:19) Afinal, o direito ao espaço público é em última instância o direito a exercer enquanto cidadão que têm todos os que vivem e que querem viver nas cidades.

E temos de considerar também este direito numa vertente colectiva, pois enquanto indivíduos que vivemos em comunidade também necessitamos de referências de grupo, de manter uma identidade colectiva que nos transmite um sentido de pertença a algo. Assim, também é fundamental que a organização interna do espaço público facilite a coesão sociocultural das comunidades – sejam elas de bairro, de faixas etárias, de etnia... – pois essa coesão favorece a integração dos indivíduos em grupos de referência: “Não é comunitarismo, é reconhecer o direito ao património cultural de cada colectivo social e favorecer a solidariedade de grupo e a sua aceitação na sociedade urbana. O qual necessita ser reconhecido como grupo, ou seja, expressar força colectiva.” (idem:125)

Já actualmente, Santos argumenta que “a complexidade dos problemas actuais, o alargamento das áreas de intervenção dos municípios, a necessidade de envolvimento e participação dos cidadãos e outros actores locais requerem a adopção de outras formas de colaboração, mais flexíveis e informais, que permitem o desenvolvimento de dinâmicas locais em áreas como a valorização de recursos locais e de intervenção ambiental, a animação cultural, a intervenção social e outras ” (2008:42)

No âmbito da acção transformadora a ser desempenhado pelas cidades, há um lugar central reservado à educação. A educação em sentido amplo, isto é, aquela que transcende os limites da escola, tem uma importante contribuição a oferecer, pois é preciso promover a consciência sobre os direitos e deveres da cidadania, é preciso construir uma percepção de que os problemas que nos esperam podem e devem ser solucionados com a participação de todos.

É num contexto de reivindicações, interrogações e lutas, que nas escolas, especialmente nas escolas públicas, se deveriam discutir *os direitos à cidade*, entendendo com base em Lefebvre (1991: 135), que o direito à cidade *se manifesta como uma forma superior de direitos: direito à liberdade, à individualização, na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).*

De acordo com Alderoqui (2002), desde pequenos, os alunos constroem ideias sobre a cidade que vão se acumulando ao longo de suas vidas. Nesse contexto, estes acabam por naturalizar as trocas sociais e as transformações que nela ocorrem, revelando muita dificuldade para pensar a cidade como totalidade. Além disso, para as crianças a cidade é um lugar harmónico e auto-suficiente, ou ainda, sua existência dá-se por ela mesma, ou seja, sem a necessidade de estabelecer contactos e relações com outras cidades. Segundo a autora, são conceitualizações pessoais elaboradas pela proximidade e pela vivência.

O conceito de Cidade Educadora

A Unesco, desde a década de 70, quando por intermédio do relatório *Aprender a Ser*, coordenado por Edgar Faure, lançou simultaneamente as propostas de Educação Permanente e das Cidades Educadoras, tinha consciência das tendências futuras da educação num mundo

que se globalizava em ritmo crescente. As conquistas que estavam a ser feitas no campo das novas tecnologias da educação, permitiam visualizar um contexto mais amplo de política educacional. Por isso mesmo, o Relatório Aprender a Ser, já mencionado, procurando na década de 70 antecipar-se aos factos referia de modo bastante seguro:

"A partir de agora a educação não se define mais em relação a um conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser que, através da diversidade de suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. A ideia de que o homem é um ser inacabado e não pode realizar-se senão ao preço de uma aprendizagem constante, tem sólidos fundamentos não só na economia e na sociologia, mas também na evidência trazida pela investigação psicológica. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza que é ser global e permanente, e ultrapassa o limite das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos". (Faure et alli;1981:18)

Foi a partir deste relatório, que acolhia a ideia de Cidade Educativa como visão prospectiva da educação dos últimos anos do séc. XX, que houve uma gradual maturação deste conceito e a adopção de tudo o que ele implica na prática local de diversas cidades.

Faure refere que educação e economia andam lado a lado pois "quando a economia se comprometeu num certo ritmo de progresso, a própria educação tende muito naturalmente a distribuir uma dose crescente de conhecimentos a um maior número de pessoas, pois que, por um lado uma produção mais elaborada exige uma mão-de-obra mais competente e, por outro, essa mesma mão-de-obra provoca novas melhorias técnicas e faz emergir espíritos inventores e inovadores" (idem:20)

Foi com a expansão da sociedade industrial que também se expandiu a educação, estendendo-se a um maior número de países e trazendo assim consigo o surgimento da expressão educação universal. (idem:52)

Apesar de, no referido relatório, pouco se falar directamente da cidade e se entender esta mais como sociedade, o conceito de cidade, como denotação e nas suas conotações, engloba os aspectos educacionais e dá conta da complexidade da educação e do seu carácter permanente, do “transbordar” da formação e da aprendizagem para além da educação formal, da possibilidade de utilização com fins educativos de outros recursos e meios existentes na cidade, da unidade do processo educativo e da multiplicidade e complementaridade desejável dos estímulos de aprendizagem, do carácter bastante aleatório da educação e da necessidade de alguma ordem e harmonia. (Trilla; 1990:16).

Nos últimos anos, a ideia do potencial educativo das cidades ou a cidade educadora, foi também intuída por todos aqueles considerados renovadores pedagógicos, que nas primeiras décadas do século passado pretenderam abrir as escolas integrando-as ao seu entorno e a vida social mais ampla. Dewey e o movimento da Escola Nova, Freinet e seus seguidores, o movimento de cooperação educativa na Itália, as experiências das chamadas “escolas sem paredes”, os movimentos de educação popular e da pedagogia da *conscientização* de Paulo Freire, são alguns exemplos (muito diversos quanto ao conteúdo e orientação ideológica) da necessidade e vontade de romper com o distanciamento das instituições educativas visando a vinculá-las criticamente ao seu entorno (Trilla; 1997).

Esta concepção, traduzida num nível mais extremo chegou a propor a literal dissolução da escola no tecido societário mais amplo, como pregavam as propostas “desescolarizadoras” de I. Illich, Everett Reimer e outros (Trilla, 1997).

Neste sentido, e para que a educação “continue um organismo vivo, capaz de responder com inteligência e vigor as exigências das pessoas e das sociedades em desenvolvimento, deve evitar as armadilhas das complacências e das situações adquiridas e repor constantemente em questão os seus objectivos, conteúdos e métodos. É somente através desta via que poderá concorrer para a sua própria democratização, sabendo bem que esta não depende senão de si própria.” (Faure et alli;1981:143)

E essa democratização passa obviamente por um conceito de escola alargado à comunidade e aqui a cidade e o seu entorno adquirem enorme importância como meios educativos.

Hoje mais do que nunca, a cidade grande ou pequena dispõe de incontáveis possibilidades educadoras. De uma forma ou de outra, contém em si mesma elementos importantes para uma formação integral de seus habitantes. Por isso o conceito de cidade educadora é uma nova dimensão complementar e, até certo ponto, alternativa ao carácter formalizado centralista e frequentemente pouco flexível dos sistemas educativos. (Cabezudo;2004:11).

Na diversidade de conceitos de cidade educadora, surge aquele que coloca o Município no elo central da rede, quer seja na organização, na promoção e oferta de programas e serviços educativos, sociais e culturais, quer no apoio às actividades da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política global que concretize um projecto educativo global da cidade.

“A democracia participativa exige proximidade, vizinhança. Ora o lugar (administrativamente) mais próximo dos cidadãos é justamente o município. (idem: 9)

E para podermos falar do conceito de município educador parece-nos fundamental atender ao seguinte:

“Um estudo da capacidade educadora da cidade deve, pois, alargar-se e incluir como objecto de investigação: 1º) a evolução organizativa do município, nomeadamente no que respeita aos seus recursos humanos, à organização dos seus serviços e à criação e alocação dos pelouros de acção social, cultural e educativa do executivo municipal; 2º) a promoção de actividades e programas de âmbito social, cultural e educacional; 3º) as políticas e os programas de remoção de obstáculos arquitectónicos em edifícios e espaços públicos, de revitalização dos centros históricos, de “devolução da cidade aos peões”, de criação de parques e espaços de lazer; 4º) as políticas de habitação e alojamento social e os serviços de segurança e protecção; 5º) as ofertas educativas que assegura, os estudos que promove e/ou mobiliza para as formular e a avaliação que é feita do seu impacto junto dos munícipes; 6º) as restantes ofertas de educação formal, informal e não formal existentes no perímetro urbano, o empreendimento privado e cooperativo, as dinâmicas associativas e comunitárias.” (Machado:86)

Caballo Villar sustenta que conceptualiza o conceito de Cidade Educadora “como um caminhar para um território educativo com uma concepção da educação em que se integrem os elementos formativos, face ao estabelecimento de estruturas muito dinâmicas nos recursos culturais; como esforço para desenhar e projectar estratégias que levem ao aproveitamento dos recursos existentes na cidade e à implicação de todas as entidades do território” (2001:66)

O que se pretende é que a comunidade descubra “as suas possibilidades e [as torne] realizáveis através de um projecto educativo integral e integrador. Integral porque contemplará todas as dimensões do desenvolvimento pessoal e social, afectando a esse desenvolvimento todos os recursos existentes ou agenciáveis; integrador porque o projecto, sendo sistematicamente participado, terá um efeito intencional de inclusão de todos os membros da comunidade.” (Pinto in pref. Caballo Villar; 2001:10)

A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade constitui-se num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só. Mas a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – económica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objectivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora. (Gadotti)

A cidade educativa é, assim, uma ideia força que sugere a necessidade de intervenção com vista à optimização da dimensão educativa da cidade, consciencializa os cidadãos quanto a esta dimensão e quanto à responsabilidade que lhes é imputada e interpreta os responsáveis da cidade para a necessidade de dela fazer uma cidade e positivamente educadora. (Trilla; 1993: 198-200).

A partir de inúmeras instituições formais e informais de educação e cultura (escola, museu, família, centros culturais, centros comerciais) existentes na cidade torna-se possível *aprender na cidade*. Dessa maneira, a cidade constitui um meio educativo à medida que as várias propostas educativas que nela existem poderiam estar articuladas.

A outra dimensão, coloca a cidade como um transmissor, um agente informal de educação, gerador de aprendizagem directa ou indirecta a partir do seu uso. Esse é o *aprender a partir da cidade*. Nesse aspecto, Alderoqui (2002) chama-nos a atenção, salientando que esse conhecimento que acontece do viver na cidade é prático e emocional.

Já o *aprender sobre a cidade* traz a problemática da cidade como conteúdo escolar a ser ensinado. Vivemos e circulamos apenas em algumas das partes que compõem a totalidade da cidade, e ainda, viver na cidade não significa necessariamente que estamos aprendendo sobre a cidade, como bem nos coloca Alderoqui (2002), “*uma coisa é a cidade vivida e a outra coisa é a cidade como objecto de conhecimento*”.

De acordo com Alderoqui & Villa (1998), ao trabalhar a cidade como conteúdo escolar, quatro enfoques podem fundamentar a sequência didáctica: morfológico-social, histórico-patrimonial, ambiental e cidadão-protagonista.

A ênfase no histórico-patrimonial centra-se na análise da cidade como resultado do trabalho humano e desenvolvimento cultural acumulado historicamente e seus significados. Já a partir do enfoque ambiental, os alunos devem ser estimulados a compreender a cidade como uma grande transformação da natureza, por meio da relação entre o fluxo de matéria e energia, a necessidade de preservar o meio ambiente e a melhoria das condições de vida das pessoas.

A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) surgiu do convencimento de que uma cidade educadora necessita de se relacionar com outras, de modo a poder dialogar, reflectir, colaborar em projectos e acções concretas e a encontrar os necessários elementos de controlo e avaliação das diferentes propostas e actividades. São objectivos da associação: cumprir os princípios enunciados na Carta; dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais; impulsionar colaborações e acções concretas entre as cidades; aprofundar o discurso das ‘Cidades Educadoras’ e as suas manifestações concretas.

Ao pressupor uma política global para a cidade e uma organização desta na perspectiva de uma democracia cultural, onde o lazer se afirma como um valor, a cidade educativa assenta numa concepção valorizadora da participação dos cidadãos como seres informados e conscientes (Lima; 1988: 18) e não como seres menores porque infantilizados. É esta concepção de cidade educativa popularizada a partir do relatório Faure que nos conduz à metáfora da cidade educadora, enquanto ideia-projecto que realça a intencionalidade educadora da cidade em torno de um projecto educativo comum à escola e ao território e atribui aos municípios a importante tarefa de coordenação local da acção social, cultural e educativa que se desenvolve na cidade (Machado;2004: 164).

Trilla introduz a sua obra *La educación fuera de la escuela* salientando o papel importante da função educativa da escola ao longo da história:

“La escuela es, seguramente, la institución pedagógica más importante de entre todas las que hasta hoy la sociedad há sido capaz de dotarse. Pero la escuela es una institución histórica; esto es, ni há existido siempre, ni necesariamente tiene que perpetuarse indefinidamente. Lo que sí há existido siempre – y, como elemento consustancial que es de toda sociedad, seguirá existiendo – es la función educativa. ” (1993:11)

Contudo, também aponta o facto de não caber só á escola a função de educar; ao longo dos anos vários foram os canais que partilharam com ela essa função (rádio, telefone, computador, televisão, cinema, música...) embora de modo não formal. E é neste âmbito de educação não formal que decorre um processo de educação paralelo que constitui uma base fundamental na formação do indivíduo. Processo esse que passa por “instituciones, actividades, médios, ámbitos de educación que, no siendo escolares, han sido creados expresamente para satisfacer determinados objetivos educativos.” Trilla dá-nos alguns exemplos destes espaços como ludotecas, programas de alfabetização não escolar, actividades de reciclagem profissional organizadas pelas empresas, colónias de férias...

Porém, esta nova dimensão do conceito de cidade implica considerar que a educação das crianças, jovens e cidadãos em geral não é somente responsabilidade das instituições tradicionais (estado, família, escola), mas também deve ser assumida pelo município, por associações, instituições culturais, empresas com vontade educadora e por todas as instâncias da sociedade. Por isso, é necessário potencializar a formação dos agentes educativos não escolares e fortalecer o tecido associativo entre todos e todas. (Machado;2004:13).

Actualmente, e cada vez mais devido a uma gradual descentralização do poder central, os municípios adquirem uma responsabilidade crescente no que concerne o seu papel como agentes educativos capazes de dinamizar contextos de educação não formal a um âmbito abrangente e enriquecedor. O município e a cidade têm sido referenciados de alguns anos a esta parte como instâncias de parceria e participação nas políticas educativas nacionais bem como de enquadramento e promoção de políticas educativas locais.

À potenciação da possibilidade e realização educativa da cidade associa-se a questão da regulação da sua função educadora. Alexandre Sanvisens (1990:137) distingue três modos de regulação da educação na cidade: 1) a regulação municipal dos estabelecimentos de diversos níveis e graus de educação e ensino; 2) a regulação municipal de estabelecimentos, agentes e actividades paraescolares (ensinos não regulamentados, cursos especiais (não oficiais), a organização de actividades folclóricas, desportivas, recreativas e, propriamente, cultural-educativas; 3) a progressiva ordenação municipal de agentes e actividades informais de educação (não intencionalmente educativos, não institucionalizados como tal; meios de comunicação de massas, educação ambiental).

Perante um contexto de educação não formal riquíssimo que a cidade encerra e que foi durante anos negligenciado, há agora uma tarefa não impossível mas complicada pois “O novo contexto, que se vai perfilando, exige às autoridades políticas um maior exercício da responsabilidade, compromisso e sinceridade pública; aos técnicos uma formação sólida que permita enfrentar com garantia as novas tarefas; e ao tecido associativo e ao cidadão que redescubra os seus espaços de acção e aprofunde novas formas de intervenção social.” (Caballo Villar;2001:15) Um contexto onde se pretende que termos como participação e cidadania estejam na ordem do dia.

Porém, para garantir que a alusão a esses conceitos seja uma prática comum parece-nos pertinente assegurar previamente que o cidadão entenda o que significa afinal “ser cidadão” e exercer cidadania. Assim, será fundamental educá-lo nesse sentido.

E “o que é educar para a cidadania? A resposta a essa pergunta depende da resposta à outra pergunta: o que é cidadania? Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc. direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia. O conceito de cidadania, contudo, é um conceito ambíguo. Em 1789 a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Nascia a cidadania como uma conquista liberal. Hoje o conceito de cidadania é mais complexo. Com a ampliação dos direitos, nasce também uma concepção mais ampla de cidadania. De um lado, existe uma concepção

consumista de cidadania (direito de defesa do consumidor) e, de outro, uma concepção plena, que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação directa da população na gestão da vida pública, através, por exemplo, da discussão democrática do orçamento da cidade.” (Gadotti;2000:290)

Actualmente, ‘Cidades Educadoras’ é um movimento de cidades representadas pelas respectivas autarquias, agrupadas para trabalharem conjuntamente em projectos e actividades que melhorem a qualidade de vida dos habitantes a partir da sua implicação activa na utilização e na evolução da própria cidade.

Ao descentrar a função educadora quer do Estado quer dos estabelecimentos de ensino enquanto seus serviços locais (Formosinho; 1989), esta ideia-projecto de cidade a que corresponde um projecto educativo comum à escola e ao território atribui ao município uma função educadora da cidade com uma centralidade equivalente às funções tradicionais do município.

Esta centralidade da função educadora requer um modelo organizativo que permita, por um lado, a coordenação entre os diferentes grupos e entidades e, por outro, o melhor aproveitamento dos recursos existentes.

1.2 Cidade Educadora: o caso de Barcelona

O “Manifesto das Cidades Educadoras”– surgiu no início da década de 90, em Barcelona, Espanha, quando alguns profissionais da educação começaram a perceber que a escola sozinha não tinha condições de transmitir todos os conhecimentos e informações do mundo contemporâneo – aprovado em Barcelona em 1990 e revisto em Bolonha em 1994, afirma que “todos os habitantes da cidade têm o direito de reflectir e participar na criação de programas educativos e culturais, e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projecto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar”.

Ao Município de Barcelona cabe promover a participação directa da cidadania, e em especial da comunidade educativa, nos diferentes âmbitos de actuação educativa como garantia

de qualidade e de melhoria contínua do sistema educativo da cidade. E para tal, tem uma estrutura montada com diferentes órgãos onde se promovem e coordenam diversas iniciativas de carácter educativo. Um deles é denominado Conselho Escolar Municipal de Barcelona e consiste num organismo de consulta e participação dos sectores da comunidade educativa de ensino não-universitário. No âmbito territorial de cada distrito, há ainda uma sub-divisão que se manifesta na actuação dos Conselhos Escolares de Distrito, por delegação do Conselho Escolar Municipal.

Em ambos existe o conceito de audiência pública, que consiste na possibilidade de manifestação de crianças entre os 12 e os 16 anos habitantes na cidade e que se apresentam na Câmara Municipal com o objectivo de promoverem actuações concretas.

É importante salientar ainda um outro órgão que se intitula Conselho de Coordenação Pedagógica - enquanto plataforma que agrupa 68 instituições e entidades cidadãs, públicas e privadas, e que oferece actividades educativas para os estudantes. Por sua vez, o Conselho da Formação Profissional consiste numa entidade de direito público que reúne instituições, centros de formação, agentes sociais, empresas e organismos da área metropolitana de Barcelona, com o objectivo de fomentar a inserção laboral e profissional dos jovens da cidade.

Assumindo um carácter primordial no projecto de “Cidade Educadora” temos o Instituto Municipal de Educação, organismo autónomo de carácter administrativo do Município, criado em 1993.

O Instituto de Educação é titular de uma extensa rede de centros municipais, actualmente formado por 87 centros educativos (53 jardins de infância, 13 centros educativos de ensino básico, 9 instituições de ensino secundário e 4 de educação especial; 6 de aprendizagens artísticas; 2 de educação permanente de adultos), que atendem mais de 14.500 alunos e contam com cerca de 1.300 profissionais docentes e 250 porteiros. O Instituto de Educação leva a cabo as actuações correspondentes à manutenção, fornecimento, arrendamento, limpeza e vigilância dos centros educativos do 1º ciclo do ensino básico. Promove também a transferência de terras para os novos edifícios escolares e de investimento em obras para melhoria da rede pública da cidade.

Esta entidade também realiza ainda diversas actividades no sentido de promover a participação, a inovação e a melhoria da acção educativa no âmbito do compromisso de

Barcelona enquanto Cidade Educadora. Por último, actua para que a oferta educativa se adegue às necessidades da cidade, corrigindo os desequilíbrios territoriais e as desigualdades sociais, reforçando a rede pública e contribuindo para a melhoria do sistema educativo.

Em 24 de Abril de 2002 constituiu-se o Consórcio de Educação de Barcelona, de acordo com o disposto no Decreto de lei 84/2002, de 5 de Fevereiro. Este define-se como uma entidade pública de carácter associativo, integrada no “Governo de Catalunha e do Município de Barcelona para a gestão conjunta das funções, das actividades e dos serviços em matéria educativa.

Como objectivos fundamentais do Instituto Municipal de Barcelona salientamos os seguintes: direcção e planeamento de actividades, a estrutura e a administração dos centros educativos de todos os níveis geridos pelo Município, como centros públicos que são; adequação a este conjunto de centros, como a lei prevê, dos serviços próprios de formação, planificação docente, recursos educativos, investigação, avaliação, orientação, apoio, inspecção e renovação; intervenção na gestão daqueles centros e serviços dirigidos a toda a cidade que foram criados por acordo entre o Município e a administração educativa competente; participação na planificação e construção de centros escolares da cidade de Barcelona através de parcerias de colaboração com o Departamento de Educação do Governo da Catalunha.; colaboração na gestão de todas as outras competências municipais na educação derivadas da aplicação da LODE, la LOGSE e da Lei de bases de regime local e o mpulsionamento das actuações e a coordenação das instâncias e serviços que possam incidir na educação da cidade.

Todos estes organismos convergem no sentido de promover um Projecto Educativo da Cidade de Barcelona (PEC-B), sendo este um instrumento de governação educativa, baseada na participação cívica, na planificação estratégica e na co-responsabilidade social da educação formal, não formal e informal. O projecto expressa a vocação de Barcelona como cidade educadora. No âmbito do PEC – B os agentes sociais são reconhecidos como agentes educativos e decide-se colectivamente quais são as grandes necessidades da educação na cidade, formando uma rede.

Esta rede educativa elabora um diagnóstico e propõe um compromisso de cidadania no qual as entidades se comprometem a actuar de modo intencional e articulado no desenvolvimento de projectos e acções educativas. Na era actual, a rede educativa de cidade

está integrada através das instituições e entidades que assumem o compromisso de cidadania por uma educação ao serviço da coesão social.

Os objectivos prioritários do PEC-B, sintetizados nos lemas, representam os componentes partilhados pela comunidade cidadã comprometida com o projecto. Estes conteúdos são elaborados pela mesma comunidade ao longo do processo de participação. O Processo participativo das Jornadas do PEC de 2006-2007 elaborou os cinco objectivos prioritários que orientaram a tarefa das instituições e das entidades da rede durante o período entre 2008 e 2011 e que destacamos: projectos integrais de educação em rede que integrem as obrigações das famílias, as escolas, as entidades culturais, as associações e as empresas educativas, o mundo do trabalho e os meios de comunicação; articular projectos educativos de proximidade com um grande projecto colectivo que englobe toda a cidade; contribuir para melhorar o êxito escolar e a igualdade de oportunidades educativas para todo o mundo; aumentar a capacidade das instituições educativas formais e não formais para educar na diversidade e continuar educando por uma cidadania inclusiva e solidária.

Como tal, torna-se imprescindível a consciencialização da envolvimento num projecto colectivo comum onde todos deverão ter voz activa. E é aqui que o município, enquanto entidade local próxima das populações poderá desempenhar uma função relevante de facilitador desta congregação de esforços na construção de uma causa comum.

1.3 Município e Educação

O poder local português após o 25 de Abril de 1974, dotado de mais competências e mais meios financeiros veio permitir às autarquias locais – e em especial aos concelhos ou municípios – a aquisição de um estatuto de maioria cívica, ou seja, os seus órgãos dirigentes passaram a ser livremente eleitos pelas respectivas populações, como era tradicional no nosso país, e a tutela administrativa do Estado foi aliviada.

As autarquias passaram a poder administrar bens próprios, desenvolver a área de abastecimento público, salubridade pública e saneamento básico, rede de comunicações, saúde, educação, cultura, recreio, protecção à criança e à terceira idade, desporto, defesa do meio ambiente e qualidade de vida, protecção civil, etc., podendo procurar outros fins e atribuições

não previstas na lei, mas que de modo directo ou indirecto tivessem que ver com o desenvolvimento das populações e a satisfação das suas necessidades.

Verificou-se que, gradualmente, o poder local foi ganhando cada vez mais vitalidade, enquanto o Estado deixou de ter para si o controlo absoluto sobre o poder autónomo das comunidades locais. E é deste modo que o cidadão, enquanto centro irradiador dos interesses da comunidade local, teve oportunidade de ir assumindo um papel cada vez mais preponderante no fortalecimento e desenvolvimento das autarquias e da sua função, funcionando como contra poder no seio do estado. Assim, grande parte da responsabilidade passou a estar sobre os ombros dos governos locais – os municípios –, pois agora os problemas estão localizados e as soluções passam pela articulação das relações sociais de uma forma integrada e solidária. E, à medida que a globalização adquire maior consistência e mais força também o local assume um novo posicionamento da identidade pessoal e comunitária na procura de soluções capazes de enfrentar esta nova realidade.

Pinto salienta a importância que se vem a operar com a descentralização da administração pública e consequente “prática de novas responsabilidades, competências e poderes por parte dos municípios”, nomeadamente no que concerne o Decreto – Lei nº 115 – A/98E, ou melhor, naquilo que ele possibilita uma vez que propõe às autarquias a criação de “Conselhos Locais de Educação” procurando assim a “articulação da política educativa com outras políticas sociais”. E, deste modo, “o sistema educativo (...) pode, assim, tornar-se parte integrante de planos estratégicos de desenvolvimento das comunidades locais”. (Pinto in pref. Caballo Villar;2001: 8)

Como podemos ler no art. 3º g da Lei-quadro 46/86: “O sistema educativo organiza-se de forma a (...) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.” (Bettencourt;1996: 67)

Neste sentido, Sousa Fernandes refere que “com isto está a construir-se uma estrutura administrativa de nível local que, em alguns casos, tem sido designada como Conselho Municipal de Educação ou Conselho local de educação. Uma evolução deste tipo revela que o impulso criador e renovador de projectos e de estruturas educativas está a deslocar-se para o âmbito local e nesse impulso integra-se a presença dinâmica dos municípios” (1996:113)

Houve em Portugal nos últimos anos um crescendo de sensibilidade face às questões do social, o que levou os governantes a adoptarem políticas que permitissem maior aproximação entre o poder local e os cidadãos. Gradualmente, a Administração Local foi evoluindo tanto no que concerne ao nível de organização como de intervenção, adoptando modelos que possibilitaram “uma descentralização territorial, uma maior economia de recursos humanos e materiais, uma acção socioeducativa e cultural de maior alcance, mais coordenada e coerente nas suas respostas com as necessidades de população.” (Caballo Villar;2001;75). Pensamos poder mesmo acrescentar que assistimos nos nossos dias a uma administração num sentido horizontal e, conseqüentemente, mais democrático.

Na actualidade “é necessário redefinir os espaços públicos urbanos nas áreas de novos crescimentos. Recuperar a dimensão simbólica para identificar os espaços urbanos como referências de cidadania, transformar os lugares de ligação ou nós em lugares com sentido, um marco cívico, atribuir às áreas de nova centralidade características de lugar central, ou seja: monumentalidade, multifuncionalidade, intercâmbio, lugares de encontro e de expressão.” (Borja;2003:17) e compete-nos a todos nós construir e reinventar esta cidade pois “a reinvenção da cidade cidadã, do espaço público construtor-organizador de cidade e do urbanismo como produtor de sentido não é monopólio de ninguém.” (idem: 118)

A cidade de hoje é, ou tende a ser, uma cidade muito diferente da cidade dos anos 70 ou dos anos 80. O poder local democrático instalado em Portugal após o 25 de Abril de 1974, dotado de mais competências e mais meios financeiros irá proporcionar que as autarquias locais – e em especial os concelhos ou municípios – readquirissem um estatuto de maioria cívica: os seus órgãos dirigentes passaram a ser livremente eleitos pelas respectivas populações, como era tradicional no nosso país, e a tutela administrativa do Estado foi aliviada.

Se os governos locais vão chamando a si competências e atribuições que há duas ou três décadas eram inquestionavelmente do poder central, será necessário que este mesmo poder central o reconheça e que se redefina politicamente, para todos percebermos quem faz o quê e com que recursos.

Assim, definir por um lado, redistribuir recursos por outro, são os grandes desafios que se colocam nos dias de hoje no relacionamento entre o global e o local, entre o poder central e as periferias, com claro benefício objectivamente das comunidades e do desenvolvimento local.

Muito embora a globalização perspetive um mundo de oportunidades, não podemos, porém, esquecer os potenciais efeitos nefastos do distanciamento entre os centros de decisão e

os cidadãos, o qual acarreta importantes consequências ao nível da participação e envolvimento das populações.

Neste contexto, o poder local assume um papel de crescente relevância na edificação de uma democracia participativa. A democracia participativa exige proximidade, uma vez que só é possível compreender aquilo de que fazemos parte.

Assim, os municípios apresentam-se como principal agente transmissor da essência da Cidade Educadora, actuando como catalizadores de pessoas e recursos, propiciando acordos que dão lugar à participação e co-responsabilidade nas transformações das comunidades locais, definindo-se como uma Administração Relacional que deve estar em condições de liderar projectos consensualizados de desenvolvimento territorial.

As autarquias locais buscam o seu novo papel, definindo-se como administrações relacionais e liderando projectos territoriais de desenvolvimento que congregam todos os agentes e recursos disponíveis, funcionando como catalizadores das possibilidades e energias do território e, consequentemente, adoptando um modelo organizativo que permita a articulação entre os distintos grupos e entidades.

Nesta linha, nos últimos anos temos vindo a assistir a uma progressiva descentralização, visível numa crescente transferência de competências do poder central para o poder local.

Capítulo II

O Município de Ponte de Lima

2.1 Definição da problemática e metodologia da investigação

Num contexto actual de constante redefinição do papel do Estado e do reforço das competências dos Municípios na área da Educação, emerge a relação entre a escola e a cidade e, como afirma Machado, emerge também (2004: 161), “a força da metáfora da cidade educadora, enquanto ideia -projecto que realça a potência educativa da cidade e a intencionalidade educativa da acção social, cultural e educativa do município”.

A ideia de Cidade Educadora comporta um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social e cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potencial educativo da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não-formal.

É esse potencial educativo e a forma como ele é ou não fomentado que nos propomos investigar. E, nesse sentido, optámos por considerar como local do nosso estudo um concelho – Ponte de Lima - que nos últimos anos foi alvo de um acelerado crescimento, o qual pensamos se deve em grande parte ao carácter dinamizador e interventivo da autarquia. Suscitou-nos curiosidade perceber se esse crescimento é meramente economicista e quantitativo ou se inclui as vertentes sociais, humanas e ambientais numa perspectiva de desenvolvimento local.

Embora ainda curta, a experiência destes últimos anos como funcionária num órgão da Administração local foi essencial para me ajudar a compreendê-la como entidade muito complexa, mas muito próxima do cidadão – e portanto mais inter-relacionada com a comunidade. Uma administração com muitas possibilidades ainda em potência, com um papel fundamental na vida quotidiana do concelho.

Nos últimos cinco anos, o facto de ter desempenhado algumas funções distintas enquanto funcionária do Município, quer no pelouro do Ambiente, nomeadamente no Festival Internacional de Jardins, quer - de modo mais indirecto - no pelouro da Educação enquanto professora de Inglês no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo, ou ainda, e actualmente, na área social como técnica responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional, despertou ainda mais a curiosidade, que já existia como munícipe, para o funcionamento destas diferentes áreas. Algumas interrogações viriam conseqüentemente a formar-se e o desejo de encontrar resposta às mais variadas questões - essencialmente, quais os planos de acção traçados nessas áreas e mediante que linhas orientadoras eles se formam - tornou-se cada vez mais premente.

É publicamente reconhecido o dinamismo deste Município nestas áreas, como ilustram várias notas de imprensa que tive oportunidade de analisar, quer do Gabinete Terra - Comunicação e Eventos da autarquia quer de jornais locais. Contudo, além destas notas de imprensa, a autarquia, através deste mesmo gabinete recolhe informação acerca da receptividade por parte do público no que concerne os eventos de carácter cultural por si organizados e divulga essa mesma informação quer seja através das referidas notas de imprensa ou de relatórios que são realizados no final de cada evento e que são fundamentalmente consultados como documentos de análise durante a realização de trabalhos académicos de estudantes universitários das mais diversas áreas.

Não existem, contudo, trabalhos de investigação com carácter mais profundo sobre a acção municipal nas áreas de intervenção cultural ou educativa.

Assim, o estudo que pretendo realizar tem como principal objectivo a análise das políticas e a acção concreta do município nas áreas acima mencionadas, através da perspectiva da própria autarquia. Neste sentido, pretendemos saber quais as iniciativas que têm sido desenvolvidas nestas áreas e quais os resultados junto da população, ou seja, até que ponto existe uma participação activa da comunidade.

Pretende-se dar conta da maior ou menor diversidade de actividades, programas e serviços proporcionados aos munícipes, da sua organização mais ou menos fragmentada ou articulada, da configuração que assume a forma de regulação da educação na cidade e do papel ou papéis que o município se atribui: promotor, organizador ou provedor de actividades e serviços; parceiro ou fornecedor de recursos humanos, materiais ou financeiros; prestador de "assistência" ou concesso de "subsídio" numa lógica de ajuda pontual.

Um levantamento das principais dinâmicas culturais da sede do concelho nos últimos anos, por mim realizado durante a frequência da componente curricular deste mestrado, nomeadamente da disciplina de “Cidade, Município e Acção Cultural e Educativa” permitiu o contacto com o conceito de Cidade Educadora e com uma realidade que até então nos era desconhecida: o Movimento das Cidades Educadoras e a consequente constituição da Associação Internacional das Cidades Educadoras. Foi esta aproximação ao conceito integrador de “Cidade Educadora” – cidade como objecto de conhecimento, lugar de aprendizagem e como agente educador – que nos fez perceber a importância desta concepção teórica que concentra em si própria o desafio lançado à sociedade actual por exigir mudanças radicais e profundas que vão muito mais além dos sistemas educativos formais e do ensino regular. Aqui, a educação deve ser entendida como um processo ao longo da vida, sendo esta da responsabilidade dos diferentes agentes que fazem parte da comunidade, e não apenas da Escola.

Nos últimos anos temos seguido com interesse a acção da autarquia de Ponte de Lima no que concerne diversas medidas tomadas, como: o desenvolvimento de programas de educação ambiental em colaboração com empresas públicas municipais e as campanhas de sensibilização da população, a promoção de actividades integradoras de centros de interesse de associações locais e de animação de rua, o apoio a iniciativas locais (algumas delas de alcance nacional), a disponibilização de espaços para sede e funcionamento de associações e comissões diversas, a criação de parques e espaços de lazer, as iniciativas de ocupação e mobilização das crianças em períodos de férias escolares, a criação e dinamização de espaços culturais municipais e de espaços e programas pedagógicos, os programas de recuperação do centro histórico e de criação e alargamento da zona pedonal, a oferta de programas e roteiros para maior conhecimento do centro histórico, a evolução das políticas de alojamento das pessoas com menores recursos económicos, a política de articulação da rede e horários dos transportes públicos com a rede e horários dos estabelecimentos de educação e ensino, a articulação da política de crescimento urbano e de expansão dos equipamentos escolares... Esta diversidade de iniciativas reflecte a abrangente intervenção municipal nas área cultural, social e educativa. Coloca-se, no entanto, a questão de saber em que medida esse dinamismo tem um carácter sistemático, com base numa política integrada e participada, ou se caracteriza apenas por um conjunto de acções meramente avulsas e pontuais.

Ponte de Lima é um concelho inserido numa região marcadamente rural, daí que a actual política municipal recaia sob o lema de “Património, Ambiente e Ruralidade”. A

preocupação com a preservação e divulgação de um rico património ambiental, imaterial e histórico fez com que ao longo dos últimos anos se mantivesse um desenvolvimento equilibrado conjugando o urbanismo, o meio ambiente, as relações e as iniciativas educativas e culturais com serviços de primeira ordem e uma rede de equipamentos educativos em crescendo.

O sistema municipal pode funcionar como uma escola de cidadania, pois é a entidade que se encontra mais próximo da população e conhece as suas necessidades e constrangimentos. Na cidade educadora todos são actores que contribuem para a consolidação de uma nova relação entre cidade, município e munícipes. Deste modo, uma cidade torna-se educadora quando é relacional, funcional, equitativa e participativa, bem como quando aproveita as suas possibilidades estéticas, ambientais e de convívio com o âmbito natural, mediante as contribuições conjuntas dos diferentes agentes. Uma cidade que, por contar com suficiente coesão e equilíbrio social, permita o enriquecimento das relações dos habitantes entre si e com o seu meio, entre os actores sociais e seu espaço local.

Em suma, na cidade que educa todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece. Será que é por este caminho que caminha a acção cultural e educativa do Município de Ponte de Lima?

Ao estudarmos a acção da autarquia, esperamos não só obter uma melhor percepção das dinâmicas municipais, mas também compreender em que medida essas acções promovidas pelo município se aproximam dos princípios de “cidade educadora” enquanto projecto de desenvolvimento local do município.

Recorreremos por diversas vezes à importância da autarquia e da sua esfera de intervenção pois acreditamos que é no quadro do Poder Local que as condições para o exercício democrático de funções políticas, participação na vida activa, em ordem à resolução dos problemas locais e à promoção do cidadão ao seu estatuto de educador, que melhor se conjugam, porque de acordo com PINTO, (2004; 145:46) efectivamente: "O lugar politicamente mais próximo dos cidadãos é o município. Os munícipes são vizinhos. São-no basicamente ao nível das freguesias, circunscrições administrativas ideais para a formação de identidade e para a prática de solidariedades. Da freguesia depressa se chega ao município. E o município já é uma ponte para o país e para o mundo."

A investigação que se pretende realizar insere-se no paradigma interpretativo.

O método de investigação é o estudo de caso no Município de Ponte de Lima. O estudo de caso baseia-se sobretudo na “pesquisa em campo” e assume pertinência se considerarmos o que esse “campo” tem de singular, peculiar que possa servir de mais-valia no que concerne um conhecimento mais profundo e intensivo de uma área de investigação mais abrangente onde se insere.

Benbasat et al (1987) consideram que um estudo de caso deve possuir as seguintes características: ser um fenómeno observado no seu ambiente natural; os dados são recolhidos utilizando diversos meios (observações directas e indirectas, entrevistas, questionários, registos de áudio e vídeo, diários, cartas, entre outros); uma ou mais entidades são analisadas; a complexidade da unidade é estudada aprofundadamente; não são utilizadas formas experimentais de controlo ou manipulação; os resultados dependem fortemente do poder de integração do investigador; podem ser feitas mudanças na selecção do caso ou dos métodos de recolha de dados à medida que o investigador desenvolve novas hipóteses, e ainda e não de menor importância, identificam-no como estando a sua pesquisa envolvida com questões "como?" e "porquê?" ao contrário de “o quê?” e “quantos?”.

Por outro lado, Coutinho & Chaves (2002) acrescenta mais características que nos parecem relevantes: é um caso sobre “algo”, que necessita ser identificado para conferir foco e direcção à investigação; é “um sistema limitado”, e tem fronteiras “em termos de tempo, eventos ou processos” e que “nem sempre são claras e precisas” e, como tal, é preciso preservar o carácter “único, específico, diferente, complexo do caso”.

A opção pelo método acima mencionado prende-se com o facto de este permitir enfatizar a interpretação em contexto, procurar descrever a realidade de um modo mais profundo, usar maior variedade de fontes de informação e permitir representar diferentes ou mesmo divergentes opiniões de determinada situação social.

Embora a definição acarrete consigo o vocábulo “caso” e tal facto possa a priori parecer redutor, este é atravessado por múltiplos contextos e realidades, integrando, deste modo, tanto elementos endógenos como também exógenos, ou seja, que se encontrem aparentemente “fora do caso”. Isto permite não só uma maior compreensão da situação em estudo mas também a comparação entre casos similares.

Contudo, não esqueçamos que apesar dessa transversalidade – que permite encontrar pontos comuns ou divergentes, estabelecer paralelismos ou até mesmo levantar outras questões para reflexão –, o propósito do estudo de caso deverá ser analisar dinâmicas que são singulares e específicas.

Para Yin (1994) o objectivo do estudo de caso é explorar, descrever ou explicar e segundo Guba & Lincoln (1994) o objectivo é relatar os factos como sucederam, descrever situações ou factos, proporcionar conhecimento acerca do fenómeno estudado e comprovar ou contrastar efeitos e relações presentes no caso. Por seu lado, Ponte (1994) afirma que o objectivo é descrever e analisar.

A estes dois Merriam (1998) acrescenta um terceiro objectivo, avaliar. De forma a sistematizar estes vários objectivos, Gomez, Flores & Jimenez (1996:99), referem que o objectivo geral de um estudo de caso é: “explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar”.

Pretende-se fazer uma recolha de dados que implique imediato tratamento e análise – mais profundo ou superficial, de acordo com as características da informação ou com o nosso objectivo no momento –, e que se repercutirá com certeza na recolha seguinte. Pois, como refere Woods (1987:135, citado por Amiguiño, 2004:233), “quando se observa, se entrevista, se tomam notas de campo e se elabora o diário de investigação, o trabalho do etnógrafo não se limita a ‘registar’. Também há reflexão nesse trabalho o que, por sua vez, informa a série de dados seguinte”.

Relativamente ao tipo de entrevista, Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994) citam, a partir de Powney e Watts (1987), a entrevista orientada para a resposta e a entrevista orientada para a informação. A primeira caracteriza-se por ser organizada a partir de um quadro pré-estabelecido e de o entrevistador manter todo o controlo no seu desenvolvimento sem, contudo, proporcionar rigidez na ordem de aparecimento das informações. Trata-se, portanto, de uma entrevista estruturada ou semiestruturada. A segunda, por seu lado, por não ser totalmente estruturada do ponto de vista de quem a organiza (o entrevistador), permite que seja o entrevistado a impor o grau de estruturação e, assim, deixar emergir um manancial vasto de informação para posterior análise. É um tipo de entrevista que visa “circunscrever a percepção e o ponto de vista de uma pessoa ou de um grupo de pessoas numa situação dada” (id.:162). As entrevistas que pretendemos efectuar integram o primeiro tipo apresentado.

A realização de entrevistas em contexto investigativo é uma das possibilidades de aceder a informações tidas como necessárias ou desejadas para o processo em curso e distingue-se de outros métodos de recolha de informação, nomeadamente da observação, por ter como objecto principal o discurso do sujeito e permitir regressos ao passado ou projecções no futuro. (De Ketele e Roegiers,; 1999).

Segundo Bravo (1998), a constituição da amostra é sempre intencional baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos, em detrimento dos critérios probabilísticos, procurando as variações máximas e não a uniformidade. A mesma autora identifica seis tipos de amostras (intencionais ou teóricas) passíveis de serem utilizadas num estudo de caso: amostras extremas (casos únicos); amostras de casos típicos ou especiais; amostras de variação máxima, adaptadas a diferentes condições; amostras de casos críticos; amostras de casos sensíveis ou politicamente importantes; amostras de conveniência.

A selecção da amostra do estudo de caso é fundamental, pois constitui o cerne da investigação. Apesar da selecção da amostra ser extremamente importante, Stake (1995) adverte que a investigação, num estudo de caso, não é baseada em amostragem. Ao escolher o “caso” o investigador estabelece um fio condutor lógico e racional que guiará todo o processo de recolha de dados (Creswell, 1994). Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o “caso”.

Estas amostras evidenciam características distintas das amostras probabilísticas presentes nas investigações de carácter quantitativo (Guba & Lincoln, 1994; Yin, 1994; Bravo, 1998): os processos de amostragem são dinâmicos e sequenciais; a amostra é ajustada automaticamente sempre que surjam novas hipóteses de trabalho; e o processo de amostragem só está concluído quando se esgota a informação a extrair através do confronto das várias fontes de evidência.

Uma vez que o estudo visa perceber de que forma decorre a acção municipal no que concerne os âmbitos cultural e educativo, as entrevistas que por nós irão ser elaboradas terão como foco de incidência os representantes da autarquia, nomeadamente o Presidente do Município e o Vereador da Educação, Cultura e Acção Social.

Assim, a amostra consistirá de duas entrevistas realizadas aos mesmos representantes autárquicos tendo em conta o cargo que desempenham na estrutura orgânica da autarquia e os projectos/ actividades sob a sua alçada.

As técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados serão então a observação participante, as notas de campo, as entrevistas estruturadas aos dirigentes da autarquia e a análise documental, principalmente no que concerne a divulgação da informação do Município.

Numa investigação de cariz qualitativo, como referi que se pretende que seja o caso, a recolha, o tratamento e a análise dos dados são um processo contínuo sem, contudo, serem, como refere Amiguinho (2004:233), “etapas sequenciadas e fechadas sobre si próprias”. Pelo contrário, a continuidade do processo advém do facto destas operações e, ainda, como considera este autor, corresponderem a um processo de alternância e de recorrência de que se deita mão em momentos diferenciados do processo metodológico ou mesmo no interior de cada um deles (idem).

Após a fase preliminar de tratamento de dados seleccionamos como principal estratégia de análise dos mesmos o “método comparativo constante”, segundo Merriam (1998). Este método permite construir categorias que funcionam como elemento conceptual básico a partir do qual se procede à interpretação dos dados. Assim, e à guisa de conclusão, proceder-se-à à discussão dos resultados através de um confronto entre os resultados da pesquisa empírica e o quadro teórico-conceptual.

Acreditamos que os resultados deste e outros estudos poderão vir a constituir-se eles mesmos como documento de trabalho sustentador de reforço ou reformulação de propostas culturais e educacionais para a cidade. Pretende-se que o estudo em questão possa servir de contributo para um “despertar educativo” que leve conseqüente consciencialização da importância da questão e à sua colocação na agenda política do município, de modo a que o estudo sirva para a existência de uma política concertada à escala local. Por fim, parece-nos de total pertinência sugerir que esta investigação possa servir como incentivo à adesão do Município ao Movimento das Cidades Educadoras.

2.2 Descrição do concelho: contexto geográfico, socioeconómico e patrimonial

O concelho de Ponte de Lima insere-se na NUT III Minho-Lima e pertence ao distrito de Viana do Castelo. Faz fronteira com os concelhos de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Viana do Castelo, Barcelos e Vila Verde. É um dos 10

concelhos que integram o Distrito de Viana do Castelo, região vulgarmente conhecida por Alto Minho, ocupando uma posição central no Vale do Lima.

Com uma área de 321.2 Km², integra 51 freguesias pelas quais se distribuem, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2001, aproximadamente 45 000 habitantes em 612 lugares.



Fig.1: Mapa do Concelho de Ponte de Lima e seus acessos

Fonte: <http://vitorinodasdonas.googlepages.com>

A situação geoestratégica do concelho é bastante favorável ao seu desenvolvimento, uma vez que beneficia de um importante nó de comunicações rodoviário que o tornam próximo de importantes centros urbanos e infra-estruturas nacionais e internacionais. Relativamente à rede viária, encontramos no concelho acessos à A3 Porto/Braga/Valença, à A27 Viana do Castelo/Ponte de Lima, à via rápida IC28 Ponte de Lima/Arcos de Valdevez/Ponte da Barca e ainda à via rápida IC1 Porto/Viana do Castelo.

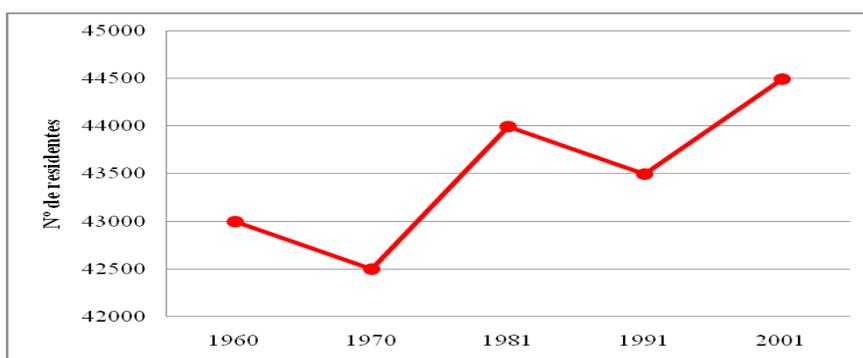
No que concerne os aeroportos, dista de cerca de 75 km do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto e de 60 km do Aeroporto de Vigo. Um pouco mais distante, mas também de fácil acesso por autoestrada, encontra-se o Aeroporto de Santiago de Compostela, a cerca de 132 km de distância.

As vias de comunicação marítimas estão acessíveis, nomeadamente o Porto de mar de Viana do Castelo a 25 km e o de Leixões a 75 km e o de Vigo a 65 km.

Demografia

A evolução demográfica em Ponte de Lima tem-se desenrolado de forma irregular ao longo dos tempos. Como podemos observar no gráfico nº 1, verificou-se na década de 1960 um decréscimo da população, o qual se deveu a um fluxo migratório que levou muitos habitantes a deixar o concelho e a deslocarem-se quer para as duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto, quer para vários países da Europa e do mundo.

Na década seguinte, registou-se um aumento significativo da população residente, passando esta a situar-se perto das 44 000 pessoas. Entre 1981 e 1991, verificou-se um pequeno decréscimo de quase 600 habitantes, residindo no concelho por esta data 43 421 indivíduos. Em 2001, registava-se a presença de 44 343 pessoas a residir no concelho.



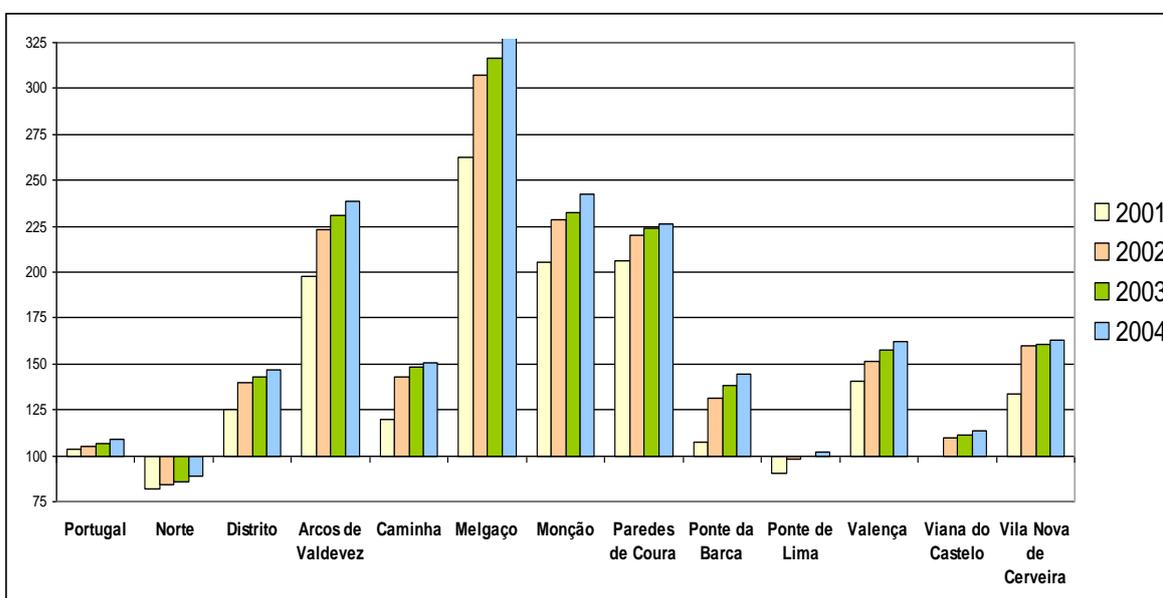
Gráf.1: Evolução da população residente no concelho de Ponte de Lima

Fonte: <http://portal.min-agricultura.pt>

Um indicador que também nos elucida sobre as características demográficas da população é o índice de envelhecimento - consiste na “relação existente entre o número de idosos, população com 65 e mais anos, e o de jovens, população com menos de 15 anos por

cada 100 indivíduos” (<http://www.alea-estp.ine.pt>) - pois é um bom indicador para resumir a estrutura etária dos residentes num território. O concelho de Ponte de Lima no ano de 2001 apresentava o valor mais baixo de Índice de Envelhecimento da NUT III – Minho Lima, com um valor de 104.3, contrastando com Melgaço, que é o concelho com o Índice de Envelhecimento mais elevado (342.0). O índice do concelho é também inferior à média nacional que se situa nos 110.1.

Ponte de Lima é um dos poucos concelhos inseridos na NUT III –Minho Lima que regista um Saldo Natural Positivo, ou seja, o número de nados-vivos é maior que o número de óbitos ocorridos.



Gráf.2: índice de Envelhecimento dos concelhos do Alto Minho

Fonte: <http://www.alea-estp.ine.pt>

Além de gozar de uma posição estratégica geográfica favorável ao crescimento demográfico e económico, a Vila que não quis ser cidade apresenta uma dispersão da densidade populacional homogénea, o que significa que os habitantes vivem distribuídos pelo território de forma equilibrada. O panorama etário dos cidadãos é outro dado bastante animador, sendo o número de população jovem muito elevado e a percentagem de idosos a mais baixa do distrito.

A complementar os valores naturais, patrimoniais e culturais, factores determinantes para o desenvolvimento sustentável do Concelho, acrescem também os benefícios fiscais que o

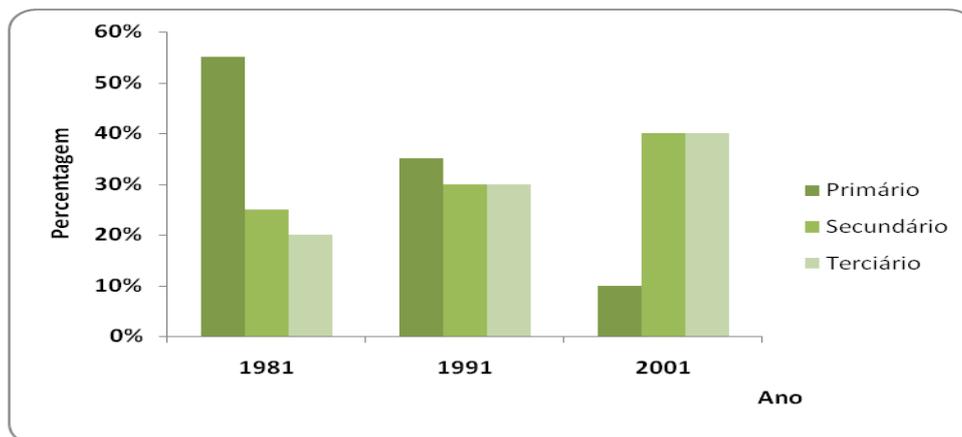
Município de Ponte de Lima tem promovido no sentido de incentivar a fixação de população e de novas iniciativas empresariais, bem como de melhorar o nível de vida dos cidadãos já residentes.

Economia

Para que se possa compreender a dinâmica de um concelho, é necessário conhecer a sua estrutura económica, nomeadamente no que diz respeito aos três sectores de actividade: primário, secundário e terciário.

No início da década de 1980, o concelho de Ponte de Lima era essencialmente marcado pelo sector primário (agricultura, pecuária, pastorícia e pesca). Como podemos observar através da análise do gráfico nº 3, mais de metade da população activa que residia no concelho dedicava-se à agricultura, essencialmente de minifúndio. Esta actividade representava um meio de subsistência importante numa região em que as características do solo são propícias à prática agrícola. Nesta década, os sectores secundário e terciário ocupavam uma parcela pequena no total da actividade económica da região.

Com o passar dos anos, a agricultura perdeu o lugar para os sectores secundário (indústria) e terciário (serviços), mas continua ainda bastante presente na realidade do concelho que apresentava em 2001 cerca de 39,2% de superfície agrícola utilizada em relação à área total. Algumas destas áreas situam-se nas margens do rio Lima e são comumente designadas por veigas, apresentando características próprias para a cultura intensiva do milho, outros cereais e produtos hortícolas. Em zonas já mais afastadas do leito do rio predomina o cultivo da fruticultura, a vinha e algumas espécies florestais. Situada num vale, rodeado por diversas montanhas, é nestas que se encontram óptimas condições para a prática da silvicultura, pastorícia, cultivo de cereais e forragens para o gado.



Gráf. 3: Evolução do emprego por sector

Fonte: <http://portal.min-agricultura.pt>

No que respeita o sector secundário (indústria e actividades extractivas), é notória a sua grande evolução, sendo também em 2001 o sector que mais população empregava no concelho. Podemos contudo dizer que o seu potencial máximo ainda não foi atingido, pois as indústrias existentes são, maioritariamente, de pequena dimensão e a sua área de actuação limita-se ao concelho e a zonas periféricas do Vale do Lima.

A principal indústria extractiva é a de granitos, sendo parte da sua produção destinada a exportação. As restantes indústrias com peso mais significativo são na área da construção e obras públicas, serrações, lacticínios, alimentação e bebidas.

A construção civil era até á data o ramo industrial que ocupava mais população activa.

O sector terciário ganha aos poucos maior espaço na realidade sócio-económica do concelho, impulsionado principalmente pelo turismo.

Ponte de Lima é um concelho com uma base económica pouco diversificada, verificando-se ausência de especialização no seu tecido económico pelo equilíbrio na distribuição da população activa pelos três sectores de actividade, embora o sector secundário apresente um ligeiro destaque.

A superfície do concelho é utilizada especialmente para fins florestais (50,5%) e uso agrícola (36,1%) Os terrenos mais férteis, situados nas margens dos rios Lima e Neiva, vulgarmente designados por veigas, apresentam características próprias para a cultura intensiva do milho, outros cereais e produtos hortícolas. A meia encosta, predomina a fruticultura, a vinha e algumas espécies florestais, as forragens e o milho. Nas zonas de montanha, predomina a floresta, a silvicultura, a pastorícia, bem como o cultivo de cereais e forragens para o gado.

Este sector de actividade debate-se com um conjunto de obstáculos, apesar das suas potencialidades. Impera um acentuado parcelamento das propriedades; a avançada idade dos agricultores, a consequente ausência de qualificação profissional e a resistência à modernização; o sub-aproveitamento das áreas de baldio; ausência de canal de escoamento específico para comercialização de produtos dos pequenos produtores; predominância da estrutura fundiária de pequena dimensão, são factores que concorrem para o gradual abandono das explorações agrícolas, assumindo, cada vez mais, um carácter de actividade complementar.

A actividade industrial, no concelho de Ponte de Lima, é ainda diminuta e o seu nível potencial ainda não foi atingido. As indústrias existentes são, na sua maioria, de pequena dimensão e a sua área de actuação limita-se ao concelho ou a outras zonas do Vale do Lima.

Existem algumas indústrias que têm contribuído para a retenção da população residente, mas sem capacidade atractiva da população de exterior. A principal indústria extractiva é a de granitos, sendo parte deste granito para exportação. As restantes indústrias, com um peso mais significativo, são a construção e obras públicas, serrações, têxteis, alimentação e bebidas. De notar, finalmente, que a construção civil é o ramo industrial que ocupa mais população activa.

Nos últimos anos, tem-se promovido a criação de espaços de acolhimento industrial, como os pólos industriais do concelho situados nas freguesias de Queijada e da Gemieira, que associados à melhoria das acessibilidades têm constituído factores atractivos ao investimento empresarial.

As actividades do sector terciário, concentram-se essencialmente na vila, sede de concelho, e em Freixo, um outro concelho próximo, tal como o comércio grossista, havendo no entanto e em relação a este último, uma clara tendência para a descentralização. O comércio retalhista apresenta uma grande viabilidade, disperso pelos sectores da alimentação, bebidas, têxteis, vestuário, calçado, materiais de construção e mobiliário. Existe por todo o concelho, uma vasta teia de "vendas" ou "lojas" que constituem um misto de mercearia e café, onde se compram e vendem artigos de primeira necessidade tais como: gás, produtos alimentares, combustível, etc.

Segundo as estatísticas do INE, o número de sociedades sediadas na região Minho-Lima era de 30.484 no ano de 2000. Destas 16.395 encontravam-se sediadas em Viana do Castelo e 3.472 em Ponte de Lima. No ano de 2001, o número de novas sociedades constituídas na região foi de 966 empresas.

Quanto ao pessoal ao serviço nas empresas, o valor registado para toda a região Minho-Lima foi de 30.484 pessoas, sendo de destacar Viana do Castelo que registava 16.395 pessoas, logo seguida de Ponte de Lima que tinha 3.472. Quanto ao volume de vendas das sociedades, o total em 1999 foi de 1.757.432.000 €, sendo 55% deste total de vendas relativas a empresas sediadas em Viana do Castelo e 10.5% de empresas de Ponte de Lima.

Nesse mesmo período, a Região Norte registou 17.246 novas empresas, dentro das 341.581 aí sediadas. O total do pessoal ao serviço registado em 2001 foi de 836.725.

O padrão de distribuição sectorial é muito semelhante entre a região Minho-Lima e o concelho de Ponte de Lima, em particular. Destaca-se o sector do comércio, seguindo-se o da construção. Em terceiro lugar encontram-se três grandes grupos de actividade, e, simultâneo, sendo o referente ao alojamento e restauração, o da indústria e, por último, o da agricultura. Globalmente na região do Minho Lima, estas actividades representavam mais de 80% do total das sociedades da região e absorviam quase 90% do pessoal ao serviço (fonte: <http://www.aepontedelima.pt>, consultada em 23/07/09)

Contudo, as actividades agrícolas ainda predominam, principalmente no vale do Lima, assentando numa agricultura débil, de auto-consumo, pouco vocacionada para o mercado, pelo que apresenta uma expressão económica reduzida contrastando com a importância social que detém. Neste aspecto, servem de exemplo os socalcos, considerados como um dos símbolos mais marcantes deste território, que se têm mantido de geração em geração pela mão humana, de forma intensiva com base numa agricultura de difícil mecanização e pouco rentável e que tem um forte peso na construção da paisagem rural.

Nos últimos 10 anos, podem-se evidenciar como alterações mais relevantes a consolidação e modernização da base empresarial existente, assumindo destaque o surgimento de um processo de transição ao nível da especialização produtiva, com forte incidência no sector secundário. Esta situação resulta da conjugação dos investimentos realizados nos domínios das acessibilidades e de infra-estruturas de acolhimento empresarial com a disponibilidade de mão-de-obra.

A actividade económica da região deve-se em grande parte ao sector primário, que concentra cerca de 34% da população activa do concelho. A agricultura, essencialmente de minifúndio, ocupa os aluviões dos vales e galga as encostas estruturadas em socalcos,

entrecruzados com espaços florestais que separam os vales fluviais. A par desta actividade, a pecuária ocupa neste concelho um lugar de destaque. Nesta região o povoamento é denso, e a utilização do solo intensa. Estamos perante uma paisagem fortemente humanizada, sem esquecer a presença de uma vegetação natural basicamente constituída por espécies autóctones. Dentro desta estrutura paisagística, devemos ter em conta as zonas de elevado interesse biológico como a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro d'Arcos (criada pelo Decreto Regulamentar de 19/2000, de 11 de Dezembro). A sua característica ecológica é em grande medida devedora da especificidade dos cursos de água.

Estes elementos estruturados da paisagem são também receptores de actividade humana exercida com fins de lazer e que identifica um outro recurso da região - O Turismo.

O concelho de Ponte de Lima encerra um número significativo de alojamento concentrado, essencialmente, nas casas de Turismo de Habitação, com valências de grande qualidade. Sendo o berço desta modalidade, representa a maior oferta a nível nacional, e por tal, considerada a capital do Turismo de Habitação. Esta prática de alojamento desenvolve-se em três categorias: Agroturismo, Turismo de Habitação e Turismo em Espaço Rural.

A par destas ofertas, foram criadas infra-estruturas de qualidade que complementam e constituem um forte factor de atracção turística tal como o Campo de Golfe, o Centro Hípico de Calvelo, o Centro Equestre junto à Vila de Ponte de Lima, na margem do rio e o Clube Náutico que incrementou a prática dos desportos náuticos, tirando partido dos recursos hídricos existentes.

O património histórico

Ponte de Lima ¹¹ é uma vila, sede de concelho, banhada pelo rio Lima - outrora chamado Lethes, rio do esquecimento - e situada no verdejante Minho, na região norte do país, de feição predominantemente agrícola.

¹¹ "Reis e poetas envaideceram-na, nobres e burgueses disputaram o seu chão, sacerdotes, frades e clérigos encaminharam para o céu, ao som do canto gregoriano, as suas preces por vivos, mortos e ausentes e o povo, esse eterno peregrino do geirar da terra, enquanto chorava e rezava pelos que partiram, nunca se esqueceu de encher ruas, becos e vielas, sempre que a alegria pulou o muro da cerca com que um dia o justiceiro Rei D. Pedro a mandara eufemisticamente cintar." (Almeida; 2007:11)

A região de Ponte de Lima foi habitada desde os primeiros tempos da pré-história e tem vários monumentos megalíticos espalhados pelas suas 51 freguesias. Situada em pleno coração do vale da Ribeira Lima, na antiga via militar Braga-Tui, pertenceu até ao reinado de D.Afonso Henriques à Diocese de Tui.

É considerada a mais antiga vila portuguesa, tendo-lhe sido concedido o foral em 1125 pela rainha D. Teresa ordenando esta realização de uma feira de modo a fixar a população e promover a economia. Assim, ainda hoje se comemora a 4 de Março, em todo o concelho, o dia de Ponte de Lima.

Posteriormente, no séc. XIV, D.Pedro I protegeu e fortificou a vila que, no reinado de D.Fernando, era o ponto mais seguro do Norte de Portugal. Vila lendária e senhoril, era na Idade Média uma singela cidadela muralhada e ameada e da sua história fazem parte ruas com fachadas góticas, maneiristas, barrocas, neoclássicas e oitocentistas e a notoriedade da sua arquitectura religiosa.

Teve, na época medieval, como suporte uma estrutura económica baseada no carácter comercial e mercantil reforçada com a institucionalização da feira, que ainda hoje se estende quinzenalmente pela frente urbana da vila bordejando o Lima.

O seu rio, ponto de referência e eixo ordenado da vila, foi até ao dealbar do séc. XX uma via de comunicação muito activa, estabelecendo a ligação da vila com os centros urbanos do litoral e do interior do vale e atravessado por uma ponte medieval, construída a partir de uma romana, que estabelecia os contactos entre as duas margens e permitia a ligação da vila, por terra, a outras paragens, tendo muitas vezes servido como passagem obrigatória dos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela.

Durante o reinado de D.João V, Ponte de Lima sofre grande evolução, tal como outros centros de maior dimensão por todo o país. E é neste período de fervilhar económico que o concelho é brindado com notáveis construções arquitectónicas e civis.

Do património arquitectónico e cultural da vila - marcadamente medieval e renascentista - merecem destaque a Igreja Matriz do séc. XV, a Torre da Cadeia Velha ou da Porta Nova do séc. XIV e a Torre de São Paulo, integrada no que resta das muralhas defensivas e em cujas pedras podemos ainda hoje ver datadas as marcas das várias cheias que atingiram a vila ao longo dos tempos. Cremos ainda que são dignos de menção o Convento de Santo António do séc. XV - cuja Igreja alberga actualmente o Museu dos Terceiros, com uma rica colecção de

carácter permanente de arte sacra, a Igreja da Misericórdia ou a Capela da Nossa Senhora de Penha de França de inícios do séc. XVII.

As suas ruas de casas pitorescas, tipicamente minhotas, respiram história, integrando um grande número de solares e casas apalaçadas. E é devido a muitos destes solares que esta terra é denominada de “a capital do Turismo de Habitação” do país. Desde um passado histórico fortemente marcado pela época Medieval foi crescendo até hoje uma paisagem urbana que mantêm como eixos de referência uma igreja e uma ponte em torno das quais *“os habitantes da vila revelam a capacidade de transformar um espaço em múltiplos espaços mercê das marcas do seu quotidiano, dos seus jogos de poder e dos seus lazeres”*.(Andrade;1990).

O património ambiental

O concelho de Ponte de Lima caracteriza-se pela existência de elementos de elevado impacto visual, como zonas de montanha e serras que delimitam a bacia hidrográfica do Rio Lima. A sul deste rio destaca-se a Serra da Padela e a norte as Serras de Arga, Antela, Formigoso e ainda o conjunto de elevações do Penedo de S. Simão. O Rio Lima e outros afluentes e ribeiras, das quais se destacam o Rio Labruja, o Rio Estorãos, o Rio Cabril e o Rio Trovela, constituem no seu conjunto, o principal elemento de vida ecológica na região.

Verifica-se ainda a existência de locais importantes no que concerne à conservação de natureza, que albergam e/ou possibilitam a presença de interessantes espécies de fauna e flora, e que, posteriormente, originam a classificação de zonas com estatuto de protecção, como sejam o Sítio Rio Lima da Rede Natura 2000 e a Área Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos (APPLBSPA).

A regressão demográfica e o processo migratório para zonas litorais têm provocado a desertificação de zonas rurais, cujo património histórico, paisagístico e meio ambientais tem vindo a perder dinâmica e a ser seriamente afectado pela redução de população. Assim, está em causa o equilíbrio territorial local e regional, tornando-se indispensável a fixação de população nestas zonas para o desenvolvimento sustentável de futuro.

Os territórios geomorfologicamente mais difíceis e isolados foram os primeiros onde se produziram em maior grau os fenómenos de despovoamento das aldeias. Do ponto de vista demográfico, verificou-se um envelhecimento da população, motivado pela descida da natalidade

e pelo incremento da esperança de vida, bem como pelo movimento migratório do segmento em idade laboral.

A população concentrou-se num eixo urbano litoral e nos centros urbanos interiores, motivada pela busca de oportunidades de trabalho e procura de melhores condições de vida, o que provocou maior pressão sobre a ocupação residencial do solo (preço e impacto ambiental) nas zonas receptoras, esvaziando as zonas de origem.

Desde o ponto de vista económico, muitas destas aldeias despovoaram-se pela ausência de viabilidade de um tecido produtivo vinculado fundamentalmente ao uso agropecuário de carácter tradicional, inviável com as novas condições de mercado, começando por aquelas de mais difícil exploração.

É também um factor igualmente importante para a desertificação populacional, a cultura que identificava o “velho” com “atraso”, impulsionando o abandono dos velhos edifícios em favor de novas edificações pouco respeitosas com o meio, com escassas condições de habitabilidade e urbanisticamente tendentes a incrementar a dispersão.

Numa região marcadamente rural, os espaços florestais assumem inevitavelmente grande importância, caracterizando também a sua paisagem, e envolvendo produções diversas, desde os produtos lenhosos, à caça e ao mel, sendo também cenário de diversas práticas recreativas, lúdicas e desportivas. Contudo, nos últimos anos estes espaços foram fortemente afectados pelos incêndios. Só durante o período de 10 anos (1996-2005), arderam no território cerca de 54.870ha.

Para contrariar estes números têm vindo a ser intensificados vários esforços na prevenção e na tentativa de recuperação das áreas ardidas.

O património imaterial²

² “Sempre que uma sociedade vive um momento em que repensa a sua história e procura encetar caminhos novos para o desenvolvimento e para enfrentar os desafios que as situações difíceis lhe colocam, deve recorrer à sua memória histórica, ao seu património imaterial. A memória não é mais esse local onde são colocados os restos de um passado, as sobras de momentos e tradições devorados pelo tempo. A memória cultural de uma comunidade é o acervo legítimo a que ela deve recorrer sempre que necessário para enfrentar o futuro e ultrapassar as dificuldades mais urgentes e difíceis. É a capacidade de inovar a partir da herança patrimonial e de fundar na história as decisões a tomar que define as sociedades com futuro.” [Campelo, Álvaro (2007). Património imaterial de Ponte de Lima. Município de Ponte de Lima. p.257].

Podemos dizer que os meios rurais têm vindo a ser alvo de uma espécie de “descoberta”, combatendo discursos acerca da uniformização de valores e de características culturais genuínas em virtude da progressão de uma cultura de massas. O património tem vindo a tornar-se numa espécie de símbolo identitário de um grupo e de um local, tendo-se cada vez mais convertido em objecto de representação e de transmissão. Existe uma tendência recente de descoberta do designado “espírito do lugar”, no sentido de que o património constituído por um conjunto de artefactos mais ou menos relevantes, é sobretudo uma representação de um ideal de singularidade e de continuidade, sob novas modalidades e formas.

Uma dessas formas consiste no património oral e, entendemos, é a riqueza desse património que deve ser cada vez mais preservada e divulgada junto das populações locais e essencialmente às populações mais jovens, que por vezes tem dificuldade em entender este património como fazendo parte da sua própria identidade cultural e de reconhecer essa cultura também como sua.

Assumiu-se como património tudo aquilo que possa ser compreendido e sentido como algo que é pertença do grupo que o herda. E neste sentido, surge o património imaterial, onde é possível contactar com “os processos sociais, o meio ambiente, os contextos onde se alimentam as histórias dos homens e as suas memórias. O património cultural é um património social.” (Campelo; 2007:14) Alguns exemplos mais expressivos deste património imaterial passam pela literatura oral, onde podemos inserir variadas lendas, contos, cantigas, provérbios ou expressões que perduram na memória dos mais velhos e ganham nova vida na boca dos mais novos.

Por todo o concelho pululam memórias de lendas com histórias fascinantes que perduram até hoje. A própria origem do nome do rio Lima, que dá o nome à vila, assenta numa lenda que o associa ao “Lethes”, o mitológico rio do esquecimento. Lenda essa muito bem ilustrada pelo escritor e poeta vianense António Manuel Couto Viana:

Lenda Do Rio do Esquecimento
“Era uma vez um rio.(...) Era azul e liso. Não tinha nome, ainda.(...) Pela calma do entardecer, a atingir de vermelho os céus do mar próximo, o pastor (...) conduzia os rebanhos até às areias finas das margens, a beberem frescura na limpidez do rio, longa, longamente... Mas esta paz de paraíso não tardou a ser perturbada pelo passo duro do soldado estranho. Um dia, eis que o exército romano chega junto á margem sul do rio de que vos falo e estaca, rendido, deslumbrado!

Todos supõem estar diante daquele rio Lethes, o Rio do Esquecimento, um rio sem par de que lhe falavam as lendas e as narrativas do seu país. E do Esquecimento, porquê? Porque se dizia que quem ousasse atravessá-lo, enfeitiçado pela sua beleza, logo esqueceria a pátria, a família, o próprio nome. Tomado de pavor, todo o exército se recusou a mergulhar, naquelas águas encantadas a poeira das sandálias até à margem oposta.

Em vão o chefe supremo, Decimus Junius Brutus, lhe ameaçou a desobediência com a prisão e a morte. Ninguém se movia dali, paralisado pela emoção e pelo medo. Mas Decimus Junius Brutus teve uma decisão feliz.

Atravessou, lento, as águas feiticeiras e, mal atingiu o areal da margem direita começou a bradar pelos seus homens, proferindo, de cada um deles, o nome exacto, sem revelar esforço de memória.

Só desta forma convenceu os seus soldados que, afinal, o rio que lhes corria aos pés não era o Lethes do esquecimento, apesar da sua beleza, apesar do seu fascínio. E aquele rio que, por um momento de paixão e de temor, fora baptizado de Lethes, continuou a correr, sem pressa. O rio tem, hoje, o nome de Lima.

Rio do Esquecimento?

Não.

Rio da Lembrança.

Lembrança viva destas terras, por onde desliza e que parece beijar. “

Autor: António Manuel Couto Viana

2.3 A organização do Município:

Estrutura geral, Divisão de Educação e Cultura e o Conselho Municipal de Educação

A autarquia de Ponte de Lima exerce funções no edifício dos Paços do Concelho. Edificado originalmente no 2º quartel do séc. XVI, o edifício foi diversas vezes reconstruído.

Actualmente, a equipa que trabalha no Município é constituída por cerca de 600 funcionários, distribuídos pelos órgãos executivos, pela Assembleia Municipal e pelas Divisões

Municipais (Divisão Administrativa e Financeira, Divisão de Obras e Urbanismo, Divisão de Serviços Urbanos, Divisão de Educação e Cultura e Divisão de Estudos e Planeamento).

As divisões municipais e os serviços

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro³, estabeleceu o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como a delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

De acordo com os princípios afirmados por esta lei, as atribuições e competências seriam assim exercidas pelo nível de administração que a priori estaria mais bem colocado para as prosseguir de forma mais eficaz e próxima às necessidades dos cidadãos.

É neste sentido que surge no Diário da República de 17 de Junho de 2002 uma proposta de reorganização apresentada pelo Município de Ponte de Lima com o objectivo de “responder às necessidades cada vez maiores de desenvolvimento do concelho, à qualidade do serviço prestado aos munícipes e ao incremento da actividade municipal, desde logo justificado pelo alargamento das competências cometidas ao município.” (Apêndice n.º 78, II Série, n.º 137 do Diário da República).

Considerando essas alterações, a estrutura orgânica da autarquia passaria então a partir da data mencionada a ser organizada do seguinte modo: a) Serviços de Apoio Técnico, Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores, Assessoria Técnica, Serviços Jurídicos, Serviços de Informática e Serviço Municipal de Protecção Civil; b) Serviços de Apoio Administrativo; Serviços Operativos: Divisão de Educação e Cultura, Divisão de Estudos e Planeamento, Divisão de Obras e Urbanismo, Divisão de Serviços Urbanos

Abaixo, no organigrama, podemos observar a estrutura orgânica do Município de Ponte de Lima:

³“A descentralização de poderes efectua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados” (Art. 2.º dos Princípios Gerais - 1).

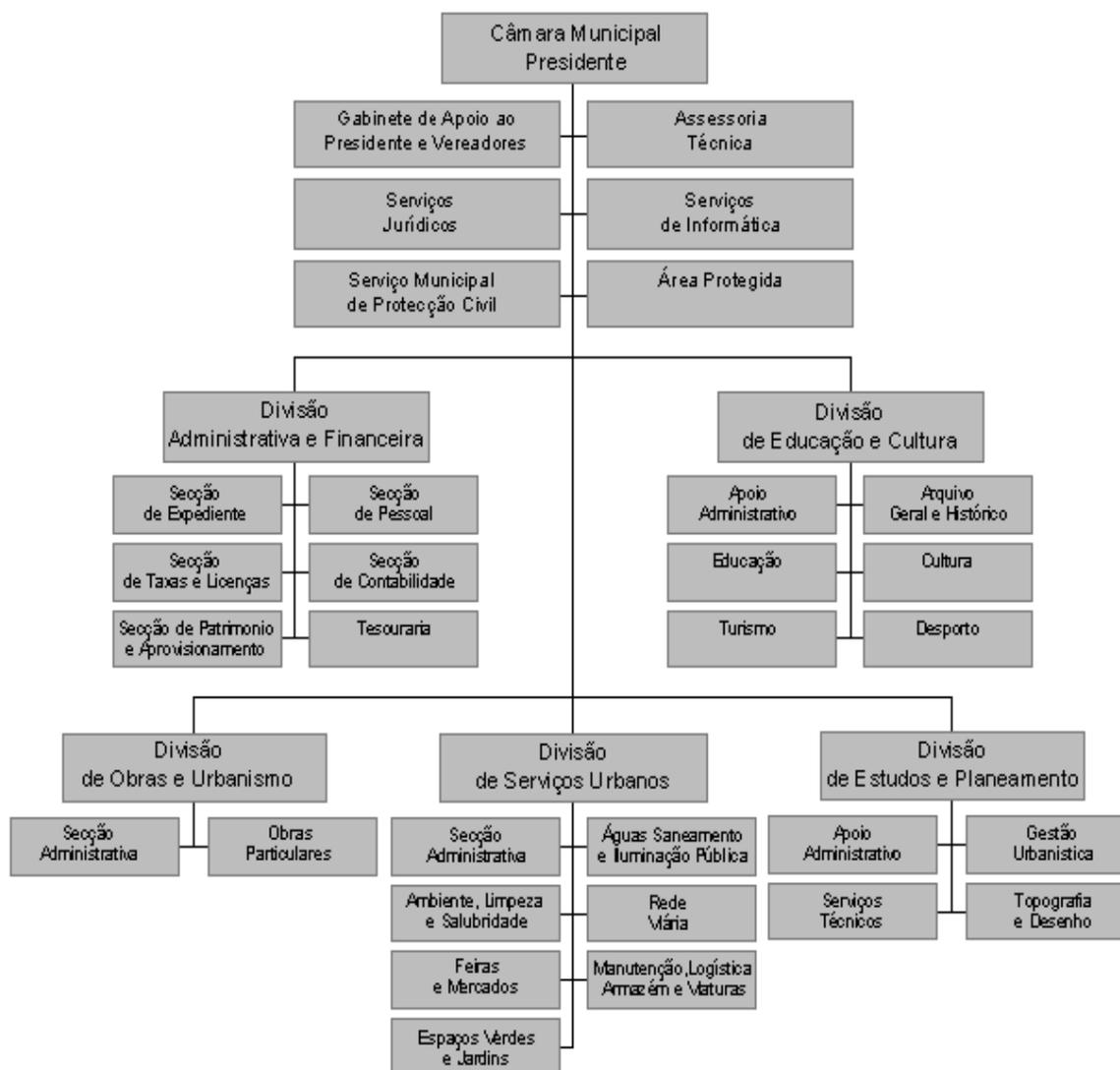


Fig. 2: Organograma do Município de Ponte de Lima

Fonte: <http://www.cm-pontedelima.pt>

A Divisão da Educação e Cultura: o Sector da Educação

Da Divisão de Educação e Cultura (DEC) do Município de Ponte de Lima fazem actualmente parte cerca de 280 funcionários, incluindo os funcionários não docentes dos Agrupamentos de Escolas Básicas do Concelho - funcionários nas categorias de Assistentes Técnico e Assistentes Operacionais – após transferência de poderes do Ministério da Educação para o poder local, nomeadamente no que concerne a gestão de funcionários e instalações das escolas até ao 3º ciclo do ensino básico.

Passaram a ser da responsabilidade das autarquias: a acção social escolar e gestão de refeitórios e seguros, manutenção e obras nas escolas públicas, os transportes escolares e os profissionais não docentes.

Assim, a Divisão da Educação e Cultura está actualmente em processo de reestruturação de objectivos que aguardam aprovação ao abrigo do SIADAP 1⁴ (Sistema de Avaliação de Desempenho dos Serviços da Administração Pública) e que se enquadrem nestas novas atribuições.

Contudo, até à data, a Divisão de Educação e Cultura tem por atribuição o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelo Município regendo-se por alguns dos seguintes objectivos: promover o desenvolvimento cultural da comunidade; orientar as acções de conservação, despesa e valorização do património cultural; planear e executar os programas de ensino e educação da competência do município; apoiar o associativismo e promover turisticamente o concelho.

Quanto ao Sector da Educação, este é responsável, entre outros, por: promover e executar as acções da competência administrativa do município em relação às escolas de educação pré-escolar e ensino básico, organizar e assegurar a rede de transportes escolares e fazer a sua gestão, estudar as carências em equipamentos escolares, fomentar as actividades complementares de acção educativa pré-escolar e básica, nomeadamente nos domínios de acção social escolar e da educação dos tempos livres, promover e apoiar acções de educação de base e complementar de base para adultos.

Para colaborar no cumprimento dos objectivos acima mencionados, este Sector conta com uma equipa de quatro funcionários: duas Técnicas Superiores, sendo que uma delas é Secretária da Vereação, uma Assistente Administrativa e uma Assistente Operacional.

Consultando a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, podemos ler no Capítulo 1, artigo 21º, referente à Organização dos Serviços, que “ao Sector da Cultura compete: promover e desenvolver o nível de cultura das Populações, designadamente através de centros de cultura, e projectos de animação sociocultural; colaborar na elaboração dos projectos de construção de bibliotecas Municipais; superintender na gestão das existentes; efectuar estudos e propor acções

⁴ “Este novo paradigma organizacional pressupõe a escolha de instrumentos capazes de medir a eficácia, eficiência e qualidade da gestão pública, tendo em vista não só a melhoria do seu desempenho, mas também um propósito de prestação de contas e de transparência de actuação da Administração Pública perante os cidadãos”. (QUAR; NORMAS DE ORIENTAÇÃO:5)

de defesa, preservação e protecção do património histórico, paisagístico e urbanístico da área do Município; estabelecer ligações com os departamentos de estado com competência nas áreas de defesa e conservação do património cultural; apoiar as organizações e grupos que localmente se propõe executar acções de recuperação do património artístico e cultural; colaborar e fomentar as artes tradicionais do Concelho, designadamente a música popular, os ranchos, o teatro as actividades artesanais, os grupos corais e promover estudos e edições destinadas a recolher e divulgar a cultura popular tradicional; gerir, dinamizar e promover os espaços culturais, existentes no Município.”

O Gabinete Terra – Imagem e Comunicação

Na sequência do sucesso alcançado com o projecto “Ponte de Lima – Terra Rica da Humanidade”, co-financiado pelo ON1⁵ – Medida 2.2 do Eixo Prioritário II – AIBT Minho/Lima, o Município criou o Gabinete Terra.

Este estudo para uma possível candidatura de Ponte de Lima a património da Humanidade permitiu identificar um conjunto de acções necessárias para o aproveitamento dos diversos potenciais existentes no Concelho, dos quais se destacam a necessária salvaguarda e o aproveitamento de valores e recursos pertencentes ao colectivo do Município: Ambiente, Património e Ruralidade.

O Projecto Terra surgiu da necessidade de traçar um plano estratégico que permitisse o desenvolvimento do Concelho, considerando vários âmbitos: recuperação do património edificado em estado de degradação, apoio na criação de micro e pequenas empresas através de auxílio financeiro e técnico ou ainda dinamização cultural do Concelho através da realização de diversificados eventos.

Com os eventos culturais procura-se uma efectiva diversificação da oferta turística com o objectivo de captar novos visitantes e renovar o interesse de visitantes habituais. A aposta em eventos culturais consolida-se e afigura-se como um veículo seguro para chegar a um turismo crescente e multifacetado, onde não só se preserve o nome da região mas também se promova o desenvolvimento social, educacional e cultural.

⁵ ON (Programa Operacional da Região Norte): Visa a coesão, o aumento da competitividade e a dinamização socioeconómica da Região Norte. O Programa é composto por 33 medidas, agrupadas em III eixos prioritários. (<http://www.ccr-norte.pt>)

Os eventos culturais são vistos como um forte atractivo turístico, especificamente as feiras e os festivais que surgem por toda a parte destacando as singularidades e fortes potencialidades de determinada região onde se inserem.

O “Festival Internacional de Jardins” e a “Feira do Cavalo” são dois importantes exemplos que pretendem promover a imagem do concelho, assentes nos três pilares de força da política estratégica do Município: Ambiente, Património e Ruralidade.

Primeiramente, os eventos culturais destinavam-se à usufruição da população residente, mas nos últimos anos foi percebida a sua forte componente de veículo de atracção turística e, conseqüentemente, divulgação da imagem do concelho. Funcionam, assim, como “catalizadores da renovação do desenvolvimento urbano” e contribuem para a satisfação das necessidades locais de lazer, a conservação de tradições autênticas, o incremento do relacionamento entre a população local e os turistas, a conservação do património cultural e histórico e, ainda, a cooperação organizacional local. (Getz;1991)

Com o Projecto Terra pretendeu-se dar continuidade ao trabalho iniciado e aprofundá-lo numa ligação aos cidadãos e às empresas do concelho interessadas em promover o aproveitamento dos valores e recursos concelhios numa lógica de iniciativa privada que, para além do cumprimento dos objectivos de sustentabilidade e preservação cultural, possam contribuir também para o desenvolvimento económico e social da região.

Podemos caracterizar o Projecto Terra como sendo tão abrangente como o seu nome e engloba várias vertentes, entre elas: Terra-Inovar, Terra-Reabilitar, Terra- Incubadora e Terra-Eventos.

Toda esta estrutura pertence à Divisão de Estudos e Planeamento (DEP) do Município e, devido ao seu vasto campo de actuação, engloba diversos profissionais das mais variadas áreas, entre elas Comunicação, Design, Planeamento Regional ou Economia.

É também ao Gabinete Terra que compete dar apoio técnico, logístico, criativo e comunicacional aos eventos promovidos e apoiados pelo Município, ou seja, é a esta equipa que compete a promoção dos principais eventos organizados e apoiados pelo município que ocorrem actualmente no concelho.

O Conselho Municipal de Educação

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, tem como finalidade transferir "efectivamente competências relativamente aos conselhos municipais de educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, e relativamente à elaboração da carta educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino". Este documento resultou da ponderação conjunta entre o Governo e a Associação dos Municípios Portugueses, visando a "aproximação" e a "co-responsabilização" entre os cidadãos e o sistema educativo.

O Conselho Local de Educação passou então a designar-se Conselho Municipal de Educação e definiu-se como "uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover a articulação da intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais, prevendo a eficiência e a eficácia do sistema educativo". No Art.º 4.º, define as competências deste órgão, das quais salientamos: a participação na negociação e execução dos contratos de autonomia a celebrar pelas escolas, autarquias e Ministério da Educação; a articulação das políticas educativas com outras políticas locais, designadamente no âmbito da saúde, da acção social (apoios socioeducativos transportes escolares e alimentação), da formação e do emprego; a elaboração e acompanhamento da carta educativa; a apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município; a deliberação acerca de medidas de desenvolvimento educativo no que respeita o apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; a organização de actividades de complemento curricular, de qualificação escolar e profissional dos jovens.

A sua composição (Art.º 5) integra elementos da autarquia: Presidente da Câmara, que preside, Presidente da Assembleia Municipal, Vereador da Educação, Director Regional da Educação, ou seu representante legal, docentes representantes das instituições de ensino público e privado, representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes, representantes das Instituições de Solidariedade Social, Saúde, Segurança Social, Emprego e Formação Profissional, serviços públicos das áreas da Juventude e Desporto, Forças de Segurança.

Por sua vez, a Carta Educativa (Art.º 10º) é, a nível municipal, "o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edificios e equipamentos educativos a localizar no

concelho", tendo como finalidade uma melhor rentabilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento de cada município (Art.º 11º). A "rede educativa" consiste na configuração da organização territorial dos edifícios escolares com a finalidade de corrigir as desigualdades e assimetrias locais e regionais e assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino para todos (Art.º 13º).

Os normativos apresentados são a expressão do desenvolvimento de políticas educativas de territorialização, isto é, contextualizadas nos espaços, nos locais, numa lógica de democratização, de estabelecimento de parcerias, com destaque para a participação dos pais e das autarquias na vida da escola.

Contudo, muitos analistas e investigadores referem o carácter limitado da intervenção municipal, considerando a descentralização uma mera figura de retórica, para justificar outros modelos de regulação (Barroso e Dutercq, 2005: 38); outros entendem a organização do sistema educativo local feita de medidas avulsas e até desconexas e os conselhos municipais de educação uma oportunidade perdida (Pinhal, 2004: 1); outros ainda entendem a criação dos conselhos municipais de educação como "um controlo remoto" das políticas definidas a nível central (Formosinho e Machado, 2004: 27).

Segundo Sousa Fernandes (1995), a intervenção das autarquias na definição e gestão das políticas educativas locais coloca-nos perante algumas questões: será esta intervenção um potencial contributo para a realização da eficácia e qualidade da educação com vista à promoção da coesão social, ou, por outro lado, poder-se -á tornar um elemento redutor da identidade própria da escola pública, condicionante da autonomia e da eficácia da realização da escola?

Capítulo III

Actividades municipais no âmbito da educação formal

“O aluno, seja qual for a classe social a que pertença e a profissão a que esteja destinado, participa de certos elementos da natureza humana que são comuns a todos e constituem o fundamento das forças humanas.

Nós não temos direito algum de limitar a qualquer homem a possibilidade de desenvolver todas as suas faculdades (...); não temos o direito de negar à criança a possibilidade de desenvolver nem que seja uma só faculdade, nem mesmo aquela que, no momento, julgamos não essencial para a sua futura profissão ou para o lugar que ele terá na vida”

PESTALOZZI

3.1 Os jardins de Infância do concelho e os centros educativos

Na página da internet do portal do Governo podemos ler que “O Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar visa garantir a igualdade de oportunidade de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo, através da prioridade à reorganização da rede de escolas, em colaboração com as autarquias.” Para este programa foram mobilizados significativos recursos financeiros, disponibilizados pelo QREN 2007-2013.

Em 2010 podíamos encontrar distribuídos pelo concelho de Ponte de Lima 27 jardins-de-infância em diferentes freguesias.

Na tabela que se segue apresentamos a informação organizada por agrupamentos com indicação do número de freguesias pertencentes a cada um deles e o número de alunos a frequentar esses espaços em Fevereiro de 2010:

Agrupamento	Número de Alunos
Correlhã (2 freguesias)	171
Arcozelo (8 freguesias)	235
António Feijó (8 freguesias)	365
Arga e Lima - Lanheses (2 freguesias)	54
Freixo (7 freguesias)	202
TOTAL	1027

Fig.3: Número de alunos nos jardins-de-infância do concelho

Fonte: original

A rede escolar tem sido objecto de grande transformação nos últimos anos, indo ao encontro da Carta Educativa. A requalificação das infra-estruturas - com a construção de 10 Centros Escolares, na sua maioria para a população do Pré-escolar ao 1.º ciclo -, pretende oferecer melhores condições de logística para o desenvolvimento da escola a tempo inteiro. Esta transformação da rede foi complementada com implementação de actividades de prolongamento de horário no Pré-escolar e de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo.

O Município de Ponte de Lima precedeu então à reorganização da sua rede escolar e conta actualmente com 10 centros educativos construídos no concelho, nomeadamente nas freguesias da Facha, Correlhã, Arcozelo, Refoios, Feitosa, Fornelos, Gandra, Ribeira, Freixo e Vitorino dos Piães.

Ainda em fase de construção encontram-se duas novas infra-estruturas, uma na sede do concelho e um outro centro educativo na Área de paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro D'Arcos (APPLBSPA).

Na informação apresentada na tabela abaixo e fornecida pelo sector de Educação do Município de Ponte de Lima - actualizada em Fevereiro de 2010 – podemos ver o número de alunos que frequentavam até á data o 1º ciclo do ensino básico nos diferentes agrupamentos do concelho:

Agrupamento	Número de Alunos
Correlhã	285
Arcozelo	428
António Feijó	825
Arga e Lima (Lanheses)	70
Freixo	346
TOTAL	1954

Fig.4: Número de alunos no 1º ciclo do Ensino Básico do concelho

Fonte: original

3.2 Outras formações escolares existentes no concelho

Para além dos Centros Educativos e das escolas de ensino preparatório e secundário, existem ainda no concelho algumas instituições de ensino profissional e também superior.

Apresentamos abaixo a caracterização das várias entidades e o seu contributo no que concerne a oferta educativa do concelho.

3.2.1 As escolas profissionais

No que concerne as escolas profissionais, o concelho de Ponte de Lima disponibiliza na sua vertente profissional de ensino, três instituições, sendo elas a Escola Profissional Agrícola de Ponte de Lima (EPAPL), a Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA), e a Escola Tecnológica, Artística e Profissional (ETAP).

Nesta secção apresentamos uma breve caracterização de cada uma bem como a sua articulação com a autarquia e a sua política educativa.

Escola Profissional Agrícola de Ponte de Lima

Contexto físico e social

A região onde se insere a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima é vulgarmente designada por Vale do Lima. A Escola tem natureza pública e integra-se na rede de estabelecimentos de ensino oficial do Ministério da Educação. A sua oferta educativa, centra-se em cursos de carácter profissionalizante que pretendem responder às necessidades formativas do tecido empresarial da região e as opções são sempre encontradas, auscultando os parceiros sociais que têm responsabilidade no desenvolvimento económico e social da região.

A Escola Profissional de Ponte de Lima foi criada em 1991 por vontade de algumas entidades locais e do então existente Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional tendo, por génese, a área agrícola da Escola Secundária de Ponte de Lima.

Fizeram parte da sua criação a Escola Secundária, Câmara Municipal, Cooperativa de Agricultores do Vale do Lima e Adega Cooperativa de Ponte de Lima. Era, à data, uma escola de natureza pública, prosseguindo fins de interesse público e gozando de autonomia Pedagógica, Administrativa e Financeira.

Em 2000 tornou-se uma escola pública onde, muitos jovens da região, preparam o seu futuro nas áreas de maior importância no desenvolvimento regional.

Tem ministrado, desde a sua formação, vários cursos nas áreas da Agricultura, Espaços -Verdes e Turismo, Tecnologias de Informação e Comunicação e Restauração (Variantes Restaurante - Bar e Cozinha - Pastelaria).

Articulação e Participação da Autarquia

A autarquia está representada nas reuniões do conselho geral. A sua colaboração tem sido muito benéfica para a Escola com parcerias a vários níveis, nomeadamente: na organização conjunta de actividades/projectos, na dinamização dos estágios dos cursos de educação formação e dos cursos profissionais, na cedência recíproca de espaços, e na comparticipação financeira para novos projecto de validação e crescimento da Escola.

A Escola participa no Conselho Municipal de Educação através do Director nas suas reuniões periódicas como convidado.

Articulação e Participação das instituições locais – empresas, instituições sociais e culturais

A escola mantém parcerias/protocolos com diversas entidades, privilegiando assim a abertura da Escola ao exterior. Neste âmbito podemos referenciar várias empresas e instituições locais (realização da Formação em Contexto de Trabalho, das Provas de Aptidão Profissional, das Provas de Avaliação Final e actividades de integração na vida activa de alunos): Os Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima (Aprovado um Curso CEF – Bombeiro), GNR/Escola Segura (na área da segurança), O Centro de Saúde de Ponte de Lima (Palestras de Sensibilização e Gripe A), A Escola Superior Agrária de Ponte de Lima (Feiras, Visitas de Estudo, Parcerias Formativas), A APACRA, A VESSADAS, A COOPALIMA, A AVITILIMA, (no âmbito da dinamização dos projectos da área Agrícola), APEPA (Projectos Comunitários), A Região do turismo, A Associação Desportiva Limianos e Clube Náutico (várias instituições no âmbito do Desporto Escolar), DREN (Feira da Formação e da Educação de Viana do Castelo), parcerias que são coadjuvadas com a formação de equipas de trabalho para o desenvolvimento das actividades.

Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA)

A Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA) surgiu na sequência da Publicação do decreto-lei 4/98, de 8 de Janeiro, sendo resultado de um projecto que irmanou autarquias e outras instituições profundamente sedimentadas no contexto social, cultural e económico dos concelhos minhotos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

São cooperantes da Escola Profissional do Alto Lima os Municípios de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, a Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, o Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes e o Grupo de Estudos do Património Arcuense.

Embora tenha a sua sede nos Arcos de Valdevez, a instituição de ensino está representada muito recentemente no concelho de Ponte de Lima por uma delegação.

Escola Tecnológica, Artística e Profissional (ETAP)

Em 1989, foi criada a ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional em Caminha, distrito de Viana do Castelo com o intuito de organizar cursos de formação profissional de nível II e III dirigidos inicialmente a jovens nas áreas da construção civil, hotelaria e turismo e artes gráficas.

Em 1996, foi criado um outro pólo em Vila Nova de Cerveira e nesse mesmo ano a Escola abandonou a anterior denominação passando a adoptar a designação de ETAP Vale do Minho.

A ETAP passou a desenvolver formação de adultos financiada pelo POEFDS a partir de 1997.

Já em 1999, na sequência da aprovação do Decreto-lei n.º 4/98, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais, foi constituída a COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, CRL dando cumprimento ao estipulado no referido Decreto-Lei que determinava que as Escolas Profissionais passassem a ter uma entidade proprietária.

A partir do ano 2000 segue-se um vasto crescimento da oferta formativa - com o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Centro de Novas

Oportunidades - e a abertura de mais um pólo em Valença do Minho e, posteriormente, em Ponte de Lima.

Consultando o sítio que a instituição disponibiliza na internet podemos ler que esta tem como missão “organizar a formação nos diversos níveis de educação e formação integrados em percursos diversificados de qualificação profissional, com vista a dotar os jovens e adultos que a procuram dos saberes e competências que lhes propiciem uma melhor inserção no mundo do trabalho”.

Podemos ainda referir que a “estratégia da ETAP vai no sentido de continuar a apostar na organização da formação que seja consistente com as necessidades da região”.

São objectivos essenciais da ETAP: proporcionar aos formandos uma sólida formação cultural, científica e tecnológica capaz de os preparar para a vida activa; incentivar a participação, envolvimento dos Pais/Encarregados de Educação no percurso formativo dos jovens; Desenvolver planos de formação que dêem resposta às necessidades individuais de formação; valorizar e potencializar os recursos humanos da região desenvolvendo e reforçando parcerias; promover a articulação entre a escola e o tecido empresarial, contribuindo para o desenvolvimento económico do país; Formar para a cidadania, participação cívica, fomentando os valores de cooperação, solidariedade e justiça; proporcionar aos jovens o domínio das tecnologias de informação e comunicação; proporcionar aos jovens uma consciencialização ambiental e sensibilizar os jovens para a importância de uma educação para a saúde.

A COOPETAPE, entidade proprietária da ETAP- Escola Profissional, à luz dos Estatutos, publicados no DR em 15 de Julho de 1999 tem como objecto social ministrar o ensino em geral e o ensino tecnológico, artístico e profissional, em particular, e desenvolver actividades correlacionadas com a formação inicial e contínua.

A Cooperativa, além de ministrar o ensino, tem ainda como finalidades principais: “contribuir para a formação integral dos jovens proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado; desenvolver mecanismos de aproximação entre a Escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais, do respectivo tecido social; participar no desenvolvimento do sistema educativo, enquadrado nos programas de valorização do ensino, nomeadamente, através da supressão de carências específicas, com a aplicação dos princípios cooperativos, a cooperação e entre ajuda

dos seus membros e colaboração com entidades locais, regionais - e nacionais, realizar manifestações culturais que aprofundem o estudo da problemática da educação e de outras matérias de interesse dos cooperadores e da colectividade; procurar, por todos os meios, a construção de uma escola nova que seja capaz de auxiliar os seus membros numa melhor adaptação ao meio pelo desenvolvimento das suas faculdades e aptidões inovadoras e criativas.”

3.2.2 O ensino superior no concelho

No que concerne o Ensino Superior, devemos dar ênfase à Escola Superior Agrária de Ponte de Lima do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com sede no Convento de Refoios, à Extensão de Ponte de Lima da Universidade Fernando Pessoa, com sede na Casa dos da Garrida ao Arrabalde de S. João de Fora, e à Universidade Aberta, através do CLA - Centro Local de Aprendizagem de Ponte de Lima, sito à Escola da Avenida em Ponte de Lima.

Escola Superior Agrária de Refoios - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

Localização e instalações

A ESAPL localiza-se a 4 km de acesso à A3 (Porto-Valença), a 25 minutos de Viana do Castelo, a 25 minutos de Braga e a 45 minutos do Porto, num espaço rural e de forte carga histórica, transportada pela importância cultural e arquitectónica das suas instalações, recuperadas pelo Arq. Fernando Távora.

As instalações respondem às exigências do ensino superior e incluem: os laboratórios, um centro de documentação, salas de aula, auditório equipado com meios audiovisuais e tradução simultânea, residência de estudantes, recintos e estruturas desportivas e equipamentos de engenharia. Podem destacar-se os recursos informáticos, a disponibilidade e a facilidade de acessos às novas tecnologias de informação e comunicação. A escola possui ainda uma biblioteca, salas de estudo, reprografia, cantina e bar. A exploração agrícola integra diversas infra-estruturas e uma riqueza de património natural e edificado, que permitem desenvolver actividades de carácter técnico-científico e recreativo.

A Escola Superior Agrária de Ponte de Lima (ESAPL) é uma das Unidades Orgânicas integrantes do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), criada em 1985 através do Decreto do Governo n.º 46/85 de 22 de Novembro. É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, nos termos da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

De acordo com os seus Estatutos, a ESAPL é um centro de formação humana, cultural, científica e técnica de nível superior, à qual cabe ministrar a preparação para o exercício de actividades profissionais altamente qualificadas e promover o desenvolvimento da região em que se insere, sendo suas atribuições:

- a) à realização de cursos conducentes à obtenção, nos termos da lei, do grau de licenciatura e de mestrado;
- b) à realização de cursos de especialização tecnológica (Cets) e outros cursos de pequena duração, creditáveis com certificados ou diplomas adequados;
- c) c) à organização ou cooperação em actividades de extensão educativa, cultural e técnica;
- d) d) à realização de trabalhos de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental;
- e) e) à organização ou cooperação na organização de cursos de formação profissional relacionados com os seus domínios de actividade, não directamente enquadrados no sistema escolar;
- f) f) o estabelecimento de acordos, convénios e protocolos de cooperação com organismos públicos ou privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, nos termos dos estatutos do IPVC.

Localizada no concelho de Ponte de Lima, é a única Escola Superior Agrária inserida no subsistema de ensino superior politécnico da Região Agrária de Entre Douro e Minho.

A sua organização interna

A Escola Superior Agrária de Ponte de Lima (ESAPL) adopta um modelo de gestão matricial que se manifesta na interacção entre unidades estruturais de recursos e projectos. Os

diferentes Serviços (Técnicos, Académicos, Administrativos e Documentação e Relação Exteriores) e os Departamentos (Ciências da Planta e do Ambiente; Ciências e Recursos Animais; Engenharia Rural e Tecnologia Alimentar; Economia e Sociologia Rural) permitem desenvolver projectos de: Ensino, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e Apoio à Comunidade.

Actualmente leccionam-se as licenciaturas: Engenharia Agrónómica, ramo de Zootecnia e ramo de Espaços Verdes; Engenharia do Ambiente; Biotecnologia e Enfermagem Veterinária. Nos últimos anos foram leccionadas as Pós Graduações em Gestão de Unidades de Saude e Instituições Sociais (em parceria com a ESEnf-IPVC), Marketing de Vinhos, Saude e Segurança Alimentar (em parceria com ESEnf-IPVC e ESTG-IPVC) e Gestão Ambiental e Ordenamento do Território.

Quanto aos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) ministrados na Escola são os seguintes: Cuidados Veterinários, Culturas Regadas, Gestão de Animação Turística em espaço Rural, Gestão da Qualidade e Sistemas Ambientais, Instalação e Manutenção de espaços Verdes, Mecanização e tecnologia Agrária, Segurança e Higiene Alimentar, Sistemas de Informação Geográfica.

Ao nível do I&DT, a ESAPL participa e coordena, através dos docentes e técnicos em várias equipas e estruturas de investigação nacionais e internacionais, no âmbito de diversos protocolos de cooperação e programas de apoio (PRAXIS, PRODEP, INTERREG, PO Norte, LEADER +, EQUAL, AGRO, AGRIS e IDEIA). Neste quadro, desenvolvem-se projectos nas áreas: de adaptação das plantas e animais a diversas condições ambientais; agricultura biológica; protecção e produção integrada; luta biológica; conservação pós-colheita e processamento alimentar; segurança alimentar e saúde pública; conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais e animais; conservação da água e do solo e gestão de recursos hídricos; modelização de sistemas ambientais; gestão de espaços protegidos; planeamento e ordenamento rural; bio-ecologia e gestão cinegética; gestão e uso de resíduos e efluentes; economia ambiental; sociologia rural; tecnologias e gestão ambiental; desenvolvimento social e local e investigação de mercados agro-alimentares.

Neste quadro mantém-se uma forte ligação a diversas instituições portuguesas e estrangeiras congéneres. Esta proximidade enquadra a possibilidade dos alunos e docentes poderem usufruir de períodos de estudo e trabalho em outras universidades estrangeiras, com

as quais a ESAPL e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) mantêm protocolos no âmbito dos programas SÓCRATES/ERASMUS e LEONARDO DA VINCI (Universidade de Santiago de Compostela - Espanha, Godolo University of Agricultural Sciences - Hungria, Hans den Bosh - University of Professional Education - Holanda, University of Reading – Inglaterra, entre outras).

Em paralelo, organiza um conjunto de eventos de carácter técnico-científico, cultural e desportivo, participa na elaboração de publicações e em actividades de promoção dos recursos e valores locais.

Após uma breve consulta aos seus estatutos, podemos ler que a ESAPL tem como objectivos específicos: a formação inicial; a formação recorrente e a actualização; a reconversão vertical e horizontal de técnicos; O apoio ao desenvolvimento regional; a investigação e o desenvolvimento.

Universidade Fernando Pessoa – Unidade de Ponte de Lima

A Unidade de Ponte de Lima da Universidade Fernando Pessoa está autorizada a funcionar nos termos do nº 3 do art. 7º do Decreto-Lei 107/96, de 31 de Julho. Trata-se de uma entidade que goza de autonomia de funcionamento pedagógico e científico. Como centro de ensino universitário tem como objectivos e atribuições a difusão da cultura enquadrada nos princípios que regem a Universidade Fernando Pessoa.

Actualmente, a Unidade conta com duas áreas de formação distintas, vocacionada para a área empresarial e para as ciências da saúde.

No âmbito da sua actividade têm sido realizados numerosos seminários e conferências, com grande participação da comunidade educativa, em especial dos seus alunos, que têm estabelecido a ponte entre a Universidade e a sociedade, quer levando a instituição à comunidade, quer fomentando o desenvolvimento regional, quer incentivando a comunidade a participar na actividade educativa. São várias as formas de participação e colaboração com entidades públicas da região, que têm demonstrado a maior receptividade e empenho em todos os eventos.

Em termos estruturais, a Unidade conta com três órgãos: o Conselho de Direcção, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, com as competências que lhes são atribuídas nos termos regulamentares. Também os estudantes têm a sua estrutura organizativa, através da Associação de Estudantes e encontram-se representados no Conselho Pedagógico.

A Universidade Aberta – Centro Local de Aprendizagem (CLA)

Em Portugal a Universidade Aberta é a universidade pública de ensino a distância, tendo sido criada em 1988, e regulamentada pelo Decreto-Lei nº444/88, de 2 de Dezembro. Aprovada ao abrigo da Lei da Autonomia Universitária, de 25 de Março de 1994. Tem a sua sede em Lisboa e delegações no Porto e em Coimbra. No ano lectivo que se iniciou em 2007 a Universidade Aberta passou a oferecer os seus cursos em regime *online* através de uma plataforma de *e-learning*, e, a partir de 2008, todos os seus cursos passam a usar aquela plataforma tecnológica.

A Universidade Aberta (UAb), instituição pública de ensino superior a distância, assume como missão fundamental formar estudantes que, por várias razões, não puderam, no seu tempo próprio, encetar ou prosseguir estudos universitários. A Universidade Aberta, por outro lado, procura corresponder às expectativas de quantos, tendo eventualmente obtido formação superior, desejam reconvertê-la ou actualizá-la; o que significa que, por vocação, tentamos ir ao encontro das expectativas de um público adulto, com experiência de vida e normalmente já empenhado no exercício de uma profissão.

A 10 de Julho de 2008 foi celebrado um protocolo de Cooperação entre a universidade Aberta e o Município de Ponte de Lima e criado um Centro Local de Aprendizagem que funciona num espaço cedido pela autarquia.

Os Centros Locais de Aprendizagem são núcleos vocacionados para a promoção de actividades orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida. Resultam da criação de parcerias entre a Universidade Aberta e a sociedade civil, procurando desenvolver uma intervenção, em termos culturais e educativos, enquadrada nas dinâmicas locais e de acordo com as especificidades da respectiva área de influência.

Os Centros Locais de Aprendizagem (CLA) proporcionam o desenvolvimento de uma rede local de apoio à aprendizagem a distância, vocacionada para os novos ambientes virtuais.

Através da criação de uma Rede de centros, a UAb tem como objectivo desenvolver uma adequada interrelação Universidade/Sociedade, estendendo o serviço público de ensino superior a sectores da população que de outra forma se veriam privados dele.

Os CLA são núcleos vocacionados para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Neles dinamizam-se acções educativas de âmbito formal, não-formal e informal, dirigidas para o

aumento de competências académicas, profissionais, culturais e cívicas, em diferentes áreas - técnica, artística, cultural, científica e económica.

Os Centros garantem, no seu âmbito geográfico, o apoio a todas as formações e estudos que tiverem lugar na UAb, estabelecendo um Plano de Formação (tutorias, encontros, seminários, etc.), de acordo com os órgãos académicos.

Os CLA poderão também levar a cabo programas especiais para dar cursos de especialização/formação localmente, através de acordos com as instituições locais (p.ex: dinamização de programas de ensino aberto e livre/extensão universitária; necessidades de formação específica de certos sectores; educação permanente/aprendizagem ao longo da vida).

Cabe ainda aos Centros Locais de Aprendizagem facultar o suporte logístico e instrumental aos estudantes residentes na respectiva área de intervenção, assim como a responsabilidade de coordenação e organização do processo de avaliação presencial. A divulgação da oferta educativa da Universidade Aberta e da especificidade do seu sistema de ensino-aprendizagem faz parte das funções atribuídas aos Centros Locais de Aprendizagem.

Consultando o sítio que a instituição disponibiliza na internet podemos ler que esta tem como missão “organizar a formação nos diversos níveis de educação e formação integrados em percursos diversificados de qualificação profissional, com vista a dotar os jovens e adultos que a procuram dos saberes e competências que lhes propiciem uma melhor inserção no mundo do trabalho”.

3.2.3 A articulação destas formações com o Município

Todas estas formações desenvolvem a sua actividade de cariz educativo numa óptica de parceria regular com a autarquia. Com isto não nos referimos somente ao apoio logístico, financeiro ou de divulgação de eventos que a autarquia pontualmente disponibiliza, mas sim ao desenvolvimento concreto de projectos que contam com o seu apoio

Exemplos de alguns desses projectos são as feiras dinamizadas em parceria com a Escola Profissional Agrícola de Ponte de Lima, os seminários e colóquios realizados no auditório municipal pelo Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta e nos quais intervêm palestrantes de ambas as instituições procurando mobilizar consciências em torno de um objectivo comum, a causa educativa.

Por sua vez, as escolas profissionais, destinadas essencialmente a um público juvenil trabalham em estreita ligação com o Sector de Educação da autarquia. Através do Conselho Municipal da Educação, traçam-se linhas de acção para fomentar a importância de uma aprendizagem contínua junto de miúdos e graúdos.

Algumas destas instituições possuem Centros de Novas Oportunidades, destinados a adultos que pretendam aumentar as suas qualificações, como a Escola Tecnológica, Artística e Profissional (ETAP) e, nestes casos, a cooperação e o encaminhamento por parte da autarquia de situações a considerar, quer seja através do gabinete de Acção Social, do Sector de educação ou do Gabinete de Inserção Profissional, é fundamental.

Capítulo IV

Serviços e actividades municipais no âmbito da cultura e educação não formal

“A escola é, com certeza, a instituição pedagógica mais importante de entre aquelas que até hoje a sociedade foi capaz de oferecer. No entanto (...) a escola ocupa apenas um sector do universo educacional; no que resta dele encontramos, por um lado, o imenso conjunto de resultados educativos adquiridos através da rotina comum do dia-adia (...) e, por outro, aquele sector heterogéneo, múltiplo e diverso (...): aquele ao qual foi dado o nome de 'educação não-formal'”

(Trilla-Bernet, 2003:11)vi

4.1 Serviços e projectos municipais

Alguns dos equipamentos municipais, nomeadamente a teatro Diogo Bernardes, O Museu dos terceiros, A Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal e a Área de Paisagem Protegida, oferecem uma série de actividades incluídas no designado “Serviço Educativo ” e destinadas aos alunos das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Concelho.

Contudo, para além dessas actividades planificadas exclusivamente para as crianças que frequentam as escolas do concelho, há outras actividades que iremos descrever em seguida e que abrangem utentes de diferentes faixas etárias, desde bebés até idosos.

4.1.1 Biblioteca Municipal ⁶

Não é conhecida a data exacta da fundação da Biblioteca Municipal de Ponte de Lima. Contudo, é apontada a data de início para o período da 1º República.

O espólio documental da Biblioteca Municipal – essencialmente constituído pelas obras do antigo Liceu Municipal de Ponte de Lima - localizava-se inicialmente numa sala de um edifício situado na actual “sala de visitas” da vila, ou seja, o largo de Camões.

Posteriormente, mais precisamente no ano de 1965, esse espólio foi transferido para um novo espaço designado pela antiga “Cadeia das Mulheres”, actual Torre da Cadeia Velha. Claro que o passar dos anos significou um considerável aumento do número de obras e consequentemente a necessidade de considerar uma nova mudança de espaço para a biblioteca. Foi então que na década de 80, o então órgão executivo da autarquia, preocupado com a falta de condições necessárias ao bom funcionamento do serviço público da mesma e com o cada vez mais reduzido número de leitores, procurou junto das entidades responsáveis – Comissão de Coordenação da Região Norte e Instituto Português do Património Cultural – diagnosticar os principais problemas existentes e planear possíveis soluções. Com esta atitude, a autarquia pretendia alertar as autoridades competentes para a urgente necessidade de modificar a precária situação, encontrando um espaço físico que permitisse não só albergar devidamente o acervo documental mas também responder às necessidades dos utilizadores do espaço.

A solução encontrada à época -após posteriores atrasos e entraves no projecto de execução -foi a transferência da biblioteca para um edifício que albergara em tempos parte do antigo Hospital da Misericórdia e é aqui que a Biblioteca Municipal se encontra ainda nos dias de hoje.

A inauguração oficial da Biblioteca no actual edifício deu-se então somente a 19 de Setembro de 1993 e neste ano passou a integrar a Rede de Leitura Pública.

⁶ "A Biblioteca Pública, ponto local de acesso ao conhecimento, assegura as condições básicas para uma aprendizagem ao longo da vida, proporcionando liberdade de escolha e o desenvolvimento dos indivíduos e grupos sociais." (IFLA/UNESCO, Manifesto das Bibliotecas Públicas, 1994)



Fig.5: Fachada da Biblioteca Municipal de Ponte de Lima

Fonte: Município de Ponte de Lima

Da Biblioteca Municipal de Ponte de Lima fazem parte as seguintes áreas funcionais: entrada (recepção e balcão de empréstimo), zona infanto-juvenil, zona de adultos, zona de audiovisuais, sala polivalente (auditório) e depósito (fundo antigo).

A recepção ou balcão de atendimento é, essencialmente, um espaço de acolhimento e orientação dos leitores e utilizadores. Aqui prestam-se diversos serviços, entre os quais a disponibilização de informações sobre o funcionamento da biblioteca e respectivos regulamentos, bem como o serviço de reprografia. Este é ainda um lugar onde se processa o empréstimo domiciliário. Neste espaço encontra-se, também, uma enorme variedade de publicações: jornais diários, semanários, locais, regionais, nacionais, desportivos, e também revistas de divulgação e informação geral, consultados diariamente pelos diversos utentes que por lá passam.

A zona infanto-juvenil é dedicada a crianças e jovens até aos 14 anos. E é neste espaço que se encontram disponíveis três postos de acesso à Internet com o objectivo de servirem exclusivamente o público desta faixa etária. Em complementaridade com esta aprendizagem formal, os mais jovens dispõem de diversas actividades de animação pensadas e organizadas especialmente para eles, com o objectivo de enriquecer os conhecimentos e fomentar o gosto pela leitura de forma lúdica e aprazível.

O mobiliário deste espaço e a decoração da sala foram seleccionados de modo a acomodar e agradar os mais jovens. Neste sentido, o espaço é regularmente remodelado e decorado com o resultado das diversas actividades propostas às crianças em função de efemérides/dias temáticos.

A zona destinada essencialmente ao público adulto possui um acervo bibliográfico diversificado, de acesso condicionado e em livre acesso, sendo passível de empréstimo domiciliário. Possui ainda fundos documentais que abrangem várias áreas do conhecimento humano, organizados de forma sistemática, nas estantes, segundo o esquema de classificação decimal universal: 0 Obras gerais de referência / Dicionários / Enciclopédias; 1 Filosofia / Psicologia; 2 Religião / Teologia; 3 Ciências sociais; 5 Ciências puras; 6 Ciências aplicadas; 7 Arte / Espectáculo / Desporto; 8 Linguística / Literatura; 9 Geografia / Biografia / História.

Esta sala contém, igualmente, o Fundo Local, onde se disponibiliza documentos sobre o património cultural e natural de Ponte de Lima. É constituído por monografias sobre a história local, biografias sobre personalidades limianas ou sobre outras pessoas que viveram parte da sua vida nesta vila, assim como, por obras literárias de escritores nascidos no concelho ou que a este se refiram.

As publicações periódicas sob a forma de jornais e revistas locais e também almanaques, anuários, folhetos, panfletos, brochuras diversas e roteiros de cariz local são também materiais reunidos no Fundo Local.

No espaço destinado aos audiovisuais concilia-se a a imagem e o som através da possibilidade de visionamento de filmes em suporte vídeo e DVD e a audição de CD's. Aqui existem, também, documentos audiovisuais, entre os quais, cassetes de vídeo, DVD, cassetes áudio e CD's sobre o concelho de Ponte de Lima, disponíveis para empréstimo domiciliário.

Para facilitar a procura de informação, existem mais três postos de acesso à Internet disponibilizados para a pesquisa.

O auditório – com ligação directa à sala infanto-juvenil – é um espaço vocacionado para a realização de um conjunto de actividades, nomeadamente palestras, debates, apresentação de livros, reuniões, formações.

Por último, e situado num edifício anexo onde funcionou a Biblioteca Municipal durante alguns anos, encontramos o depósito que alberga diversas obras, os livros antigos, raros e preciosos, que não podem ser colocados nas estantes de livre acesso. Preservam-se, igualmente, espólios bibliográficos, legados e doações efectuadas por famílias ilustres de Ponte de Lima, dos quais se destacam, pela sua importância cultural e científica, a documentação de António Feijó, Carlos de Passos, Lopo Feijó e António Ferreira.

A Biblioteca Municipal é um serviço da Câmara Municipal de Ponte de Lima que visa satisfazer as necessidades dos munícipes em informação, cultura, educação e lazer, permitindo aos seus utilizadores o contacto e a fruição das criações literárias, artísticas e científicas, com o propósito de os enriquecer e estimular para novas formas de ver a leitura e a cultura em geral. Distribuída por espaços e ambientes distintos, a colecção e os recursos de informação da Biblioteca foram constituídos com a intenção de proporcionar, ao seu público, uma viagem pela informação e pelo conhecimento que satisfaça e incentive as suas necessidades ao nível da educação, formal ou informal, conhecimento e lazer.

As bibliotecas escolares ⁷do concelho

O Município de Ponte de Lima foi um dos pioneiros a proceder à implementação de Bibliotecas Escolares, no ano de 1997, aquando do lançamento do relatório "*Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*" da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), que define as bases e os princípios gerais para a constituição e funcionamento deste tipo de bibliotecas.

A Biblioteca Municipal, em parceria com os vários agrupamentos de escolas do concelho, efectua anualmente candidaturas à RBE para dar continuidade à integração deste tipo de bibliotecas.

Actualmente pertencem à Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e estão em funcionamento no concelho 19 Bibliotecas Escolares que têm um papel de crucial importância na disponibilização de um conjunto de recursos e equipamentos que permitem o enriquecimento e melhoramento todo o trabalho escolar, oferecendo aos alunos, de diferentes faixas etárias, instrumentos essenciais para o desenvolvimento curricular, assim como para a ocupação lúdica e cultural dos tempos livres.

Neste sentido, com o intuito de garantir o bom funcionamento destes espaços, o Município faculta um leque variado de serviços às bibliotecas escolares, nomeadamente:

⁷ "O conceito de biblioteca escolar inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer. De acordo com este conceito, a biblioteca escolar deve ser concebida como um verdadeiro "centro de recursos educativos" multimédia (livros, programas informáticos, periódicos, registos vídeo e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, etc.), ao dispor de alunos, de professores e, em condições específicas, de outros elementos da sociedade." (in "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares", Lisboa, 1996, pp.17-18)

tratamento técnico de toda a documentação; colaboração técnica no domínio da organização, gestão e funcionamento das Bibliotecas Escolares; formação contínua aos docentes e não docentes ao Serviço das Bibliotecas Escolares; dinamização de espaços de leitura, possibilitando o encontro com escritores de literatura infanto-juvenil; apoio à divulgação das actividades dos Agrupamentos que os coordenadores das Bibliotecas Escolares considerem relevantes; disponibilização de recursos documentais às escolas (empréstimo prolongado, empréstimos especiais para projectos específicos) e manutenção do equipamento informático indispensável ao bom funcionamento de uma biblioteca escolar do 1º ciclo.

Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares do Concelho de Ponte de Lima (SABE), tem como missão a fomentação de uma política coordenada de aquisições, de apoio técnico especializado, de dinamização do empréstimo inter-bibliotecas e de desenvolvimento de actividades conjuntas nas áreas da promoção da leitura, da literacia da informação e da animação cultural no concelho de Ponte de Lima. Este serviço tem a sua base de funcionamento na Biblioteca Municipal de Ponte de Lima, que realiza um trabalho de articulação e cooperação com os Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária.

O acordo de cooperação celebrado pela Rede de Bibliotecas Escolares, Autarquia e Agrupamentos de Escolas do concelho de Ponte de Lima, no âmbito da institucionalização de um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), tem como objectivo o incentivo à cooperação entre as diferentes bibliotecas escolares, no quadro de cada Agrupamento, e a Biblioteca Municipal, no sentido de proporcionar o acesso tão alargado quanto possível dos recursos de informação às escolas e alunos dos diferentes graus de ensino, num quadro de gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

A biblioteca municipal e o serviço educativo

No sítio da Internet da Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas podemos ler o Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública com a seguinte informação:

“A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos

democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais. “

É neste sentido que a Biblioteca Municipal de Ponte de Lima organiza regularmente diversas actividades e disponibiliza serviços dirigidos a toda a população como forma de contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual, combatendo a iliteracia da informação e fomentando hábitos de leitura e aprendizagem.

Um desses serviços é a Biblioteca Itinerante, que funciona como apoio importante à Biblioteca Municipal nas suas actividades com as instituições locais, nomeadamente com os Jardins de Infância e as Escolas do 1º Ciclo do Concelho.

A Biblioteca Itinerante, semanalmente, pretende ir ao encontro de todas as crianças que frequentam alguns dos estabelecimentos de ensino do concelho onde ainda não existe biblioteca escolar, com o objectivo de estimular o gosto pela leitura.

Se considerarmos o público sénior, as actividades programadas são visitas guiadas, sessões de cinema, declamações de poesia e actividades que permitam a interacção com gerações mais novas.

A Bebeteca

O projecto Bebéteca que a Biblioteca Municipal de Ponte de Lima lançou no ano de 2009 promove actividades no último sábado de cada mês, entre as 10h e as 12h30 na sala infantil da Biblioteca Municipal. Esta nova valência contempla um programa cheio de actividades concebido especialmente para os bebés até aos 3 anos de idade que, acompanhados pelos pais ou familiares, poderão desenvolver as suas primeiras brincadeiras orientadas por pessoal técnico

especializado, que coordenará diversas actividades, nomeadamente a Hora do Conto; Exploração Lúdica, Brincadeiras Livres, Atelier "*Vamos descobrir a pintura*" e o Atelier "*Música para Bebés*".

A participação nas sessões é limitada a 10 crianças e as inscrições podem ser realizadas directamente junto dos serviços da Biblioteca ou através dos contactos de telefone e e-mail.

Pretende-se com este espaço proporcionar momentos de dinamização da leitura e de contacto com os livros, onde os pais interagem com os filhos de forma lúdica e criativa.



fig. 6: Actividades da bebeteca

Fonte: Município de Ponte de Lima

Recentemente, através de protocolo celebrado com a Universidade Aberta, a Biblioteca Municipal de Ponte de Lima tornou-se um Centro Local de Aprendizagem - rede local de apoio á aprendizagem á distância - (CLA) dos vários desta universidade existentes por todo o país, na tentativa de proporcionar uma ligação mais estreita entre a Universidade e a sociedade civil.

A Biblioteca, a par com outros equipamentos municipais, dispõe de um serviço educativo com actividades frequentes destinadas às crianças das instituições de ensino do 1º ciclo do ensino básico das escolas do concelho de Ponte de Lima.

Entre as suas variadas actividades, há a Área Projecto “Criar e Recriar através de Fantoques” pretende-se propor às crianças a elaboração de diversos tipos de fantoche (pano, dedos, pasta de papel...) para posteriormente servirem de personagem a histórias por elas imaginadas ou com recurso a recriação de histórias já existentes.

Depois de pensarem uma história, inventarem e reinventarem diálogos e personagens para a mesma, as crianças irão criar todo o cenário alusivo à história e, posteriormente, apresentarem o seu teatro de Fantoques.

As crianças são os principais intervenientes em todo o processo e, através dele pretende-se que tomem consciência de todos os passos necessários à construção de um momento de expressão dramática.

O processo de construção pode ser analisado na tabela abaixo:

Conteúdos Curriculares	Actividades	Duração
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> Imaginar uma história; Estimular o diálogo permanente e explorar questões para se elaborar o texto para a história; Inventar uma história ou recriar uma já existente. 	Outubro
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> Inventar uma história ou recriar uma já existente 	Novembro e Dezembro
Língua Portuguesa Artes/Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> Fazer uma análise da história criada ou recriada e partir para a caracterização das personagens realçando aspectos como: tipos de personagens, o seu vestuário... Criar desenhos e figurinos resultantes da análise feita anteriormente 	Janeiro e Fevereiro
Língua Portuguesa Artes/Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> Partir para a construção de fantoches (fazer os fatos dos fantoches) 	Março e Abril

Língua Portuguesa Artes/Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar a dramatização: criar todo o cenário: a decoração do espaço, exercícios e técnicas de manipulação dos fantoches e ensaio geral da peça; 	Maio
Língua Portuguesa Artes/Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação final do teatro de fantoches 	Junho

Fig. 7: Actividades da Área Projecto da Biblioteca Municipal

Fonte: Biblioteca Municipal

A equipa do serviço Educativo, no âmbito destas actividades, propõe-se atingir os seguintes objectivos:

“a) Promover a leitura e a criação de histórias, assumindo-as como factor de desenvolvimento individual e de progresso nacional; b) Inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras actividades que estimulem o prazer de ler entre crianças; c) Levar a criança a agir, a interagir e a criar saberes através de uma metodologia essencialmente lúdica; d) Procurar, através da animação centrada nos fantoches, intervir no plano cultural e educativo contando histórias através de fantoches; e) Desenvolver múltiplas capacidades, designadamente: a imaginação, a expressão oral, a expressão escrita, o espírito crítico, a criatividade e a expressão corporal; f) Contribuir para o desenvolvimento da fantasia, da imaginação e da liberdade de expressão;”

(Fonte: brochura “Serviço Educativo- Ponte de Lima”)

A Biblioteca Municipal recebeu cerca de 2800 crianças das diversas instituições escolares do concelho, realizando-se mais de 120 sessões de animação cultural direccionadas para o público infanto-juvenil,

No Relatório de Actividades referente ao ano de 2009 podemos ler a seguinte informação: “ ao longo do ano de 2009, nesta instituição, efectuou-se o empréstimo de cerca de 50.000 documentos (material livro e não livro); foram realizadas cerca de 19.000 sessões de acesso à internet, nos vários espaços da biblioteca; efectuou-se a aquisição de 1312 monografias e 262 material audiovisual (CD's, DVD's, Áudio-livros e documentos electrónicos); foram realizados 11 empréstimos Interbibliotecas Este espaço de cultura foi frequentado por cerca de 30.000 utilizadores. Até ao final do ano de 2009 foram inscritos na Biblioteca 9975 utilizador.

No novo portal na Internet do Município de Ponte de Lima podemos ler que os objectivos do serviço prestado neste equipamento municipal são: a) facilitar aos utilizadores todo o tipo de informação disponível na Biblioteca através do empréstimo, consulta local ou remota (via internet), independentemente do suporte em que esta se encontre, contribuindo assim para satisfazer e/ou colmatar as necessidades de educação, informação, cultura e lazer dos utilizadores; b) fomentar o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento cultural do concelho; c) conservar, valorizar, promover e difundir o património documental (impresso e novos suporte) do concelho; d) contribuir para o desenvolvimento cultural, educacional e artístico da população, bem como proporcionar espaços e actividades que permitam a ocupação dos tempos livres da população e, por último, e) fornecer um serviço de informação à comunidade, baseando-se nas necessidades locais que devem ser avaliadas com regularidade. (fonte: www.cm-pontedelima.pt)

4.1.2 Arquivo Municipal

O Município de Ponte de Lima, no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo obteve apoio financeiro para a criação do seu Arquivo Municipal, cuja inauguração ocorreu no dia 4 de Março de 2004, data em que a vila comemorava os 879 anos da entrega do Foral pelas mãos da rainha D. Teresa “ - Dia de Ponte de Lima.

A recuperação da antiga *Casa do Calvário* e conseqüente transformação em Arquivo Municipal permitiu a junção num só edifício de toda a documentação que se encontrava anteriormente dispersa. Deste modo, pode-se dar resposta à preocupação da edilidade de

salvaguardar o património arquivístico existente no concelho e garantir o direito de acesso ao arquivo e registos administrativos.

Do espólio documental que constitui o Arquivo Municipal de Ponte de Lima, merecem especial referência os livros de vereações, os livros de registo (dos quais se destacam os conhecidos livros de "correias"), estatutos de diversas confrarias e irmandades, livros de testamentos, legados pios, uma colecção de 75 pergaminhos, uma colecção de cartas régias e sentenças, 3 forais em pergaminho - de Ponte de Lima (1511), de Souto de Rebordões (1514) e de S. Martinho da Gandra e Beiral (1515) – e dois traslados, em papel, dos forais de Santo Estêvão da Facha (1777) e de Souto de Rebordões (1792).⁸

O arquivo é responsável no plano técnico-administrativo, pela coordenação de todas as acções e tarefas adstritas à Secção do Arquivo da Repartição Administrativa e, no plano cultural, pela defesa e salvaguarda dos arquivos, colecções e mais documentos com valor histórico e patrimonial e de outros organismos, pessoas ou serviços existentes no concelho de Ponte de Lima.

Ao consultarmos a informação disponibilizada no sítio da Internet do Arquivo Municipal podemos encontrar as principais funções deste:

Recolher – Assegurar a transferência de documentos produzidos pelos diversos serviços do Município, bem como recolher arquivos e conjuntos documentais pertencentes a outras entidades com interesse histórico, patrimonial, arquivístico e/ou informativo.

Inventariar – Proceder ao tratamento arquivístico dos documentos de forma a torná-los acessíveis aos utilizadores (estudantes, historiadores locais, particulares...) através da elaboração de instrumentos de descrição documental.

Preservar – Zelar pela salvaguarda das espécies em depósito, entre outras medidas, através da criação de boas condições ambientais e de instalação, acondicionamento e de segurança.

⁸ Eng^o João Gomes d'Abreu: "...completam estes fundos magníficos arquivos particulares na Santa Casa, no Instituto Limiano e nas principais casas senhoriais do concelho constituindo, no todo, um mundo de informação inesgotável, talvez único no país, que entusiasma qualquer estudioso a eleger Ponte de Lima como espaço privilegiado nas suas investigações" (<http://arquivo.cm-pontedelima.pt/historial.aspx>)

Divulgar – Difundir o património documental do concelho de Ponte de Lima ao grande público através da organização de exposições e da realização de actividades de extensão cultural e educativa, bem como com a participação em publicações.”

Numa tentativa de possibilitar uma maior reflexão e divulgação da história do Concelho, desde 2008 que são realizadas palestras denominados de “Serões de História Local” onde alguns historiadores do concelho, e não só, partilham os seus conhecimentos com o público acerca de factos históricos pertinentes na região a vários âmbitos, nomeadamente social, educativo ou político.

Actualmente, estas palestras têm lugar, ocasionalmente, no Auditório da Biblioteca Municipal às sextas-feiras com variados temas, como podemos observar na tabela abaixo disponibilizada no sítio da internet.

SERÕES DE HISTÓRIA LOCAL

ANO	TEMA
2010	<p>Dia 15 de Fevereiro</p> <p>Prof. Doutor Salvato Trigo <i>“A importância de imprensa local: sua natureza e função - o caso do Jornal Cardeal Saraiva”</i></p> <p>Dr. Adelino Tito de Moraes <i>“Cardeal Saraiva - 100 anos ao serviços de Ponte de Lima”</i></p>
	<p>Dia 13 de Fevereiro</p> <p>Prof. Doutora Maria Marta Lobo de Araújo <i>“Honra, pobreza e caridade: os dotes de casamento em Ponte de Lima (século XVII a XX)”</i></p>
2009	<p>Dia 17 de Abril</p> <p>Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela <i>“O Norte de Portugal na Restauração e guerra contra os Franceses”</i></p>
	<p>Dia 26 de Junho</p> <p>Prof. Doutor José Cândido de Oliveira Martins <i>“Para a história da imprensa periódica limiana: secções e suplementos literários e culturais”</i></p>
2008	<p>Dia 9 de Maio</p>

Prof. Doutor António Oliveira Ramos
"Frei Francisco de S. Luís Saraiva na política"

Dia 20 de Junho

Prof. Dr. Teodoro Afonso da Fonte
"A Roda dos Expostos de Ponte de Lima – uma instituição municipal ao serviço das crianças desvalidas e enjeitadas"

Dia 26 de Setembro

Prof. Doutor Álvaro Campelo
"Emparcelamento e regadio do Vale de Estorãos - uma história com muitos estórias"

Dia 24 de Outubro

Dr.^a. Alexandra Esteves
"Violência e conflitualidade em Ponte de Lima na primeira metade do século XIX"

Dia 14 de Novembro

Mestre José Carlos Magalhães Loureiro
"A Educação no Concelho de Ponte de Lima na Segunda Metade do séc. XIX"

Dia 12 de Dezembro

Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida
"D. Leonel de Lima, um fidalgo que marcou a maior vara de Ponte de Lima"

Fig.8: Actividades do Arquivo Municipal

Fonte: <http://arquivo.cm-pontedelima.pt/>

Ao considerarmos o serviço educativo do Arquivo Municipal temos de referir que este permite a visita guiada de um público mais jovem ao espaço que o constitui com o objectivo de promover a história e conservar as memórias locais. Deste modo pretende-se possibilitar um maior conhecimento do que define um arquivo com todos os seus componentes numa óptica de sensibilização para a conservação do património documental, ou seja, preservação da memória colectiva.

Acompanhados pelo seu professor, os alunos podem efectuar a escolha das actividades a desenvolverem. Na brochura que o Município disponibiliza aos munícipes referente ao Serviço Educativo dos seus equipamentos podemos encontrar a seguinte informação:

ACTIVIDADE 1: **Dar a conhecer a importância da República em Portugal, e o que esta trouxe de novo – a bandeira, o hino, a moeda e os Presidentes da República.**
O centenário da República (1910-2010) **Nesta abordagem são realçados acontecimentos e figuras locais da época, tais como o General Norton de Matos.**

ACTIVIDADE 2: A actividade consiste na elaboração do foral a partir da leitura e interpretação do
O Foral de D. Teresa (884 anos) foral outorgado em 1125 pela Rainha D. Teresa

ACTIVIDADE 3: A actividade consiste na representação de uma peça de teatro de fantoches que
Teatrinho de Fantoches dá a conhecer de uma forma simples e divertida o conteúdo do foral de D.
“D.Teresa fez vila o lugar de Ponte” Teresa, outorgado em 1125.

ACTIVIDADE 4: A actividade pretende dar a conhecer, de forma sumária, a evolução da escrita
Scriptorium Medieval ocidental com principal incidência na Idade Média, abordando os diferentes tipos de escrita, os utensílios e suportes usados ou ainda as iluminuras e a importância da função dos escribas na época.
Como instrumentos de base para a actividade, serão fornecidos os documentos originais existentes no Arquivo Municipal.
Depois de uma breve abordagem teórica, os alunos têm à disposição um ateliê de caligrafia antiga, onde poderão elaborar um texto iniciado com uma letra capital.

Fig.9 A: Actividades do Serviço Educativo do Arquivo Municipal

Fonte: Arquivo Municipal

Durante a visita ao Arquivo, as crianças podem ainda participar em vários jogos educativos, entre eles: “A descoberta de Ponte de Lima Monumental” (onde terão de associar os monumentos da vila à respectiva designação), “O Jogo da Memória” (constituído por cartas com os brasões das freguesias do concelho), “Puzzle” (jogo constituído por 51 peças em madeira que formam o concelho), “Afonso Articulado” (construção de boneco articulado através da personagem de Afonso, o logótipo do Serviço Educativo do Arquivo). Existe ainda um desdobrável

com diversos passatempos alusivos às dinâmicas do arquivo, nomeadamente questionário, sopas de letras ou correspondência de imagens.

Na Área Projecto foi criada uma actividade denominada “Descobre como nasce um códice”(anexo 1). Com tal actividade, pretende-se coordenar em cinco sessões a realizar no laboratório de conservação e restauro, dando a conhecer às crianças as técnicas e materiais utilizados na elaboração de um códice, ou seja, um livro manuscrito da idade Média. O processo divide-se em três fases: uma primeira, onde é dado a conhecer o processo tradicional de fabrico de papel com marca de água; uma segunda onde lhes é permitido o contacto com outros materiais e técnicas para a preparação do suporte da escrita onde, num ambiente de oficina, elaborarão uma iluminura e um texto alusivo ao foral de D. Teresa; e por último, segue-se a encadernação do códice.



Fig.9 B: Actividades do serviço educativo do Arquivo Municipal

Fonte: <http://arquivo.cm-pontedelima>.

No ano lectivo de 2008/2009, no que concerne ao Serviço Educativo do Arquivo Municipal, participaram nas actividades 1092 alunos que frequentam as várias escolas do 1º ciclo do concelho, como podemos verificar no anexo 2.

4.1.3 Teatro Diogo Bernardes

O Teatro Diogo Bernardes, localizado na vila de Ponte de Lima, deve o seu nome ao tabelião, administrador e viajante que ficou conhecido como “poeta do Lima”. Foi construído em 1893 e inaugurado três anos depois com o apoio de um grupo de limianos liderado por João

Rodrigues de Moraes. Tal figura foi um reconhecido benfeitor e antigo proprietário da “Villa Moraes”, distinto palacete que é actualmente edifício sede da Valimar-Comunidade Urbana⁹.

Trata-se de um teatro com arquitectura ao estilo italiano, remodelado em 1999, com uma lotação de 310 lugares, sendo que 27 dos mesmos são cativos para o Município de Ponte de Lima e Autoridades.

Com a renovação e abertura deste espaço abriram-se também novas perspectivas no plano cultural a outras iniciativas desenvolvidas por grupos e associações que dele necessitem.

A equipa responsável pela programação deste espaço, coordenada por um director, tenta manter anualmente um leque de actividades diversas e que procuram atender à selecção de diferentes públicos, buscando, no entanto, que a divulgação das ofertas culturais disponíveis também contribua para um maior enriquecimento cultural desse mesmo público e, deste modo ele se encontre presente cada vez mais a assistir a espectáculos que a priori negligenciara.

A gestão de vários espaços e de várias actividades, nomeadamente a programação e gestão da animação na vila, nas freguesias, organização, montagem e divulgação de exposições (Museu Rural, Casa do Arnado e Torre da Cadeia), a recolha e a difusão da informação cultural (através da agenda cultural mensal, painéis electrónicos, cartazes, telas, mupies ou outdoors) são serviços directamente geridos e programados a partir da equipa técnica do Teatro Diogo Bernardes.



⁹ A Comunidade Urbana Valimar (Valimar ComUrb) foi constituída a 11 de Março de 2004 pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

Fig.10: Fachada do Teatro Diogo Bernardes

Fonte: Município de Ponte de Lima

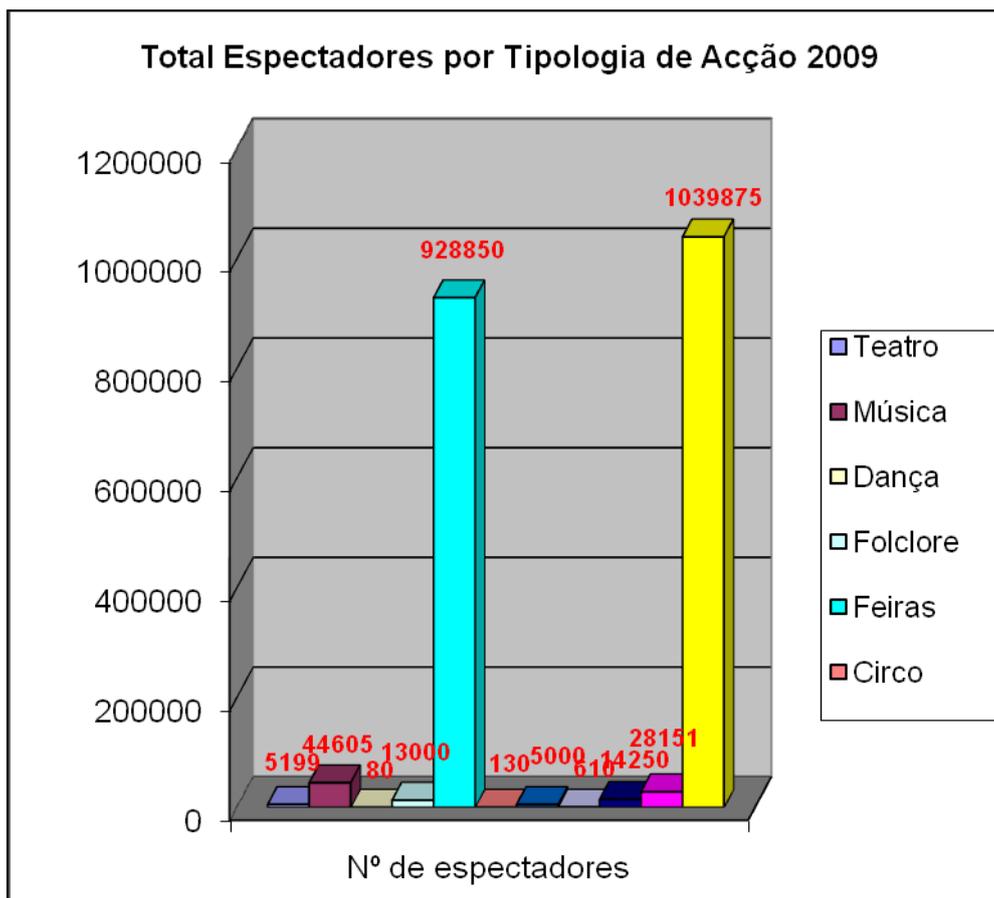
A Missão do Teatro Diogo Bernardes é proporcionar uma programação regular e diversificada pautada por parâmetros de qualidade. Possibilitar aos habitantes da região o acesso às artes do espectáculo bem como incentivar, promover e acolher as produções de iniciativa local.

Com uma programação anual significativa (anexo 3), diversificada e com uma preponderância das produções culturais locais e ainda com a inclusão do serviço educativo para preparar os mais novos para novas formas de ver e apreciar os produtos artísticos, o Teatro Diogo Bernardes tem vindo a tornar-se um espaço cultural de referência na região.

Apresenta como objectivos primordiais os seguintes:” sensibilizar, formar e fidelizar público para as artes e a cultura em geral; ser pólo difusor e dinamizador de práticas culturais sustentadas; aproximar o público do objecto artístico; proporcionar um serviço de proximidade de qualidade; difundir práticas culturais; proporcionar o envolvimento da comunidade escolar através do reforço dos serviços educativos e afirmar o seu espaço como um local de referência cultural na região”.

As Actividades do Teatro Diogo Bernardes

No âmbito da programação cultural e tendo em consideração as opções do plano para 2009, o Sector Cultural desenvolveu um número significativo de actividades que foram distribuídas por vários géneros e por diferentes espaços. Se considerarmos esses espaços onde decorre variada programação ao longo do ano e excluirmos o equipamento municipal do teatro, o resultado no que concerne o número de espectadores é este:



Gráf.4: Espectadores Teatro Diogo Bernardes 2009

Fonte: Teatro Diogo Bernardes

As Feiras, por se realizarem espaços ao ar livre e com uma duração mais prolongada permitem que se registre uma maior afluência a este tipo de evento. Além disso, decorrem anualmente durante os meses de Primavera e Verão, onde a temperatura amena e a época de férias propiciam uma altura mais favorável a este tipo de actividade.

No que concerne o serviço educativo ao longo de 2008 realizaram-se diferentes iniciativas e alargou-se a intervenção com mais visitas guiadas e com a abertura dos serviços educativos para as escolas do 1º CEB.

No que concerne o Serviço Educativo, há uma adequação das actividades às características específicas de cada turma. Numa primeira sessão de trabalho, a equipa responsável propõe-se definir o plano de trabalho a desenvolver, sendo que a base de trabalho das crianças será um texto para dramatizar, envolvendo o grupo na participação e construção de todas as fases da encenação, passando pela representação, guarda-roupa, cenário, adereços, luz e música.

Para o ano lectivo 2009/2010 são disponibilizadas visitas guiadas ao edifício e actividades de encenação programadas directamente com o director deste equipamento cultural.

As actividades a dinamizar no Serviço Educativo contemplam variados aspectos, tais como o enquadramento histórico do espaço ou questões mais concretas que se prendem com a captação da atenção do espectador. (anexo 4)

4.1.4 Museu dos Terceiros

A ideia de criar um Museu de Arte Sacra em Ponte de Lima nasceu nos anos 60 do século XX, no seguimento das obras de recuperação encetadas na igreja Matriz da mesma localidade. Perdida a função original de parte do valioso espólio existente nesse templo, de imediato foi sentida a necessidade de encontrar um novo espaço que permitisse a salvaguarda e a divulgação do património religioso que a Matriz albergava. A igreja do antigo Convento de Santo António foi o espaço escolhido para reunir o espólio proveniente da Matriz, tendo as autoridades eclesiásticas permitido a sua desafecção ao culto.

Germinava o projecto de constituir a partir daqui um Museu que integraria também peças provenientes de outras igrejas e capelas da vila e do concelho, bem como doações e depósitos feitos por particulares. A concretização desse projecto adquiriu novo alento a 2 de Janeiro de 1975 com a fundação do Instituto Limiano - Museu dos Terceiros, cujo Acto Inaugural só ocorreu mais tarde, a 30 de Abril de 1977.

Constituído por dois monumentos religiosos (parte remanescente do extinto Convento de Santo António e edifício da Ordem Terceira de S. Francisco), foi o espaço palco de várias intervenções ao longo dos séculos. Funcionando já como Museu, foi enriquecido, na década de 80 do século XX, com outras colecções, nomeadamente de etnografia e arqueologia.

Embora fosse aumentando o acervo, os edifícios foram-se degradando e em 18 de Fevereiro de 2002 foi celebrado um Protocolo entre o Instituto Limiano e o Município de Ponte de Lima, que estabeleceu uma gestão conjunta do Museu por parte das referidas entidades, visando a recuperação e dinamização futuras.

Desde essa data foram elaboradas duas candidaturas aos Fundos Comunitários: Programa Operacional da Cultura e à Operação Norte. A primeira visou a recuperação do edifício e dos seus elementos artísticos e a segunda a recuperação de algumas peças inseridas na exposição permanente e a informatização do inventário do acervo do museu.

Do acervo do Museu dos Terceiros faz parte essencialmente um espólio de arte sacra, constituído por património integrado e móvel e já pertencente aos dois monumentos religiosos que constituem actualmente as instalações do museu.

O acervo do MUTE foi sendo enriquecido com a incorporação de bens provenientes de outros templos situados no centro histórico de Ponte de Lima, assumindo relevo especial as peças oriundas da Igreja Matriz.

Além do espólio de cariz religioso, o MUTE tem à sua guarda património arqueológico, sobretudo material cerâmico, produto de escavações levadas a cabo no território do Concelho.

As suas colecções mais representativas são a Escultura, a Pintura, o Mobiliário e os Têxteis, que se situam cronologicamente entre os Séculos XV e XIX. Existem ainda outras colecções menores constituídas por objectos pertencentes a outras categorias museológicas, com a Ourivesaria, os Metais, a Cerâmica e o Espólio Documental, com objectos em pergaminho e papel.

Considerando os espaços de exposição do museu, para além da sua exposição permanente, o Museu dedica ainda parte do seu espaço ao abrigo de iniciativas de carácter pontual. Actualmente, podemos encontrar no Museu dos Terceiros uma exposição denominada “20 Peças à Procura de um Mecenas”, cujo objectivo será a divulgação de um conjunto de objectos pertencentes ao acervo do Museu e cujo estado de conservação necessita urgente intervenção de restauro. Deste modo pretende-se apelar a todas os agentes sociais, personalidades individuais e entidades colectivas privadas, que vêm no mecenato cultural uma forma altruísta e prestigiante de salvaguarda e valorização do património.

As Actividades do Museu dos Terceiros

O Museu dos Terceiros apresenta variadas actividades, sob a alçada do seu serviço educativo e de comunicação. Visitas guiadas, actividades de Área Projecto ou ainda iniciativas

temáticas que têm lugar regularmente ficam a cargo de uma equipa de técnicos e animadores socioculturais que as dinamizam em conjunto com a população estudantil.

A temática do museu, que poderia ser considerada à partida complexa para o público infantil, foi adaptada e foram definidos para o efeito vários programas complementares pelo Serviço de Comunicação e Educação. Entre eles, destaca-se a Área Projecto “Descobrir a casa do Francisco”, cujo objectivo principal é promover o conhecimento do acervo do museu. Aqui as crianças do 1º Ciclo são o público-alvo que, após inscrição, têm participação mensal nas actividades programadas.

Para o ano lectivo 2009/2010, o Museu dos Terceiros apresenta uma proposta que considera diversas actividades (visitas guiadas, construções de cenários, elaboração da rotina diária de um frade, representação do acto litúrgico...) que são descritas em pormenor na tabela do anexo 5.

Inseridas na programação das exposições temporárias, são realizadas pontualmente visitas culturais nacionais e internacionais. A última, que teve como destino Roma estava incluída no programa da Exposição Temporária “S. Paulo o Apóstolo dos Gentios”- tema tratado no âmbito das comemorações do bimilenário do nascimento de S. Paulo.

As novas tecnologias aplicadas à Arte Sacra são uma das abordagens estratégicas do Museu dos Terceiros, como um espaço de comunicação entre e com os diferentes agentes sociais. A realização de parcerias com instituições locais e regionais, é outra das vias para incentivar a participação activa no Museu, quer ao nível do conhecimento comum, quer na investigação científica.

Concluindo, podemos ver nos pontos abaixo alguns dos objectivos do do Serviço Educativo do MUTE divulgados no seu sítio da internet:

- *Criar relações estreitas com a comunidade através de programas pedagógicos que visem a divulgação do acervo do museu e do património religioso;*
- *Promover a captação e a formação de públicos nacionais e internacionais, através da concretização dos programas pedagógicos;*
- *Apoiar iniciativas promovidas pelas escolas, associações culturais ou organizações educativas, que visem a divulgação de arte sacra e do património religioso;*

- Avaliar a relação da comunidade vicinal com o MUTE;

- Estimular o conhecimento e exploração do acervo museológico. Produzir os catálogos e demais publicações promocionais ou científicas.

(fonte: <http://www.museudosterceiros.com/>)



Fig.11: Visita guiada ao Museu dos Terceiros

Fonte: <http://www.museudosterceiros.com/noticias.php>

No preâmbulo das “Normas do Serviço Educativo do Museu dos Terceiros” é-nos dada indicação de que cabe ao Serviço Educativo e de Comunicação do Museu dos Terceiros "comunicar e educar" com o fim de contribuir para o desenvolvimento local. Assim, a função educativa é vista como parte integrante do seu propósito enquanto Museu. Este, por sua vez, enquanto pólo dinamizador e potenciador de actividades culturais, deve procurar relações com projectos curriculares e extra curriculares das Escolas não descurando a forte componente pedagógica que lhe compete.

É mencionado ainda que o Serviço Educativo e de Comunicação do Museu proporciona diversas actividades destinadas a um publico diferenciado, pretendendo criar relações com a comunidade de forma a:

“sensibilizar para as diversas manifestações culturais, formando novos públicos para a cultura; permitir uma aproximação mais fácil e lúdica

às colecções do Museu dos Terceiros; promover a relação Escola - Museu / Museu - Escola / Escola - Museu - Comunidade; mobilizar a participação na vida cívica e cultural de forma livre, crítica e responsável; desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes numa sociedade democrática; fomentar iniciativas de interesse cívico, social e cultural e proporcionar momentos de aprendizagem.”

4.1.5 Área de Paisagem Protegida – Lagoas

O Município de Ponte de Lima tornou real um projecto com mais de duas décadas, aquando da criação da Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos (LBSPA), pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2000, de 11 de Dezembro, que permitiu a preservação de mais uma das áreas de paisagem de Portugal e aí lançar as bases para nascer um projecto de educação e formação para o ambiente.

A área, com acesso pela EN 202 localiza-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Ponte de Lima, na margem direita do rio Lima, abrange parte das freguesias de Bertandos, S. Pedro de Arcos, Estorãos, Moreira do Lima, Sá e Fontão. Com cerca de 350 ha, o espaço desenvolve-se na zona envolvente a duas lagoas e margens do rio Estorãos e constitui uma paisagem dinâmica resultante da conjugação de vários factores ambientais e, também, da harmonia entre as actividades humanas e a natureza ao longo de gerações.

A elevada riqueza hídrica associada às suas características climáticas e à ocupação agrícola resultaram num enorme potencial revestido sob a forma de vários habitats, com origem (semi)natural, desde zonas húmidas a zonas não húmidas, propícios à existência de uma grande diversidade de espécies florísticas e faunísticas. Em relação à flora, convém realçar que se podem encontrar nesta zona espécies pouco comuns a outros locais, dado o habitat específico de zona húmida. No total, a área protegida sustenta um vasto conjunto de espécies (foram inventariadas cerca de 500) que lhe conferem importância biológica notória, pelo vasto conjunto que abrange.

Quanto à fauna, destaca-se a presença de espécies de animais de interesse comunitário que exigem protecção, como: a lontra (*Lutra lutra*), o corço (*Capreolus capreolus*), a rã-ibérica (*Rana iberica*), entre outras.

Associado a este valor existe um amplo conjunto de infra-estruturas e equipamentos, resultante do projecto de valorização implementado pelo município de Ponte de Lima, que tornam esta área num local de eleição para os amantes da Natureza e numa verdadeira escola para o ambiente, proporcionando o contacto directo, de forma ordenada, com os valores em presença na mesma e zona envolvente.

As infra-estruturas e equipamentos encontram-se divididos em dois pólos – a Área Protegida e a Quinta de Pentieiros – que permitem a prestação de serviços como a interpretação e animação ambiental, alojamento e animação turística, que resultam para os visitantes numa oferta diversificada e integrada.

O Centro de Interpretação Ambiental, ponto de partida para a descoberta da Área Protegida, actua como elemento chave na estratégia de conservação e sensibilização ambiental do Serviço Área Protegida, no sentido em que concentra um conjunto alargado de infra-estruturas, serviços e técnicos especializados, direccionados para a (in)formação ambiental e para a intervenção territorial, ao nível da gestão e preservação do património natural existente. É composto por vários espaços inseridos num mesmo edifício, de onde destacamos a Sala Polivalente, o Espaço de Exposição/Informação, a Loja, o Espaço “Ciência Viva”, a Mediateca, o auditório e o laboratório experimental.

Para além do Centro de Interpretação Ambiental, existe um outro espaço de igual importância quando abordamos a APPLBSPA (Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro d’Arcos): a Quinta de Pentieiros.

A Quinta de Pentieiros

A Quinta de Pentieiros é composta por um importante conjunto de infra-estruturas que se destinam essencialmente a apoiar a Área Protegida, nomeadamente no que respeita à oferta de alojamento e ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de lazer associadas ao espaço rural. Através da recuperação e valorização da sua área de produção, foi possível transformar este espaço no sentido da criação de uma quinta pedagógica que mostra o dia-a-dia

da vida rural, permitindo uma aproximação directa com as vivências diárias de uma exploração agrícola minhota.

A Quinta de Pentieiros está dividida em dois núcleos de produção: um de Produção Animal (parques de animais, estábulos e cavalariças, apicultura, bovinos, caprinos e ovinos, aves de capoeira e equinos) e outro de Produção Vegetal (composto pela horta pedagógica, viveiros, estufa, pomares, campo de ervas aromáticas e medicinais). Para além destes espaços principais, existem também outros dedicados essencialmente a alojamento e lazer como é o caso do parque florestal, o parque de campismo, o albergue, os bungallows, a azenha (cozinha regional) ou ainda as piscinas de ar livre.

Esta escola para o ambiente pretende ainda (através de uma candidatura já apresentada) associar ao que foi descrito anteriormente o Centro Ciência Viva de Ponte de Lima, projecto *“O Mundo Rural: o Homem e a Paisagem”* que, através da implementação de vários modelos de simulação experimental e várias apresentações reais e virtuais, permitirá a compreensão de como a interacção entre espaço ecológico e as comunidades humanas são fundamentais para a preservação sustentável de ambos.

As Actividades da Área Paisagem Protegida (APPLBSPA)

A educação e formação para o ambiente constituem, portanto, a grande aposta desta área protegida no sentido da alteração de comportamentos rumo a uma maior consciência ambiental. Desta forma, as acções e programas desenvolvidos actualmente revestem-se de diferentes formatos que resultam dos vários tipos de público-alvo, acções/programas de sensibilização e educação ambiental, bem como acções de (in)formação: para a população local, agentes económicos locais, professores e educadores, população escolar e público em geral. A título de exemplo, podem referir-se o atendimento, informação e apoio técnico à população, visitas guiadas à área protegida e quinta pedagógica com actividades associadas, seminários, congressos, palestras, exposições, concursos temáticos, ateliers, programas de férias escolares, cedência de informação da área protegida, apoio nas áreas de projecto, entre outros.

O Serviço da APPLBSPA tem registado ao longo dos últimos anos, em resultado da estratégia de actuação seguida, das dinâmicas impostas e do expressivo acréscimo das

solicitações externas, uma evolução significativa que determinou uma maior disponibilidade de recursos físicos e humanos e o aumento e diversificação dos serviços prestados, das atribuições e das funções desempenhadas promovendo assim, a fusão continuada entre a lógica de investimento/criação de serviços e a lógica de exploração do projecto.

E é neste sentido cada vez mais importante a promoção de parcerias que permitam tirar partido do melhor modo de oportunidades que possam surgir para garantir a manutenção do tipo de gestão capaz de empreender em simultâneo a consolidação e a provável extensão dos serviços prestados e das acções / projectos implementados.

Julgamos ser importante destacar que a Paisagem Protegida apresenta uma oferta de actividades anual bastante rica e que se enquadra em contextos de divulgação cultural a nível local, regional e nacional e numa perspectiva de inclusão de diferentes públicos. O quadro abaixo pretende demonstrar isto mesmo:

Data	Actividade a desenvolver	Técnico responsável
Outubro 2008 – Mês dedicado ao tema “Água”.	• Comemoração do “Dia Mundial da Água”	Sandra Pereira, Eng. ^a
	• Comemoração do “Dia Internacional do Idoso”	Graça Borlido, Eng. ^a
	• Exposição temática sobre o tema “Água”	Sandra Pereira, Eng. ^a
	• Ateliers para Pais e Filhos	Sandra Pereira, Eng. ^a
Novembro 2008 – Mês dedicado ao Magusto	• Exposição sobre o tema	António Pedro Barbosa, Eng. ^o
	• Realização de Magusto	António Pedro Barbosa, Eng. ^o
	• Ateliers para Pais e Filhos	António Pedro Barbosa, Eng. ^o
Dezembro 2008 – Mês dedicado ao Natal e Aniversário da Área Protegida	• Comemoração do Aniversário da Área Protegida a 11 de Dezembro	Paulo Pimenta, Eng. ^o
	• Realização do Presépio	Paulo Pimenta, Eng. ^o
	• Ateliers para Pais e Filhos	Paulo Pimenta, Eng. ^o
	• Exposição de “artes e ofícios”	Irene Lourenço, Eng. ^a

Janeiro 2009 – Mês dedicado ao proprietário.	realizados pelos proprietários	
	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas para proprietários 	Irene Lourenço, Eng. ^a
	<ul style="list-style-type: none"> • Ateliers para Pais e Filhos 	Irene Lourenço, Eng. ^a
Fevereiro – Mês dedicado às Zonas Húmidas	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição sobre o tema. • Importância das Zonas Húmidas. • Valores das Zonas Húmidas 	Vera Henriques, Dr. ^a
	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso “Lagoa Enamorada” 	Vera Henriques, Dr. ^a
	<ul style="list-style-type: none"> • Comemoração do Carnaval 	Vera Henriques, Dr. ^a
	<ul style="list-style-type: none"> • Ateliers para Pais e Filhos 	Vera Henriques, Dr. ^a
Março – Mês dedicado ao tema “Floresta”.	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição sobre o tema “Floresta”. • Dinamização do Parque Florestal. • Comemoração o “Dia Mundial da Floresta” • Ateliers para Pais e Filhos 	Paulo Pimenta, Eng. ^o
	<ul style="list-style-type: none"> • Comemoração da Páscoa 	Paulo Pimenta, Eng. ^o
Abril – Mês dedicado às Actividades Rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição sobre o tema “Actividades Rurais” 	Irene Lourenço, Eng. ^a
	<ul style="list-style-type: none"> • Ateliers para Pais e Filhos 	Irene Lourenço, Eng. ^a
Maiο – Mês dedicado à Biodiversidade da Área Protegida	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição sobre o tema. • Ateliers para Pais e Filhos 	Paulo Pimenta, Eng. ^o
	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso “Os Maias”, para a população em geral 	Graça Borlido, Eng. ^a
Junho – Mês dedicado à Criança e ao Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição de todos os trabalhos desenvolvidos na Áreas Projecto 	Todos
	<ul style="list-style-type: none"> • Ateliers para Pais e Filhos 	Todos
	<ul style="list-style-type: none"> • Acampamento 	Todos
Julho – Mês dedicado ao Verão nas Lagoas	<ul style="list-style-type: none"> • Observação de Estrelas 	Gonçalo Rodrigues, Eng. ^o
	<ul style="list-style-type: none"> • Observação Nocturna 	Gonçalo Rodrigues, Eng. ^o
	<ul style="list-style-type: none"> • Ateliers para Pais e Filhos 	Gonçalo Rodrigues, Eng. ^o
Agosto – Mês	<ul style="list-style-type: none"> • Jogos para Campistas • Ateliers para Pais e Filhos 	Sandra Pereira, Eng. ^a

dedicado aos Campistas		
Setembro – Mês dedicado às Festas do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização da Área Protegida nas Festas de Ponte de Lima 	Todos
	<ul style="list-style-type: none"> • Desfolhada 	Paulo Pimenta, Eng.º

Fig.12: Actividades da Área de Paisagem Protegida 2008

Fonte: <http://www.lagoas.cm-pontedelima.pt>

O Serviço Educativo da Área Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, criado em 2005, tem resultado no principal instrumento para a prossecução dos objectivos inerentes à orientação de gestão "*Aproveitamento das Características e Recursos da Área Protegida para efeitos de Pedagogia e Formação para o Ambiente e Mundo Rural*".

O Serviço Educativo visa, por um lado, a consciencialização para a importância da salvaguarda e valorização do ambiente e do mundo rural e, por outro lado, a criação/incremento de hábitos e de atitudes de iniciativa, no dia-a-dia, a favor de um desenvolvimento sustentável.

Para cumprir estes objectivos, o Serviço Área Protegida do Município de Ponte de Lima desenvolve, anualmente, um conjunto de acções/eventos de (in)formação e de educação associadas à temática do Ambiente e do Mundo Rural, direccionadas para a população em geral e, em particular, para a população escolar com maior incidência para as Instituições de Ensino do concelho de Ponte de Lima.



Fig.13: Observatório da Natureza

Fonte: <http://www.lagoas.cm-pontedelima.pt>

Podemos dividir as actividades disponibilizadas pelo Serviço Educativo da APPLBSPA em seis áreas fundamentais: visitas guiadas; programa de Apoio às Áreas Projecto; actividade “Um dia no Mundo Rural”; acampamento Natureza e Mundo Rural; oficinas; e eventos Comemorativos.

De entre as várias actividades enumeradas, destacamos aquela que julgamos ser a que reflectirá o potencial pedagógico da Área de Paisagem Protegida, ou seja, o Programa de Apoio às Áreas Projecto das instituições de ensino. Ao abrigo deste programa, as instituições de ensino do concelho podem beneficiar de um vasto conjunto de equipamentos, recursos humanos e físicos que permitem explorar ao longo de todo o ano lectivo as áreas projecto propostas pelos técnicos da equipa da Área de Paisagem Protegida.

Para o ano lectivo de 2009/2010 o Serviço Educativo da APPLBSPA apresenta a seguinte proposta:

Público	Tema	Local de Intervenção
Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades rurais 	Quinta de Pentieiros
Jardim de Infância	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades equestres 	Quinta de Pentieiros
1º Ciclo do ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Viva • Energias Renováveis 	Área Protegida
1º Ciclo do ensino básico (3º e 4º anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades Humanas • Ecossistemas Fluviais • Floresta 	Freguesias envolventes à Área Protegida Área Protegida Quinta de Pentieiros Parque Florestal
1º e 2º ciclos do ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e Saúde 	Quinta de Pentieiros
3º Ciclo do ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização do Lagostim Vermelho 	Área Protegida

Fig.14: Actividades do Serviço Educativo da Área Paisagem Protegida 2009

Fonte: Brochura “Serviço Educativo – Ponte de Lima”

4.1.6 Festival Internacional de Jardins

O Município tem apostado, nos últimos anos, numa estratégia de desenvolvimento assente e alicerçada nas políticas de defesa, promoção e divulgação do meio ambiente, como temos vindo a focar ao longo deste estudo. E é neste contexto que nasce o Festival Internacional de Jardins, uma iniciativa sem precedentes a nível nacional que pretende relançar o gosto e culto pelo jardim e pela jardinagem, numa ligação profunda com a defesa do ambiente.

A exposição decorre anualmente entre os meses de Maio e Outubro num espaço denominado Jardim dos Labirintos, localizado na margem esquerda do rio Lima. Todos os anos são criados doze jardins efémeros que foram previamente submetidos à apreciação de um júri composto por designers paisagistas, arquitectos ou artistas plásticos. A este grupo cabe seleccionar as propostas mais pertinentes - e que respeitem a temática escolhida para cada ano - apresentadas por um vasto público que inclui gabinetes de arquitectura, escolas superiores, construtores e empresas de jardinagem, escultores...enfim, um mundo de interessados ligados ao sector público e privado, mobilizando igualmente patrocinadores e mecenas que vêem neste acontecimento uma grande oportunidade de promover não só o seu desenvolvimento profissional mas também o de uma terra e região.

Aos visitantes deste certame cabe a análise de cada jardim, através da leitura das memórias descritivas à entrada de cada espaço, de modo a poderem votar no seu favorito. O jardim mais votado pelo público fica exposto no ano seguinte com outros onze novos jardins cuja concepção obedece a um tema distinto de ano para ano. Muitos dos jardins removidos, tendo sido patrocinados pela autarquia, são oferecidos a outros Municípios – podendo já ser admirados em cidades vizinhas como Porto ou Braga ou ainda a outras mais distantes em Espanha ou Áustria – ou transplantados para freguesias do concelho.

Depois de já terem sido abordadas temáticas como “O Lixo na Arte dos Jardins” ou “As Energias”, o tema para a 5ª edição, a realizar-se em 2009, é “As Artes”. O Festival encerrou as

suas portas a 30 de Outubro, bem como a possibilidade de apresentação de candidaturas para o novo ano, e abrirá novamente na última sexta-feira de Maio do próximo ano. Presentemente, decorre a fase de selecção das mais de sessenta propostas já apresentadas e posteriormente proceder-se-á à fase de construção dos jardins.

No recinto, durante os meses de Verão, são realizadas várias actividades de âmbito cultural, tais como: animação de rua com palhaços e malabaristas, ateliês de pintura para crianças ou ainda concertos de música.

Durante o Inverno, enquanto a exposição está encerrada, decorre a fase de apresentação de candidaturas à construção de novos projectos.

Na tabela abaixo podemos ver os projectos seleccionados pelo júri durante o ano de 2009.

Nome da Proposta	Autores	Origem
Raids of Bliss	Universidade BOKU -Bianca Rinaldi	Áustria
Eohippus	Pimenta & Amigos	Portugal
The Garden of silver Screen	Monika Pad'ourová/Ondrej Semotán	Rep. Checa
Natureza em Risco	Lara Plácido/Sara Bento Botelho	Portugal
Pintando (no) (o) Jardim	Carla Maria Correia/Vera Maria Elvas	Portugal
Kaleidoscope	Ivy Zang - BLY Landscape	China
Jardim dos Sentimentos	António la Greca / Cláudia Sá Lima	Portugal
O Pensador	Diana Baptista/Raquel Colaço/Hugo Carneiro	Portugal
Jardim dos	Sónia Guedes/ Helder Cardoso	Portugal

Origamis		
Elogio de la espera	Eva Barcala Pérez/José Mouriño Lourenzo	Espanha
Frame by Frame	Gabriele de Sanctis/Luca Dionisi/Francesco Tonini	Itália

Fig.15: Candidatos seleccionados no Festival de Jardins 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

No que concerne o número de candidaturas apresentadas este é cada vez maior de ano para ano, sendo que no período de cinco anos o número de projectos a concurso passou de 19 a 77 propostas. A enorme receptividade por parte do público, a identificação com a associação à preservação ambiental e o design inovador dos diferentes canteiros ajardinados fizeram com que, num curto espaço de tempo, o Festival Internacional de Jardins (FIJ) se tornasse um evento de destaque.

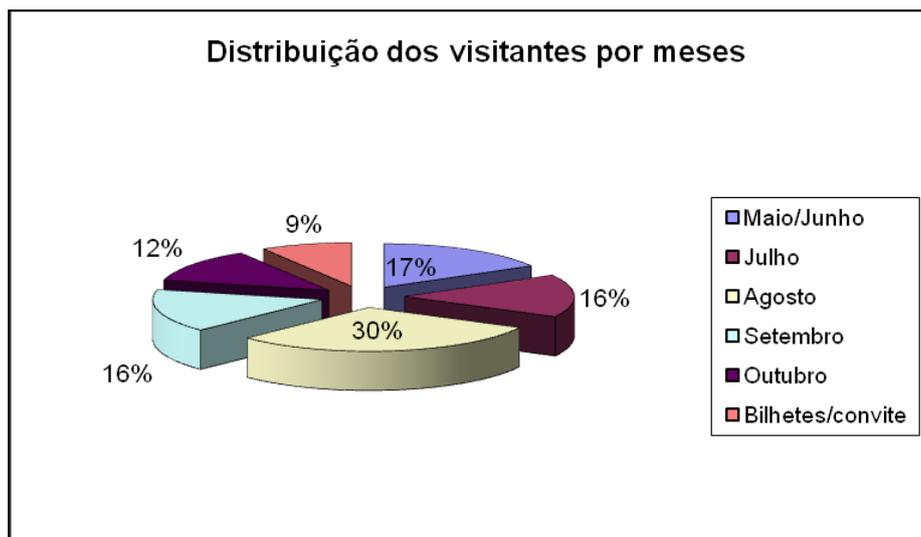
Os dados fornecidos pela responsável da secção de Espaços Verdes do Município de Ponte de Lima demonstram isso mesmo:

Anos	Propostas Apresentadas		Propostas Seleccionadas	
	Nacionais	Internacionais	Nacionais	Internacionais
2006	17	2	10	1
2007	27	3	9	2
2008	13	30	2	9
2009	48	19	6	5

Fig.16: Número propostas apresentadas no Festival de Jardins 2006/2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

Como pudemos referir, esta iniciativa teve desde a primeira edição uma elevada adesão por parte do público, e no ano de 2009, verificamos que o mês em que o Festival Internacional de Jardins recebeu maior número de visitantes foi o mês de Agosto.



Gráf.5: Visitantes Festival Internacional Jardins 2009

Fonte: Secção de Espaços Verdes - Município de Ponte de Lima

4.2 Os espaços de exposições

Para além dos equipamentos Municipais de maior dimensão e com um leque variado de actividades há ainda em diferentes pontos da sede do concelho diferentes espaços que visam essencialmente dar a conhecer aos visitantes a riqueza do seu património histórico, ambiental e cultural. Para esta consciencialização dos visitantes mas também dos munícipes que aí residem contribui o facto de muitos destes espaços de exposições serem ao ar livre - permitindo deste modo um contacto directo com a envolvente ambiental - ou então estarem situados em edifícios que se destacam quer pelo seu protagonismo na história do concelho quer pela mais-valia arquitectónica que veiculam.

4.2.1 Museu Rural

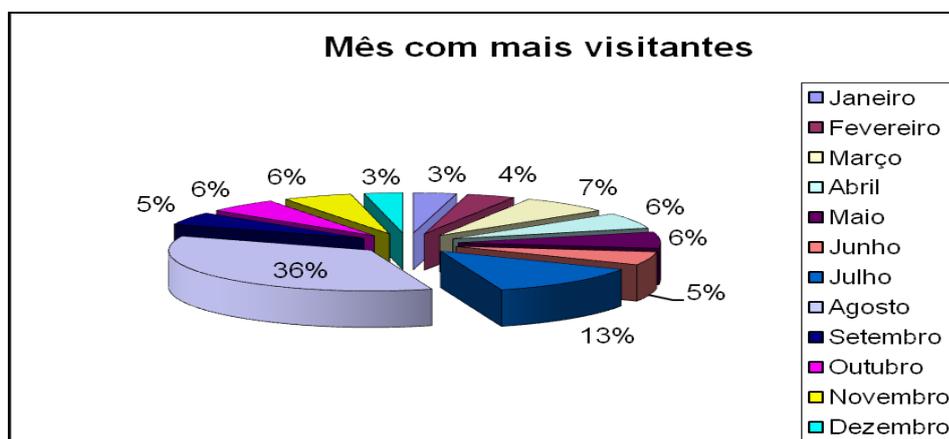
O Museu Rural é um desses espaços de exposição e está situado no Parque temático do Arnado, que foi inaugurado em 4 de Março de 2001.

Está dotado com quatro espaços de exposições onde o visitante pode conhecer a Tulha - exposições sobre o Linho e exposições temporárias de pintura, a cozinha com forno e lareira, a Adega com lagar e tonéis e outros utensílios relativos ao vinho, e o celeiro com exposição de

alfaias agrícolas, sobretudo ligadas ao milho. A entrada é gratuita e o espaço encontra-se aberto ao público de Terça a Domingo.

As visitas guiadas e as exposições deste espaço estão sob a responsabilidade da equipa afectada à Programação Cultural do Município, que por sua vez é a equipa residente do Teatro Diogo Bernardes.

Durante o ano de 2009, podemos observar que os meses que registaram maior número de visitantes foram os meses de Agosto e Julho. Para isso acreditamos que contribuiu fortemente o facto de este espaço se situar num dos emblemáticos jardins da vila, visitado regularmente durante esta época e bastante próximo da Praia fluvial do Arnado, onde ocorrem durante o Verão bastantes banhistas de todo o país.



Gráf.6: Visitantes do Museu do Arnado 2009

Fonte: Teatro Diogo Bernardes

4.2.2 Casa do Arnado

O edifício onde se localiza este espaço de exposições, situado às portas da vila de Ponte de Lima, era até há bem poucos anos residência de uma família tradicional limiana. Contudo, após se encontrar devoluto e já com algumas marcas de degradação, foi adquirido pelo Município e transformado em Albergue de Peregrinos. Contudo, devido à sua vasta dimensão, foi possível aproveitar algumas das suas divisões para permitir a realização de diferentes dinâmicas de âmbito cultural nesses espaços. Assim, o mesmo edifício comporta diferentes divisões onde se realizam hoje em dia actividades como: formação diversa promovida por entidades em

parceria com o Município, reuniões de associações do concelho, aulas de azulejaria promovidas por um artista minhoto de renome e, finalmente, e principalmente, o referido espaço de exposições.

As exposições promovidas neste espaço são de carácter temporário e abarcam os mais diversos temas. Dado à sua recente transformação em espaço de exposições, ainda não foi muito extensa a oferta por si possibilitada. Por entre alguma mostra de obras que pretenderam assinalar a comemoração de datas emblemáticas para o país e para o concelho, destacamos aquela que consideramos ter atingido um forte impacto numa fase inicial da abertura deste espaço, ou seja, a exposição do “Festival Internacional de Jardins”. Esta mostra consistia numa exposição itinerante (abrangendo outras cidades portuguesas e espanholas) que pretendia divulgar os vários jardins expostos no recinto do Festival Internacional de Jardins desde a sua 1ª edição no ano de 2005.



Fig.17: Cartaz FIJ 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

4.2.3 Torre da Cadeia

Trata-se de um espaço privilegiado situado no passeio 25 de Abril em pleno Centro Histórico, muito procurado pelos turistas. Funciona nos últimos anos como espaço de

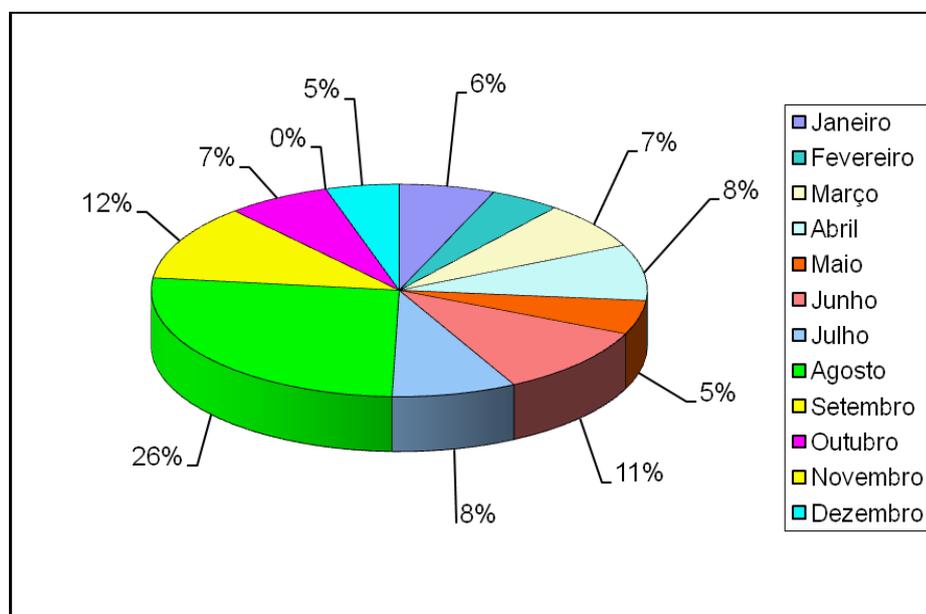
exposições temporárias, nomeadamente para divulgação de artistas concelhios das mais variadas áreas.

A Torre da Cadeia Velha, foi tal como o nome indica, um espaço de encarceramento até aos anos sessenta do século passado e posteriormente funcionou para acolhimento do Arquivo Histórico e Municipal. Com a recente recuperação, ficou dedicada a galeria de exposições, lançamento de livros e pequenos colóquios ou conferências. Acolheu nos últimos anos as mais diversas exposições, servindo muitas vezes como “rampa de lançamento” de início de carreira de muitos pintores residentes no concelho e na região.

Este espaço encontra-se sob a coordenação da equipa do Sector Cultural do Município a quem cabe seleccionar anualmente quais as dinâmicas que aqui irão ter lugar.

E mais uma vez podemos constatar no gráfico abaixo que também este equipamento municipal regista uma maior visita durante a época estival, principalmente, o mês de Agosto.

Devido à sua localização central, junto ao Passeio 25 de Abril, muitos dos utentes do espaço são turistas que aproveitam a época balnear para usufruir do Rio Lima e conhecer assim um pouco mais acerca da vila e das suas dinâmicas culturais, como nos refere a equipa dos responsáveis pela coordenação das actividades.



Gráf.7: Visitantes da Torre da Cadeia 2009

Fonte: Teatro Diogo Bernardes

4.2.4 Capela das Pereiras

A Capela da Nossa Senhora da Misericórdia das Pereira, vulgarmente conhecida por Capela das Pereiras, teve origem na capela mandada construir em 1525 por Pedro Afonso Fiúza e por sua mulher Catarina Madriz, em substituição de uma pequena ermida que existia no local.

Foi sede de uma riquíssima Irmandade administrada durante mais de 300 anos pela família dos fundadores, que dotava anualmente meninas pobres e virtuosas para se casarem.

As características actuais da igreja em estilo barroco, resultam de uma reforma profunda de 1818. O templo que até aí tinha proporções menores cresceu para dois corpos (Nave, capela-mor) e sacristia lateral. Em 1979 foi doada pelos proprietários ao Município, que lhe construiu um novo coro, dedicando-a posteriormente a actividades pontuais de cariz cultural.

É neste espaço que decorrem, de dois em dois anos, alguns dos concertos promovidos no âmbito do Festival de Ópera e Música Clássica, bem como algumas exposições de carácter temporário e, ainda, alguns concertos de música erudita que possam beneficiar de toda a envolvência que o interior da capela bem como a sua acústica proporcionam.



Fig.18: Fachada da Capela das Pereiras

Fonte: <http://www.esnips.com>

4.2.5 Centro de Arte e Cultura

O edifício onde está actualmente instalado o actual Centro de Arte e Cultura de Ponte de Lima, fora um antigo matadouro que agora, após obras de recuperação e transformação, serve de local de trabalho a artesãos limianos que trabalham naquele espaço em regime de permanência.

Actualmente poderão ser visitadas diariamente – bem como solicitados trabalhos dos artesãos – as oficinas de latoaria tradicional, bordados e tecelagem e tamancaria. O espaço está ainda dotado com uma área para Café Concerto e outra para grandes exposições.

É também este um espaço dedicado à área cultural e artesanal do Concelho que pode alargar os percursos no roteiro turístico de Ponte de Lima. A autarquia pretende disponibilizar brevemente no Centro uma área relativa ao artesanato e outras artes tradicionais.

4.2.6 A Expolima

Uma das obras que trouxe uma nova dinâmica a Ponte de Lima foi a Expolima, recinto situado entre a Alameda de S. João e a rua do Arrabalde, construído para receber eventos culturais e empresariais de grande dimensão.

Inaugurado em Junho de 2007, coincidindo com a realização da 1.ª Feira do Cavalo, este recinto multiusos transformou-se em dois picadeiros com piso preparado para alta competição, sendo um dos melhores espaços a nível nacional e internacional. Esse foi um dos motivos que fez com que Ponte de Lima fosse considerada uma das capitais do circuito equestre, face às infra-estruturas de qualidade que foram criadas e que proporcionaram um evento com grande projecção mediática.

A Expolima compreende uma área total de 70 mil metros quadrados e tem capacidade para concentrar 20 mil pessoas, o que desde logo demonstra a versatilidade do espaço e a sua capacidade de adaptação a qualquer tipo de evento.

É um parque composto por uma bancada ecológica em relva com capacidade para 5 mil pessoas e está também dotada de um parque de estacionamento com capacidade para 700 lugares, permitindo óptimas condições de acessibilidade e mobilidade para os espectadores.

Desde Setembro de 2006 que inclui um mercado e feira de gado, mas desde então o espaço tem sido rentabilizado com a organização de inúmeras actividades, tais como as de natureza equestre – as duas edições da Feira do Cavalo, a Taça Ibérica de Dressage, o Campeonato do Mundo de Horseball, o Concurso de Saltos Nacional e a bem conhecida festa da Vaca das Cordas, que enchem a Expolima de animação e adereços alusivos ao mundo equestre.

O espaço serve também a promoção de eventos de cariz mais popular ou tradicional como: a Festa do Vinho Verde, a Feira do Livro, a Feira dos Petiscos ou a Feira de Artesanato.

É ainda anualmente neste local que decorrem eventos de grande dimensão a nível regional, como o Festival Internacional de Folclore, os Concertos de Verão e das festas que marcam a história do Concelho, as famosas Feiras Novas que encerram o ciclo das festividades populares.

4.3 As associações

De um modo geral, baseadas no voluntarismo dos seus associados, as associações e colectividades possuem uma estrutura organizativa e financeira débil, dependente dos apoios autárquicos e, na sua maioria, incapazes de assegurar estratégias de auto-financiamento próprias ou de assumir propostas lançadas pelos Municípios.

Refira-se o papel destas instituições na animação das freguesias rurais e na recuperação de usos e costumes tradicionais, nomeadamente festejos ligados ao ciclo da cultura do linho, às desfolhadas e às lavradas. Por vezes cabe às associações defender este património imaterial das regiões pois

“le ressort de le création associative est le sentiment que la défense d’un bien commun exige une action collective pour se faire entendre, ce qui est stipulé dans l’object que se donne l’association. La genése d’une association est sous-tendue par une protestation implicite ou explicite à l’encontre dès manques ou dès insuffisances ressentis par les promoteurs dans la société, ce qui l’amène souvent à l’être conçue en réaction aux institutions existantes. ” (Laville et Sainsaulieu;1998,66)

No entanto, muitos são os constrangimentos – envelhecimento, diminuição do número de jovens, despovoamento e dispersão populacional – que têm contribuído para o enfraquecimento do movimento associativo. Além destes constrangimentos, há que destacar a falta de tradição em termos de participação comunitária e cívica, facto que potencia a emergência de valores individualistas e de situações de conflitualidade e de rivalidade que se opõem à prática do associativismo e ao trabalho de grande parte das associações.

Grande parte da produção cultural do concelho é organizada e dinamizada pelos numerosos grupos e associações de índole cultural e recreativa, ranchos e grupos de cantares, etc., disseminadas um pouco por todo o concelho. Pela diversidade das actividades que levam a cabo – teatro amador, projecção de filmes, jogos tradicionais, bailes populares, folclore – e por serem veículos privilegiados de manutenção, recuperação e renovação de cultura tradicional, valeria a pena apostar na sua estabilização e sustentação, procurando potenciar a emergência, no interior das próprias colectividades, de um dinamismo empreendedor capaz de sustentar um desenvolvimento mais autónomo de projectos e actividades.

Tendo em conta os conhecimentos que possuímos desta realidade, é possível apontar como principais obstáculos ao funcionamento e dinamização do tecido associativo de Ponte de Lima:

- a falta de capacidade de auto-financiamento por parte das associações, o que limita a sua actuação;
- o carácter envelhecido da população, que favorece a passividade em relação às dinâmicas culturais e associativas;
- a falta de informação e apoio a candidaturas a projectos e outras fontes de financiamento;
- a rede de transportes concelhia que, por obedecer a fins lucrativos, não responde às necessidades das associações.

Contudo, a presença e manutenção das associações continua a ser importante como espaço privilegiado de sociabilidades que se constroem e mantêm pelas afinidades mais diversas – socioculturais, espaciais, históricas, religiosas ou comportamentais – mas igualmente como espaços de debate, análise e intervenção mobilizadores, que incitem à participação e reivindicação, condições fundamentais da prática da cidadania.

A nosso ver, o encontro em espaços independentes do poder político e dos seus interesses pode ser a forma mais eficaz de criação de uma opinião pública actuante que apresente modelos e discursos próprios, sejam eles políticos, estéticos, éticos, culturais ou patrimoniais.

Segunda a UNESCO – Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, a cultura é

“a energia e o desejo de expressar identidade” e o desenvolvimento um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento económico, integrar todas as energias da comunidade (...) e deve estar fundado no desejo de cada sociedade de expressar a sua profunda identidade.”

Deste modo, a cultura necessita de mobilizar as energias de todos os actores intervenientes no processo cultural.

No 2º princípio da Carta das Cidades Educadoras podemos ler: “a cidade deverá promover uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as de cultura popular, independentemente da sua origem.” É defendida uma política de cultura para todos; cultura essa que considere diferentes tipos de cultura, atendendo aos diversos públicos pois é à cidade que compete “saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade pessoal e complexa.”

No concelho de Ponte de Lima, como acontece na generalidade de outras regiões do país, o grande motor de dinamização cultural e lúdica é a autarquia, na medida em que sustenta a construção, funcionamento e requalificação de equipamentos, potencia a regularidade de organização de eventos e assume um apoio regular e continuado às diversas instituições e agentes que operam no âmbito da cultura e do lazer.

Não obstante esta vocação autárquica, tem vindo a prefigurar-se por parte da própria autarquia, uma vontade crescente de assumir cada vez mais um papel que lhe confira o estatuto de dinamizadora e incentivadora, começando a trabalhar no sentido de que a valorização dos

recursos naturais e culturais, bem como, a promoção de novas iniciativas seja cada vez mais da responsabilidade da sociedade civil.

Acreditamos que quanto mais forte for a identificação cultural mais facilmente os indivíduos sentirão vontade de intervir activamente, podendo mesmo formar associações com o intuito de maior divulgação e preservação da identidade cultural da região a que pertencem e que sentem como sua.¹⁰

Neste sentido, entendemos que associações que têm como pano de fundo uma rica herança cultural não podem nem devem esquecer o passado do meio rural onde estão inseridas, e é no presente que devem promover acções que possam ser factor de diferenciação num futuro cultural que se adivinha cada vez mais competitivo e uniformizado.

No concelho de Ponte de Lima existem 87 associações constituídas por diferentes motivações.

A maioria dos seus membros tem uma marca identitária comum que os homogeneiza; razões de cariz cultural e desportivo são os principais motivos pelos quais os indivíduos se agrupam formando colectividades. O próprio nome de cada organização é indicador disto mesmo, como se pode constatar no anexo 6.

Estas associações recebem anualmente um apoio financeiro da autarquia no sentido de poderem dinamizar as suas actividades, pois como já referimos, inúmeras vezes a sua estabilidade financeira depende somente desse subsídio anual.

4.3.1 Associação Cultural “ As Unhas do Diabo”

O interesse pelo teatro amador surge na região através de um dos primeiros grupos de teatro amador: o Teatro Académico Limiano (TAL). Constituído por um grupo de alunos do Externato Cardeal Saraiva, esta formação juvenil animava frequentemente as noites do teatro Diogo Bernardes, pois por volta de 1963 era ali que os jovens passavam os seus tempos livres, nomeadamente nas férias.

¹⁰ “A cidade deve estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas.” (Carta das Cidades Educadoras, Novembro 204, princípio 18)

Só em 1988 surge a primeira peça levada à cena pelo Teatro Amador Limiano – também TAL – “*Médico à Força*”, de Molière. Com a persistência de uma das atrizes, Felisbela Pinto, um novo espectáculo estaria a ser trabalhado, a encenação de um texto de Racine, *Os Demandistas* uma estreia que deveria ocorrer em 1991, mas que não surgiu pois o grupo esmoreceu. Durante um período deixou-se de falar de teatro em Ponte de Lima.

Contudo, eis que o empenho de um dos membros foi mais forte e o TAL renasce. Em 1996, o teatro amador, então em maré de sorte, obtêm um espaço físico, protocolo com a Câmara Municipal e um intercâmbio com a escola EB de António Feijó, que proporcionou a preparação e apresentação de novos espectáculos.

E, nesse mesmo ano, estreia *Os Demandistas* no espaço do Cinema Rio Lima, permitindo o aproveitamento de grande parte de material que tinha sido preparado para o ano de 1991, nomeadamente o guarda-roupa e o cenário.

Seguidamente, e no âmbito da parceria com a então Escola Preparatória de António Feijó, foi representada uma outra peça durante a Semana Cultural deste estabelecimento de ensino. O Cinema Rio Lima foi ainda palco de uma nova peça, *O Meu Caso*, de José Régio.

Devido à falta de recursos, procuravam-se então rentabilizar da melhor forma as diversas competências e habilidades dos membros para a concretização dos espectáculos. E, foi tendo isto em conta que esta peça saiu do âmbito escolar e se estreou em Outubro de 1996 passou numa grande parte das freguesias do concelho, e até nos concelhos vizinhos.

Depois de dois anos conturbados, marcados por algum trabalho e mas poucos apoios financeiros, foi criada uma associação. É então que nasce, em 23 de Maio 1998, a Associação Cultural “Unhas do Diabo” com o intuito de dinamizar actividades culturais e recreativas, de forma a ocupar os tempos livres dos jovens Limianos.

Na época, o grupo era constituído por 12 elemento dedicados ao teatro amador, e em grande parte antigos membros do já extinto Teatro Amador Limiano (TAL).

O nome da associação teve origem na lenda “As Unhas do Diabo”, e na analogia teatral dos Diabos Vicentinos que serviram de inspiração para a criação do logótipo, da autoria de Lucílio Valdez e Dantas Lima.

O “Unhas”, como é carinhosamente apelidado, foi ao encontro do público através de uma peça ao ar livre no Largo da Picota, local indicado para os efeitos especiais pretendidos, como o fogo-de-artifício. Este espectáculo denominado os *Caminhos da Índia* tinha como base *O auto da Barca do Inferno* e o *Auto da Índia* de Gil Vicente e o episódio “Partida das naus” d *Os*

Lusíadas. Foram vários os actores que participaram na peça, incluindo Dantas Lima também encenador, e todos os elementos da associação contribuíram para o trabalho de produção. Esta peça teve uma solicitação esplêndida, tendo permanecido em cartaz durante bastante tempo,

Desta forma, a afirmação do grupo foi-se consolidando e com mais uma peça de carácter infanto-juvenil – *Os Nove Mandriões*, adaptação de um texto de Luísa Ducla Soares, feita por Lucílio Valdez – foram animados vários locais do concelho.

Ao longo dos anos a associação foi responsável por fazer subir ao palco diversas peças. Entre elas destacamos: 2000, “Falar Verdade a Mentir”; 2001, “O Dispensário”; 2002, “Os Medos”; 2004, “Minho em Festa”; 2005, “Farsa de Inês Pereira”; 2006, “Procura-se artista para morango” e “Les Garçons”; 2007, “Os Corcundas” e “A Lenda das Unhas do Diabo” e 2009, “Lenda do Rio Lethes” (em parceria com a Associação Civitas Limicorum, de Xinzo de Limia, Galiza).

Quanto à participação da “Unhas do Diabo” em manifestações e tradições pontuais de âmbito popular devemos salientar a actuação na Feira Medieval (representações de autos de fé, situações de mendicidade, proclamação de proscritos), no Cortejo Histórico das Feiras Novas (representação anual duma das várias tradições do concelho: Vaca das Cordas, Queima do Judas, Serrada da Velha, desfolhada...), na celebração da Serrada da Velha e na comemoração da Queima do Judas (sátira social - leitura do testamento, construção da personagem retratada e outros momentos de animação).

No que concerne, a sua participação em dinâmicas de cariz social, é de ressaltar a constituição do grupo “Amigos com garra” – organização de espectáculos de solidariedade cuja verba apurada reverte para instituições sociais ou particulares.

Um dos pontos altos do trabalho desenvolvido pela Associação ocorre durante a Quaresma com a mudança de equinócio. A antiga tradição de comemorar no Concelho a “Serrada da Velha” permite uma oportunidade de maior destaque dos dotes de representação de alguns elementos do grupo, assim como a divulgação de um aspecto da cultura popular tão característico e querido nesta região.

O facto de o espectáculo ocorrer ao ar livre e permitir sempre uma peculiar interacção da personagem da velha com o público que assiste leva ao despertar de uma curiosidade em

relação ao “aparato” que se cria que poderia servir como motor de arranque para uma maior educação e promoção das tradições populares da região e do país.

4.4 A intervenção do Município nas actividades

A intervenção do município nas actividades descritas anteriormente é bastante forte uma vez que estas têm lugar em equipamentos e serviços que pertencem à autarquia.

As equipas técnicas responsáveis pela dinamização dos eventos e das actividades e/ou projectos são maioritariamente constituídas por funcionários afectos à autarquia, quer sejam auxiliares de serviços gerais, assistentes administrativos ou técnicos superiores.

Todos os trabalhos realizados têm a coordenação de um ou mais técnicos superiores afectos ao equipamento (museu, teatro, biblioteca, arquivo...) que selecciona e programa as actividades em conjunto com o vereador responsável pelo pelouro ao qual o serviço municipal ou a divisão corresponde.

São elaborados, pelos diferentes serviços, planos anuais de actividades e relatórios com indicação dos resultados das mesmas junto dos utentes.

Capítulo V

Eventos que animam o concelho

“No cálido mês de Setembro, já na azáfama outonal das colheitas do S. Miguel, as grandiosas Feiras Novas de Ponte de Lima singularizam-se como uma das maiores e mais genuínas romarias populares do Alto Minho. Ao longo de três dias e três noites, a festa, a feira e a romaria atraem milhares de pessoas, para a diversão, para o comércio e para a folia. E mantêm-se fiel no essencial à autenticidade das tradições e dos costumes limianos. É ainda hoje a grande festa popular que praticamente encerra o variado ciclo de romarias do Verão minhoto, tão intenso e expressivo por toda a Ribeira Lima.”

Posfácio de J. Cândido Martins ao livro de Amândio de Sousa Vieira, Feiras Novas (1826-2006), Ponte de Lima, Ed. Foto Lethes, 2006.

5.1 A Tradição nos eventos

As Feiras Novas

São assim designadas as festas do concelho que foram instituídas por D. Pedro IV em 1826 como forma de trazer mais solenidade às festas em honra de Nossa Senhora das Dores que já existiam. O nome “Feiras Novas” foi escolhido como forma de distinção em relação às Feiras Velhas que eram feiras quinzenais – realizadas ainda actualmente à segunda-feira – já existentes quando D.Teresa concedeu o foral à vila em 1125.

Ao longo de três dias e noites, durante o mês de Setembro, a festa, a feira, a romaria e todo o colorido a estas aliado, atraem milhares de pessoas para a folia. As festas procuram manter a autenticidade das tradições e dos costumes limianos. Exemplo disso é o cortejo etnográfico que todos os anos percorre as principais artérias da vila com um gigante desfile de carros alegóricos que pretendem mostrar as singularidades de cada uma das 51 freguesias do concelho.

As Feiras Novas são, ainda hoje, a grande festa popular que marca o encerramento do ciclo de romarias do Verão Minhoto da Ribeira Lima.

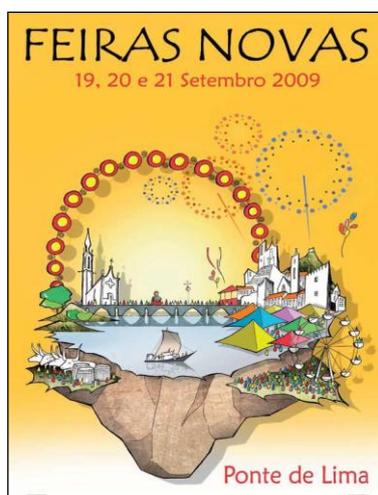


Fig.19: Cartaz das Feiras Novas 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

A Vaca das Cordas

Das tradições mais antigas de Ponte de Lima, a Vaca das Cordas realiza-se todos os anos na véspera do dia do Corpo de Deus.

De origem presumivelmente mitológica, foi introduzida na Península Ibérica pelos fenícios.

Ao final da tarde, o povo aguarda pela saída da Vaca das Cordas em frente à Casa de Nossa Senhora de Aurora. A tradição cumpre-se quando o animal percorre as ruas da vila,

conduzido por cordas, em direcção à Igreja Matriz onde a praxe o obriga a dar três voltas ao monumento. Cumprida a tradição, o touro é encaminhado para o areal, onde são feitas várias “pegas” por forcados amadores.

“Já nos mais antigos e carcomidos alfarrábios guardados há séculos na poeira dos arquivos fradescos ou camarários, se fala na corrida de toiros de Ponte de Lima, e perde-se na bruma imemorial dos mais arrecuados tempos a tradição lendária da Vaca das Cordas, que ainda hoje se realiza na linda vila do Lima, em vésperas de ‘Corpus Christi’.”

Foi assim que o Conde d’Aurora descreveu “A tradição taurófila do Lima”, no Almanaque de Ponte de Lima, 5º ano, em 1923.

A organização do evento está a cargo da Comissão Organizadora da Vaca das Cordas em parceria com o Município.

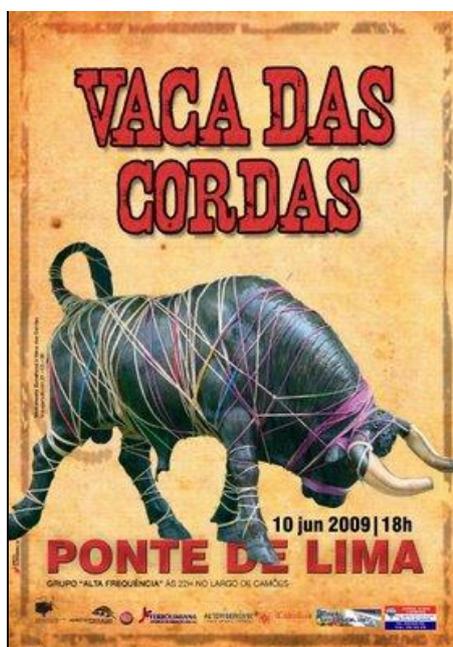


Fig.20: Cartaz da Vaca das Cordas 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

5.2 A inovação nos eventos

5.2.1 As Feiras



Fig.21: Feira de Ponte de Lima

Fonte: original

A importância da Feira no concelho

Durante a Idade Média as feiras tiveram um papel importante na organização económica da época. Corrigindo a falta de comunicações fáceis e rápidas elas representavam o ponto de contacto entre produtor e consumidor, entre o agricultor e o homem da cidade ou da vila.

O seu aparecimento foi favorecido pelas festividades e cerimónias de culto. As romarias, as peregrinações e todas as festividades religiosas atraíam peregrinos vindos de longe, facultando uma ocasião de troca, compra e venda de produtos.

As feiras funcionavam então como importante meio para o aperfeiçoamento das relações económicas entre os homens. Contudo, não podemos esquecer que tiveram também um importante papel no âmbito social e cultural.

Citando Silva:

“o homem que vivia curvado sobre a terra encontrava nestas alturas oportunidade de se expandir, de se divertir, de dar largas ao seu instinto de sociabilidade. Na feira ele obtinha notícias sobre o mundo que o rodeava, ouvia as histórias dos mercadores, as aventuras por estes passadas, as lendas e tradições de outras regiões. Foi talvez este contacto entre as pessoas que contribuiu para a solidariedade e formação do sentimento nacional”. (1981:1)

Como tentativa de promover a história local, dando especial ênfase à feira. D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, na carta do foral outorgada a Ponte de Lima a 4 de Março de 1125 referia já a existência da Feira, facto que a torna a primeira documentada em Portugal.

Ainda hoje, quinzenalmente, às Segundas-feiras, se realiza a “Feira de Ponte”¹¹, pois “muda a maneira do homem se vestir, de se calçar, evoluem os hábitos alimentares, variam os transportes; mas as necessidades humanas mantêm-se e os mecanismos das trocas, das relações sócio-económicas persistem inequivocamente semelhantes.

A feira continua a ser ponto de encontro do nosso povo. Na feira espelha-se a alma da nossa gente.” (Silva;1981:12)

E é devido à importância que adquiriu cada vez mais esta vertente sócio-económica que surgem nos últimos anos as mais variadas feiras temáticas por todo o país. Em Ponte de Lima não foi diferente, e nos últimos anos proliferam diversas feiras de carácter anual que pretendem promover os produtos da região e atrair um maior número de visitantes a uma região onde o Turismo é um sector com forte destaque.

¹¹ “A manhã é alegre, há cor, alegria, doçura, sons de bronze cristão e risadas de vermelho minhoto na atmosfera e nos longos ridentes dos montes... Anda alegria no ar. Na ponte batida de luz e sol passa um contínuo formigueiro de povo. E todos os caminhos: estradas brancas poeirentas, carreiros de montanha, atalhos de portelas, todos trazem gente à feira; gente e gado. Mulheres muitas mulheres, lavradeiras de todas as freguesias, aldeias, lugares e lugarejos, todas levam sua cesta, seja o vindimeiro alto e fundo de quatro alqueires, seja o pequenino açafate de Barcelos, rendilhado e embrincado, onde mal cabe uma mão-cheia de *qualquer coisa a vender* - e se mais não tem, arranja uma dúzia de ovos, meio quarto de feijão, um punhado de fruta do tempo - e ela aí vem com seu *funeralzinho*” *Conde De Aurora*, “A Feira de Ponte” in *Roteiro da Ribeira Lima*.

A Feira do Cavalo

A tradição equestre na região, e particularmente no concelho, fez com que a criação da Feira do Cavalo se revelasse pertinente e se tornasse em pouco tempo num dos certames de referência do género realizado em Portugal.

A Feira do Cavalo tem lugar no recinto da Expolima, área privilegiada para espaço de grandes exposições ao ar livre. Neste espaço há um grande picadeiro construído um grande picadeiro com vista à realização de actividades equestres onde se realizam anualmente vários tipos de provas nacionais e internacionais de hipismo, horseball e dressage.

Várias coudelarias nacionais marcam presença todos os anos expondo os seus produtos, cavalos de raça e cavaleiros de nomeada, oriundos de várias regiões, dão o brilho a esta manifestação, atletas internacionais participam nas mais diversas competições e diversos turistas deslocam-se à vila durante a época de verão para assistir ao evento.

Para além de provas equestres, há também os concursos que promovem as raças autóctones das diferentes regiões com o objectivo de preservação e divulgação de um património cultural.

Embora conte ainda com três edições, este evento já adquiriu relevância a nível nacional no âmbito do desporto equestre., tendo recebido no ano de 2009 o Prémio de Evento Internacional de Excelência pelo Turismo de Portugal.

Pelo facto de Ponte de Lima se inserir numa região marcadamente rural e tendo o Município defendido nos últimos anos a importância de uma política de ruralidade podemos concluir que este é um evento que acarreta grandes expectativas por parte da entidade promotora.

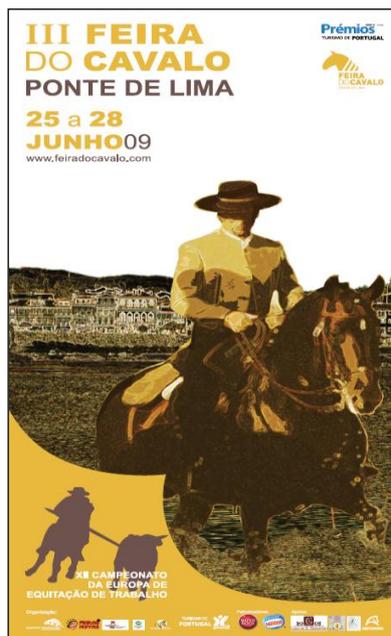


Fig.22: Cartaz da Feira do Cavalo 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

5.2.2 Outras Feiras

Feira Medieval

O Município de Ponte de Lima promove bianualmente, em parceria com a Associação Cultural e Recreativa de Xinzo de Limia, da Galiza, a Feira Medieval.

Realizada no Centro Histórico da vila durante o mês de Maio, a Feira Medieval faz o visitante recuar no tempo e leva-o ao convívio com personagens da Idade Média através de toda a decoração e animação realizada para o efeito. Artesanato, mercadores, malabaristas, bobos, música e alguns momentos teatrais são alguns dos ingredientes que compõem o cenário.

Durante os dias em que decorre a feira o visitante é convidado a participar no dia-a-dia de um burgo medieval ao provar comida da época, vestir o artesanato ou assistir a pequenas representações teatrais que promovem a interacção com o público.

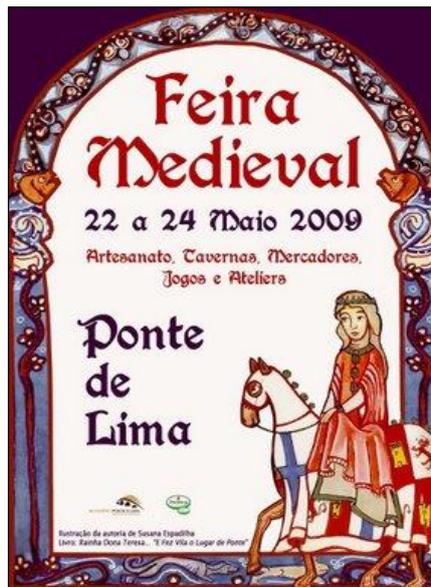


Fig.23: Cartaz da Feira Medieval 2009

Fonte: Município de Ponte de Lima

Feira da Caça, Pesca e Lazer

Esta feira, que teve a sua primeira edição em 2009, é organizada pelo Município de Ponte de Lima com a colaboração da Escola Profissional Agrícola de Ponte de Lima em parceria com a Federação de Caçadores de Entre Douro e Minho.

Através da realização deste evento pretende-se divulgar o património sinérgico e paisagístico, as associações de caça e ainda encontramos aqui um motor de divulgação da tradicional oferta turística.

No recinto da Expolima, durante a feira, podem encontrar-se expositores das mais variadas áreas: restauração (apresentação de “tasquinhas”), desporto aventura (demonstrações de mergulho), raças caninas (desfile de cães e corrida de galgos) ou ainda representação de estabelecimentos comerciais que vendem artigos de caça, pesca e lazer.

Durante o certame, que tem lugar anualmente no parque da Expolima, podemos assistir ainda a vários momentos de animação musical e seminários e colóquios onde se pretende incentivar ao debate das mais variadas questões sinérgicas.



Fig.24: Cartaz da Feira da Caça, Pesca e lazer 2010

Fonte: Município de Ponte de Lima

Feira do Artesanato

A P.L. Arte – Associação de Artesãos de Ponte de Lima organiza anualmente com o apoio do Município, a Feira do Artesanato no recinto da Expolima.

A associação visa a promoção e a divulgação do artesanato do concelho, reunindo nesta feira um conjunto de artesãos que têm assim oportunidade de expor o resultado do seu trabalho.

Durante os dias da sua realização, podemos encontrar os mais variados produtos de artesanato, como peças de granito, linho, lenços dos namorados, tamancaria, cestaria, tecelagem, trabalhos em madeira, arranjos florais e vários trabalhos decorativos, todos eles marcadamente característicos do Minho.



Fig.25: Cartaz da Feira de Artesanato

Fonte: Município de Ponte de Lima

Festa do Vinho Verde

A Festa do Vinho Verde e dos Produtos Regionais é uma iniciativa promovida pela Escola Superior Agrária de Ponte de Lima (ESAPL) e a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima (EPADRPL) em parceria com o Município de Ponte de Lima e a Adega Cooperativa de Ponte de Lima.

Este é um certame que se realiza anualmente, durante três dias, também na zona da Expolima – e tem como principal objectivo a promoção, divulgação dos vinhos verdes e de outros produtos regionais em paralelo com a organização de pequenos cursos de provas de vinho. Aliada a esta mostra está toda uma envolvência que permite também a promoção de alguns grupos musicais da região.



Fig.26: Cartaz da Festa do Vinho Verde e dos Produtos Regionais 2010

Fonte: Município de Ponte de Lima

Feira dos Petiscos

Nos últimos anos, em meados de Agosto, as tasquinhas regionais invadem a vila para darem a conhecer a gastronomia da região. Embora tenha como pratos de destaque o arroz de sarrabulho e a lampreia, nesta grande mostra há petiscos e iguarias dos mais diversos sabores.

Os vários estabelecimentos da restauração do concelho aproveitam a iniciativa do da Associação de Folclore de Ponte de Lima e o apoio do Município para participarem divulgando os seus produtos e procurando atrair novos clientes para os seus restaurantes.



Fig.27: Cartaz da Feira dos Petiscos 2010

Fonte: Município de Ponte de Lima

5.3 Os Festivais

Os festivais, enquanto eventos culturais, ajudam a captar a atenção, a animar atrações e equipamentos fixos, estimulando a repetição de visitas. Deste modo, maximiza-se e racionaliza-se o uso dos espaços, com os consequentes benefícios financeiros mas, também assistimos à preservação e difusão do património artístico e cultural pois estes eventos ajudam a animar atrações e equipamentos fixos, estimulando a repetição de visitas.

Através da oferta de atracções e eventos culturais, os territórios começam a atrair não só turistas mas também investimentos. Com a realização destes eventos é natural que surja uma indústria turística complementar, adequada às características do produto oferecido, com a consequente geração de actividade e diversificação económica, incorporando também novos espaços que podem ser partilhados pelas empresas e cidadãos desse destino.

Abaixo descrevemos resumidamente alguns dos festivais promovidos em Ponte de Lima nos últimos anos e que permitiram ao concelho uma maior notoriedade e possibilidade de promoção turística do que é hoje em dia a marca “Ponte de Lima.”

O Festival de Ópera e Música Clássica

Nos últimos anos, a vila de Ponte de Lima recebe anualmente no mês de Julho imensos visitantes de diferentes zonas do país com o propósito de assistirem ao Festival de Ópera e Música Clássica, com organização da Associação Opera Faber e patrocínio da autarquia.

Desde 2003 que cada Festival inclui a apresentação de uma ópera no Teatro Diogo Bernardes bem como a realização de vários concertos e eventos musicais na Casa Senhorial “Villa Moraes”, noutros edifícios históricos e nas ruas e praças de Ponte de Lima.

Essa transposição para o espaço público de um evento considerado, por vezes, elitista e reduzido a um público mutio específico fez com que o número de pessoas a assistir ao espectáculo aumentasse a cada ano.

Desde o início do Festival já foram apresentadas óperas famosas como “Le Nozze di Figaro” e “Don Giovanni”, de Mozart, “L’Elisir d’Amore” de Donizetti e “La Bohème”, de Puccini.

Da Comissão de Honra do Festival fazem parte figuras de grande destaque nacional como Maria Cavaco Silva, António Pappano, Laurence Dale e Vasco Graça Moura.

Compõe o Festival um programa diversificado direccionado para diferentes faixas etárias. Para os mais jovens promovem-se Concertos Infantis em parceria com a Academia de Música de Ponte de Lima e, conta ainda com recitais de violoncelo, piano e noites de canto lírico e árias.

Todas estas actividades são dinamizadas em espaços de referência do concelho, quer sejam casas senhoriais, jardins públicos, monumentos de elevado relevo histórico ou equipamentos municipais, como é o caso do Teatro Diogo Bernardes.

A destacar, no recinto do Festival Internacional de Jardins, um Concurso de Instrumentos Musicais, denominado “Faça Você Mesmo”, com prémios para os melhores instrumentos feitos em casa.



Fig.28: Cena da peça “As bodas de Fígaro”

Fonte: Município de Ponte de Lima

O Festival Internacional de Folclore

O Festival Internacional de Folclore, orientado para a música e a dança dos grupos folclóricos, constitui uma grande manifestação de cultura etnográfica local, regional, nacional e internacional.

Decorre anualmente durante os meses de Verão em vários Municípios portugueses e conta com a participação de vários grupos da Europa, Ásia e América Latina.

Organizado pelo Rancho Folclórico da Casa do Povo de Barbeita e com o apoio do Município de Ponte de Lima, este Festival pretende fomentar o intercâmbio de vivências entre ranchos de todo o mundo. Desta forma, dá-se a conhecer o nosso país e a região limiana, a cultura e também se possibilita a convivência entre expressões socioculturais diversas.

Devido ao colorido da multiculturalidade que projecta é um evento que tende nos últimos anos a ter um destaque cada vez maior no concelho.



Fig.29: Cartaz do Festival internacional de Folclore

Fonte: Município de Ponte de Lima

O Festival Expolima

Recentemente criado, este Festival abarca um conceito mais abrangente no que concerne a cena musical pois é dirigido a um vasto público.

As bandas seleccionadas para realizarem a sua performance musical neste evento são grupos de renome nacional e internacional, normalmente bastante conhecidas por todas as faixas etárias e pelos distintos públicos que a ele assistem.

O Festival realiza-se anualmente durante o mês de Agosto no maior espaço de exposição ao ar livre do concelho, a Expolima.



Fig.30: Cartaz do Festival Expolima 2010

Fonte: Município de Ponte de Lima

Programados para 2010 estão já algumas dinâmicas culturais sob alçada da equipa de técnicos do teatro Diogo Bernardes que podem ser consultados na tabela em anexo. (anexo 7)

5.4 As dinâmicas sociais e educativas induzidas pelos eventos

De acordo com Getz (1991a; 1991b), estes eventos culturais não são mais do que um conjunto de actividades concentrados num curto período de tempo, com um programa pré-definido. De múltiplas temáticas e dimensões, o seu denominador comum reside no seu carácter diferenciado e único relativamente à oferta turística permanente, o que os eleva acima do comum/quotidiano.

No caso concreto dos festivais, há, de facto, uma grande variedade de tipos, como refere Rolfe (citado em Gratton e Taylor, 1995, p.226), aquando da sua pesquisa sobre festivais britânicos:

“Alguns festivais concentram-se apenas numa forma de arte. Outros incluem actividades em muitas formas de arte. Para além de quase todos os géneros de música, existem festivais de dança, drama, cinema, literatura, poesia, marionetas, etc. e um sem número de combinações inovadoras de

formas de arte. De facto, a diversidade de festivais é tão grande que há muito de verdade num comentário de um membro da organização de um festival que refere que a única coisa que têm em comum é o título ‘festival!’”

Apesar desta diversidade, todos partilham uma característica comum: a intensidade da produção artística concentrada no tempo e delineada com objectivos bem definidos.

De forma a rendibilizar os investimentos realizados, importa incorporar estes eventos na oferta turística global do município, de forma a gerar um produto integral que permita oferecer mais e melhores serviços ao turista, prolongando ou incentivando novas visitas em momentos distintos dos da sua realização, convertendo-os em veículo e motor da dinamização e diversificação económica local (Pardo, 2001).

Não é diferente a intenção do Município de Ponte de Lima enquanto entidade parceira ou organizadora destas dinâmicas, pois ciente do impacto que estes eventos poderão ter no Turismo do concelho e da região, promove e divulga cada vez com maior afinco as suas ofertas culturais. E de um modo ainda mais incisivo nos últimos anos através do seu Gabinete de Comunicação e Imagem – o Gabinete Terra.

Capítulo VI

A voz dos actores locais

6.1 Análise das entrevistas

O critério de selecção dos entrevistados

A amostra consistiu em duas entrevistas realizadas aos representantes autárquicos, nomeadamente ao Presidente do Município e ao Vereador da Cultura e Educação tendo em conta o cargo que desempenham na estrutura orgânica da autarquia e os projectos/ actividades sob a sua alçada.

Ao actual Presidente do Município, pela vasta experiência em mandatos anteriores como Vice-Presidente da autarquia a responsável pelos Espaços Verdes do Município, optamos por colocar as questões relacionadas com o Ambiente, nomeadamente no que concerne dois projectos emblemáticos do concelho: o Festival Internacional de Jardins e a Área de Paisagem protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro D'Arcos (APPLBSPA).

Por sua vez, o Dr. Franclim Sousa, sendo responsável pelos pelouros da Educação, Cultura, Desporto e Acção Social era a pessoa indicada para nos proporcionar um forte contributo à reflexão de questões do âmbito cultural e educativo. Responsável há 9 anos pelos pelouros da Educação e Cultura tem uma visão alargada e interventiva tanto nos eventos mais tradicionais como nos de carácter inovador. É ainda um forte defensor da participação cidadã, nomeadamente através da mobilização das populações pelos movimentos associativos.

A opção pela escolha destes entrevistados prendeu-se com o facto de serem os grandes impulsionadores de muitos dos projectos descritos nesta dissertação. Além disso, devido às

funções que ambos ocupam na autarquia, encontram-se numa posição de relevo que lhes permite acompanharem os projectos desde o início. Esta posição privilegiada na organização hierárquica do município levou-nos a crer que seria importante ouvir a sua perspectiva.

As técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados foram a observação participante, as notas de campo, as entrevistas estruturadas aos dirigentes da autarquia e a análise documental, principalmente no que concerne a divulgação da informação do Município.

Abordagem sobre os projectos e as actividades desenvolvidas no concelho

Nos últimos anos aumentou o número de eventos promovidos e/ou apoiados pelo Município, nomeadamente as feiras e os espectáculos musicais. Para além da inovação destes eventos, continua a haver dinâmicas mais tradicionais como a Vaca das Cordas ou as Feiras Novas, que são aquelas que até hoje apresentam um elevado número de visitantes.

De carácter marcadamente rural e numa tentativa de revitalização de raças autóctones de bovinos, a Feira do Cavalo é uma feira com três anos de idade mas que adquiriu rapidamente uma posição de relevo na importância das dinâmicas culturais do concelho, como podemos destacar no discurso do Vereador da Cultura:

“Os eventos de maior impacto são a Feira do Cavalo; a Vaca das Cordas e as Feiras Novas. Os dois últimos são marcadamente tradicionais. Trata-se de eventos que fazem parte da identidade cultural de Ponte de Lima e das suas gentes. A Feira do Cavalo é diferente, atrai outros públicos e promove Ponte de Lima como destino equestre, num aproveitamento magistral de promoção duma raça autóctone: o garrano.”

Assim, são estes eventos de maior impacto que envolvem um elevado número de visitantes:

“o envolvimento é mensurável por todos aqueles que partilham dos e nos eventos. A afluência aos eventos tem sido excelente, o cálculo de número de pessoas faz-se pela área onde se desenvolvem os eventos e pelo grau de participação”.

Contudo, continuam a ser os eventos tradicionais como a Vaca das Cordas e as Feiras Novas aqueles que mais entusiasma a população local pois são *“eventos que fazem parte da*

identidade cultural de Ponte de Lima e das suas gentes". O Vereador da Cultura do Município enfatiza ainda acrescentando mesmo que "a Vaca das Cordas e as Feiras Novas estão no coração do povo, não têm impacto, moram no coração de cada limiano".

Pudemos, através das entrevistas verificar que, na generalidade, as dinâmicas culturais do concelho mobilizam a população limiana e apresentam uma popularidade crescente a cada ano que passa. Talvez as principais razões sejam as seguintes: uns porque são mais antigos e de cariz mais tradicional tornaram-se "*eventos que fazem parte da identidade cultural de Ponte de Lima e das suas gentes*", outros porque funcionam como "*uma grande oportunidade de desenvolvimento turístico do Alto Minho*" e conseqüentemente como veículo para um maior "*desenvolvimento sustentável da região*". Se atentarmos nas palavras do Dr. Franclim Sousa podemos ainda encontrar outras legítimas razões quando se refere aos eventos e às Feiras Novas em particular:

- *"estão no coração do povo, não têm impacto, moram no coração de cada limiano"*
- *"a Festa mais representativa das tradições alto-minhotas, romaria de noite e de dia"*
- *"Todos voluntários, assim como são voluntários todos aqueles que espontaneamente aderem a estes eventos."*

O papel do Município

O papel do Município prende-se cada vez mais com o de impulsionador e mobilizador de sinergias. Nos vários projectos e actividades que desenvolve e/ou apoia há cada vez mais a preocupação com o estabelecimento de parcerias no sentido de conseguir maior envolvimento e resultados mais satisfatórios.

No discurso do Presidente do Município, Eng^o Victor Mendes, podemos constatar que a criação da Área de Paisagem Protegida foi e continua a ser um bom exemplo da importância da reunião de sinergias:

"Temos depois parcerias com associações agrícolas para o desenvolvimento de alguns projectos que ... da raça minhota; com a COOPALIMA para o desenvolvimento de

projectos ligados á produção de produtos regionais, como temos também com escolas, quer seja do ensino secundário ou profissional.”

E essa reunião acontece por diversas vezes quando consideramos questões de carácter ambiental, uma vez que esta é uma das áreas de intervenção prioritárias das políticas municipais.

Há nos últimos anos uma forte preocupação com a preservação e divulgação do património ambiental, essencialmente junto da população estudantil do concelho. E a concentração de cada vez mais estudos, actividades e projectos voltados, ano após ano, para a Área de Paisagem Protegida são reflexo disso mesmo:

“A APP, para além da preservação e da manutenção dos ecossistemas – que é importante e é nossa obrigação enquanto poder local e enquanto cidadãos manter esses ecossistemas, manter a biodiversidade ou aumenta-la se possível - tem uma componente muito forte no que diz respeito à educação ambiental dos nossos concidadãos, nomeadamente nos mais jovens.”

O gradual aumento da consciência ambiental e a preservação de uma riqueza natural que se deve manter e cuidar cada vez mais são motivo de alerta:

“Nós queremos diferenciar o nosso território e torná-lo mais atractivo, mais competitivo. Relativamente a outros territórios, nós temos de ser diferentes e ser diferentes valorizando exactamente aquilo que são os nossos recursos. Nos nossos recursos, entre vários, está incluído o património ambiental e o património rural.”

A opinião dos representantes do Município no que concerne a reorganização da rede escolar é de que

“O processo tem decorrido com a maior discrição, auscultando-se as pessoas e as entidades. Felizmente para as crianças de Ponte de Lima, os pais e os professores perceberam bem cedo o desafio que se colocava entre um escola de e com futuro ou a estagnação que comprometia esse futuro. Ponte de Lima é um bom exemplo de uma Educação de qualidade.”

Com o processo de transformação das várias escolas dispersas pelas freguesias do concelho em centros educativos, o Vereador da Educação considera que as principais vantagens de tal ocorrência [se] *“traduzem em dois factores fundamentais: mais recursos educativos; melhor componente sócio-educativa.”*

E para que todas as forças educativas se conjuguem nesse sentido, o vereador da Educação refere-se ao Conselho Municipal de Educação como

“um espaço de debate que muito tem contribuído para reforçar os laços entre as várias instituições com interesse na educação, sendo também um espaço de esclarecimento e de informação sobre o “estado da Educação no concelho de Ponte de Lima”.

Considerando a escolha pela realização de determinados eventos de índole cultural em detrimento de outros, o Vereador da Cultura justifica essas opções salientando que:

“As actividades são devidamente programadas em função de vários factores entre os quais: efemérides, comemorações, oportunidades e sazonalidade. Cito o exemplo: Abril é o mês do Teatro, do Livro e do Livro Infantil; Março é o mês da Dança e da Mulher. O formato está desenhado sendo que algumas vezes é enriquecido pela oportunidade de se conseguir um espectáculo de nível com uma boa relação custo/benefício, que só pode ser encaixado em determinada data.”

Quando colocada a questão acerca da contribuição dos projectos municipais para uma “consciência educadora” da população na educação dos seus munícipes e considerando que entendemos essa educação num sentido mais lato e bem mais abrangente do que a educação escolar, o Presidente do Município refere que

“Hoje o grau de formação e educação é muito mais vasto e o grau de conhecimento que os nossos jovens têm que ter é bem mais vasto do que no meu tempo que era moldado entre quatro paredes. Hoje o mundo é global, o acesso à informação é cada vez maior e, portanto, há um conjunto de conhecimentos que os cidadãos têm de ter para além daqueles que são as actividades curriculares. E, nesse aspecto, a APP dá realmente um complemento muito importante numa área que é essencial à nossa manutenção enquanto seres humanos, que são realmente as questões ambientais, a necessidade que nós temos de preservar o nosso planeta.”

E num mundo de informação global onde o conhecimento é ferramenta básica para o sucesso, por vezes relegamos para segundo plano a componente humana e a importância de sermos cidadãos informados sobrepõe-se à de bem formados. É nesta óptica de formação cidadã que o Município tenta implementar os seus projectos acreditando que as actividades de animação promovidas contribuem para que *“a sociedade limiana [evolua] no sentido duma cidadania plena”*, como salienta o Vereador da Educação. Contudo, parece-nos bastante consciente do caminho que ainda há a fazer neste sentido pois *“Ainda estamos a alguma distância mas vamos pelo melhor caminho. A vontade, a auto-estima e o sentimento colectivo serão determinantes”*.

Acerca da viabilidade de um projecto de cidade educadora na vila de Ponte de Lima ambos os dirigentes acreditam nessa possibilidade sendo que o Vereador da Educação destaca Ponte de Lima como

“a cidade amiga das crianças” e justifica a sua afirmação dizendo que *“esta via é transversal a todas as outras. O que devemos oferecer às crianças? Melhor ambiente, melhores escolas, melhor educação, melhor qualidade de vida, melhor apoio social, mais segurança, mais reconhecimento, melhores condições de vida. É por tudo isto que a autarquia de Ponte de Lima luta diariamente e desta luta beneficiam todos os cidadãos, incluindo os idosos”*.

Claro que para que essa luta seja bem sucedida é necessário a mobilização de todos, ou seja, é fundamental que os cidadãos e as instituições se unam em prol desta causa, a causa da implementação de uma cidadania activa. E por isso o Presidente da autarquia foca que

“Acima de tudo o que é preciso mobilizar as consciências, é preciso mobilizar os cidadãos para que tenham consciência de que não compete apenas à administração a implementação de algumas políticas. As políticas da administração servem como fontes de financiamento, como linhas orientadoras em determinadas áreas mas é fundamental o envolvimento da sociedade civil.”

Podemos perceber através deste discurso que há uma preocupação com o envolvimento da população nos projectos dinamizados, no sentido de a tornar culturalmente mais activa. Exemplo disso mesmo foi o trabalho desenvolvido pela autarquia aquando da criação da Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro d’Arcos (APPLBSPA):

“Nós tivemos no início uma preocupação de desenvolver este projecto com a colaboração, com o envolvimento da população. Há sempre o “papão” de que sendo uma APP as pessoas não podiam fazer nada, o que não era verdade. No fundo, esta APP é uma área fortemente humanizada, fortemente moldada pela mão humana. O que fomos dizendo às pessoas é que nós queríamos exactamente o contrário, queríamos que eles continuassem a trabalhar e a fazer a gestão dos seus próprios terrenos tal como fizeram até aqui, sendo que no fundo foram mantendo aquela área até aos nossos dias”.

Sendo que posteriormente essa mesma colaboração e esse envolvimento necessários se reflectiram na afluência à estrutura depois de aberta ao público com as suas diversas valências – Quinta Pedagógica, Centro de Interpretação ambiental, Casas da Natureza – *“nós temos cerca de cem mil visitantes por ano. É muito agradável porque percebem que está ali uma APP com um grau de manutenção acima da média, com projectos diferentes”.*

O mesmo se verifica quanto ao tipo de participação quando consideramos as manifestações de carácter cultural como os eventos e a dinâmica das associações. O Dr. Franclim Sousa congratula-se com o facto de perceber a população com uma postura que

reflecte dinamismo e pró actividade, manifestando-se através da união em grupos com interesses comuns:

“O envolvimento é tal que apenas lhe refiro os seguintes exemplos: A Vaca das Cordas é feita pela Associação dos Amigos da Vaca das Cordas; O Festival de Folclore das Feiras Novas é feito pela Associação de Folclore de Ponte de Lima; O Encontro de rusgas das Feiras Novas é feito pela Associação de Amigos Tocadores de Concertina de Ponte de Lima; o Cortejo Etnográfico é feito pelas várias freguesias do concelho. Haveria outros exemplos, mas haverá maior envolvimento que este? Todos voluntários, assim como são voluntários todos aqueles que espontaneamente aderem a estes eventos.”

Perante tais resultados, é fundamental para o município continuar a apoiar estas colectividades quer a nível financeiro quer enquanto facilitador de condições de desenvolvimento de actividades e projectos pontuais. Parece-nos haver perfeita consciência por parte dos dirigentes da autarquia de que estas associações concelhias

“criam dinâmicas que têm sido de sucesso para realizarem o seu próprio projecto. Em concelhos similares não se encontram vários grupos de teatro, de música, de dança, e de desporto. Ponte de Lima tem 90 associações, destacadas pela diversidade dos seus objectivos e da sua acção”.

São essas associações que ajudam à permanência de inúmeras tradições do concelho e na revitalização de muitas outras por vezes já esquecidas e negligenciadas. E daí imana muitas vezes a força da colectividade no âmbito da sensibilização para questões culturais prementes.

O Município, embora seja uma entidade próxima das populações sabe, contudo, que não pode nem deve agir sozinho. Pelo contrário, podemos inferir através das suas acções e das palavras do Vereador da Cultura que se pretende cada vez mais a mobilização dos cidadãos:

“O Município por si só não consegue atingir o objectivo da sensibilização cultural. A sociedade civil é que deve transmitir a mensagem do que pretende. Há uma componente importante para o desenvolvimento cultural do concelho que é o associativismo.”

6.2 As potencialidades e limitações da intervenção municipal

Perante estas informações, quer-nos parecer de que não há uma percepção clara de como se poderia estruturar um projecto envolvente de Cidade Educadora que apela a todos os membros activos a trabalharem na cidade.

Contudo, a realidade do município de Ponte de Lima caminha no sentido da envolvimento em dinâmicas e projectos que seguem os princípios da cidade educadora.

Talvez possamos reflectir acerca da importância da criação de uma estrutura, um núcleo dinamizador que fizesse uma coordenação entre os vários projectos no sentido de potenciar as possibilidades educativas das várias actividades realizadas. Só neste sentido, poderíamos impedir de se tornarem projectos avulsos, estanques que acabam meio perdidos sem um fio condutor que os oriente conferindo-lhes sentido.

Esta constante alusão ao conceito de Cidade Educadora e à tentativa de caracterizar as dinâmicas culturais e educativas do concelho a luz desse conceito prendem-se com o facto de termos sempre presentes as características de uma real cidade educadora.

As cidades pertencentes a este movimento e/ou adeptas dos seus princípios destacam-se por cumprirem as seguintes condições:

- *ter a ideia clara de que a educação é uma acção que deve ser desenvolvida por toda a cidade;*
- *a educação vai para além das educações formais da comunidade escolar (ex: actividades culturais, desportivas...); todos estes elementos como educadores dos cidadãos;*
- *o público da cidade educadora são todos os cidadãos e não apenas uma porção, tentando por em pratica uma educação permanente;*
- *mobilização das instituições e organizações existentes para que ofereçam as suas contribuições educativas;*
- *o município pode ser um agente de apoio logístico e dinamizador de sinergias existentes em todo o concelho; o município pode ter um papel fundamental na definição de um projecto educativo global.*

Podemos, pois, assinalar na política autárquica a presença de princípios que orientam as políticas do *movimento das cidades educadoras*, embora não encontremos a mobilização da expressão *cidade educadora* como seu slogan legitimador e mobilizador da acção comunitária.

A percepção da necessidade do envolvimento de toda a população nas dinâmicas culturais e educativas da cidade, a clarificação junto dessa mesma população da importância desse envolvimento para o incremento de uma consciência de cidadania e a tentativa de mobilização das diferentes sinergias do concelho parecem-nos ser os pontos essenciais que deverão futuramente funcionar como preocupações municipais de primeira linha. Pois acreditamos que só caminhando nesse sentido será possível uma definição mais clara de um efectivo Projecto Educativo.

Contudo, pudemos concluir que existem no concelho recursos e dinamismos locais que funcionam como elementos integradores de políticas educativas locais concretizadas através de um “Projecto Educativo” de cidade.

Capítulo VII

Conclusões

Razões da escolha do tema

O concelho de Ponte de Lima foi palco, essencialmente nos últimos anos, de inúmeras dinâmicas que nos suscitaram interesse e nos fizeram questionar se tal facto seria resultado do carácter dinamizador e interventivo da autarquia incluído numa vertente cultural e educativa, numa perspectiva de desenvolvimento local, ou se o seu fim era economicista e quantitativo.

Embora ainda curta, a experiência destes últimos anos como funcionária num órgão da administração local foi essencial para me ajudar a compreendê-la como entidade muito complexa, mas muito próxima do cidadão – e portanto mais inter-relacionada com a comunidade. Uma administração com muitas possibilidades ainda em potência, com um papel fundamental na vida quotidiana do concelho.

Nos últimos cinco anos, o facto de ter desempenhado algumas funções distintas enquanto funcionária do Município, quer no pelouro do Ambiente, nomeadamente no Festival Internacional de Jardins, quer - de modo mais indirecto - no pelouro da Educação enquanto professora de Inglês no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo, ou ainda, e actualmente, na área social como técnica responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional, despertou ainda mais a curiosidade, que já existia como munícipe, para o funcionamento destas diferentes áreas.

Algumas interrogações viriam conseqüentemente a formar-se e o desejo de encontrar resposta às mais variadas questões - essencialmente, quais os planos de acção traçados nessas áreas e mediante que linhas orientadoras eles se formam – tornou-se cada vez mais premente.

As questões de partida

O estudo que realizámos tinha como principal objectivo a análise das políticas e a acção concreta do município nas áreas cultural e educativa, através da perspectiva da própria autarquia. Neste sentido, procurámos saber quais as iniciativas que foram desenvolvidas nestas áreas, essencialmente no período compreendido entre 2008 e 2009, e se estão orientadas no sentido de promover uma participação activa da comunidade.

Pretendia-se dar conta da maior ou menor diversidade de actividades, programas e serviços proporcionados aos munícipes, da sua organização mais ou menos fragmentada ou articulada, da configuração que assume a forma de regulação da educação na cidade e do papel ou papéis que o município se atribui: promotor, organizador ou provedor de actividades e serviços; parceiro ou fornecedor de recursos humanos, materiais ou financeiros; prestador de “assistência” ou concesso de “subsídio” numa lógica de ajuda pontual.

Colocava-se a questão de saber em que medida esse dinamismo tinha um carácter sistemático, com base numa política integrada e participada, ou se caracterizava apenas por um conjunto de acções meramente avulsas e pontuais.

Acreditamos que este poderá ser um contributo para um “despertar educativo” que leve à conseqüente consciencialização da importância da questão e à sua colocação na agenda política do município, de modo a que o estudo sirva para a existência de uma política concertada à escala local.

Por fim, parece-nos ainda de total pertinência sugerir que esta investigação sirva também como incentivo à adesão do Município ao Movimento das Cidades Educadoras.

Os resultados obtidos pela análise os dados provenientes de documentos e entrevistas

Caballo Villar define cidade educadora ou município educador como “um projecto de acção comunitária na medida em que se trata de um processo partilhado de organização colectiva no que, assumindo a educação como eixo transversal, se desenvolvem iniciativas articuladas que procuram o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades”. (2004:46)

Um dos direitos a uma cidade educadora¹² diz-nos que a cidade deve promover uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação, favorecendo a liberdade de expressão, a diversidade cultural, acolhendo tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular.

Considerando o direito acima transcrito e fazendo o paralelismo com os eventos realizados no concelho organizados e/ ou apoiados pela autarquia, constatamos que há por parte do poder local a preocupação em abarcar ambas as vertentes, a tradicional e a inovadora. Como, aliás, podemos verificar ao longo do Capítulo V, onde se procede a uma breve caracterização de feiras, festivais e outras festas com um grande leque de abrangência.

Conforme ensina Figueiredo, (2001: 81): "Trata-se de operacionalizar a educação para a cidadania, criando condições efectivas para a sua concretização, procurando saber viver com as nossas diferenças, reforçando a unidade onde é indispensável para defender o que nos é comum, mas encorajando a diversidade quando ela favorece o diálogo e a criatividade."

O que ainda não se vê claramente é uma visão mais nítida sobre a política educativa adoptada e, nesse sentido, talvez essas dinâmicas de coordenação pudessem ser úteis para encontrar essa orientação comum a todas.

A guisa de conclusão, podemos referir que o município tem potencialidades - como nos indica a informação contida nos anteriores capítulos III, IV ou V - mas é necessária uma maior articulação entre as várias actividades para que seja mais visível a intencionalidade educativa e o fio que a conduz.

Não queremos contudo referir com isso que o Município deverá assumir uma postura de "director" ou "controlador"; muito pelo contrário, pretende-se um papel dinamizador e potenciador de potencialidades, ou seja, de suporte, quer em termos logísticos quer monetários.

As potencialidades implícitas na dinâmica local observada

Ponte de Lima é um concelho inserido numa região marcadamente rural, daí que a actual política municipal recaia sob o lema de "Património, Ambiente e Ruralidade". A preocupação com o preservação e divulgação de um rico património ambiental, imaterial e histórico fez com que ao longo dos últimos anos se mantivesse um desenvolvimento equilibrado

¹² Princípios da Carta das Cidades Educadoras: I- o direito a uma cidade educadora; segundo princípio.

conjugando o urbanismo, o meio ambiente, as relações e as iniciativas educativas e culturais com serviços de primeira ordem e uma rede de equipamentos educativos em crescendo.

Como defende António Sousa Fernandes (1999), “os cidadãos têm do município uma imagem cívica e pública muito mais real e evoluída do que a legislação, onde predomina uma visão reducionista e privatística.” Consciente destas dificuldades, mas também da importância do poder local e potencialidades do desenvolvimento local, o Município de Ponte de Lima tem vindo a apostar numa política educativa municipal ampla e global, assente na gestão participada, na colaboração inter-administrativa e no estabelecimento de parcerias,¹³ visando a integração dos diversos agentes da comunidade e a valorização das suas potencialidades e recursos.

Não será pretensioso da nossa parte afirmarmos que, nos parece mesmo que este município revela dinâmicas muito semelhantes às de diversas cidades educadoras, como é o caso de Barcelona (referenciada no ponto 1.2 do Capítulo I), considerando claro as diferenças de dimensão entre ambos, quer pela variedade de actividades educativas e culturais propostas, quer pela consciência da importância da oportunidade e apelo à participação cívica e ainda por ter optado por colocar a questão educativa como prioritária nas decisões e políticas municipais.

Seria importante que o conceito de “Escola” fosse sinónimo de participação democrática efectiva de outros agentes escolares e extra-escolares na discussão e na busca do confronto de problemas comuns. Porque não levar para dentro das salas de aula temas e discussões, através de projectos, vinculados à realidade e aos problemas da comunidade?

A família, as instituições locais, as associações e as empresas são os chamados “novos cenários educativos”, assim intitulados por vários autores, entre os quais Cabezero (2004a, p. 38). Ao reconhecer a importância pedagógica desses outros lugares que se constroem para além do espaço institucional que se inscreveu na memória colectiva com o nome de escola, nesses outros lugares que chamamos educação não-formal ou educação informal, pretendemos enfatizar um território em que os processos de ensino-aprendizagem “redesenham-se” permanentemente, os conteúdos se multiplicam e instituem como sujeito aqueles que se envolvem. (Ibidem, p. 39).

¹³ Ao conceito de parceria estão associados conceitos como participação, co-responsabilização e comunicação, no sentido de interacção, de partilha dinâmica de objectivos, de trabalho de equipa. A parceria justifica-se no reconhecimento do papel da escola para o desenvolvimento local e vice-versa. É entendida como um modo de funcionamento e de organização entre actores de diferentes instituições que trabalham com o mesmo sentido, com as mesmas responsabilidades, para o bem local, não se verificando poderes exclusivos, mas tomadas de decisão negociadas, para que a parceria socioeducativa seja factor de transformações sociais, sentidas como necessárias e úteis para toda a comunidade.

Estamos numa época em que é cada vez mais perceptível a distinção entre tempo escolar e tempo educativo, ou seja, o tempo escolar é uma parcela de tempo de formação visto que os contínuos desafios do mundo actual exigem uma educação ao longo de toda a vida. Contudo, a escola tradicional revela-se agora incapaz de sozinha preencher esta nova necessidade. O facto de as pessoas viverem em diferentes espaços torna, cada um deles, determinante na aprendizagem de todos. Assim, a escola passará a ser apenas um desses espaços fazendo com que a diversificação de tempos e de espaços origine uma diversificação de agentes educativos com as suas influências cruzadas e muitas vezes determinantes no processo de formação da personalidade da sociabilização.

A nova sociedade exige mudanças rápidas, de forma transversal no sistema educativo. Educação entendida como um processo ao longo da vida, responsabilizado e partilhado pelos diversos agentes que fazem parte integrante dessa comunidade. E isto sem deixar de responsabilizar a escola como um instrumento poderoso para favorecer a inclusão social e para formar cidadãos críticos e mais capazes de seleccionar a informação e a transformá-la em conhecimento. Sempre em busca de uma sociedade educadora tal como é proposta pela UNESCO: “aprender para saber”, “aprender para fazer” e “aprender para viver em comunidade” (Carneiro, 1999, p. 200).

Perante a proximidade com o cidadão, as autarquias são chamadas à resolução de problemas que preocupam a comunidade local e muitas vezes funcionam como forte contributo não só a vitalidade da democracia participativa como a actividades que possam conduzir ao bem-estar das populações.

Julgamos ser particularmente interessante revisitar a antiguidade e retomar a cidade como símbolo de confluência de pessoas e culturas e também de lugar de debate e decisão política, lugar por excelência da democracia.¹⁴

¹⁴ O termo **democracia** surgiu na Antiguidade clássica, em Atenas, na Grécia, para designar a forma de governo que caracterizava a administração política dos interesses colectivos dos habitantes das cidades-estado. Para os gregos "demos" significa povo e "kratos" significa poder. Na concepção idealista da democracia grega, o poder ou "vontade do povo" se manifestava nas assembleias públicas das cidades-estado. Era quando os cidadãos reuniam-se para tomar decisões políticas de interesse da comunidade.

Na Idade Média, o termo caiu em desuso. Só reapareceria por volta do século 18, durante as revoluções burguesas que eclodiram no mundo ocidental. No século 20, a democracia voltou a ser objecto de grande interesse. Isso aconteceu especificamente a partir da década de 1950,

Concordamos com Sousa Fernandes (idem, p.13) quando afirma que uma “nova dimensão do conceito da cidade implica considerar que a Educação (...) dos cidadãos em geral não é somente responsabilidade das instituições formais (Estado, família, Escola), mas também deve ser assumida pelo Município, por Associações, Instituições Culturais, empresas com vontade educadora e por todas as instâncias da sociedade. Por isto, é necessário potencializar a formação dos agentes educativos não escolares e fortalecer o tecido associativo entre todos e todas”.

É, portanto, no quadro do Poder Local que as condições para o exercício democrático de funções políticas, participação na vida activa, em ordem à resolução dos problemas locais e à promoção do cidadão ao seu estatuto de educador, que melhor se conjugam, porque de acordo com PINTO, (2004; 145:46) efectivamente: "O lugar politicamente mais próximo dos cidadãos é o município. Os munícipes são vizinhos. São-no basicamente ao nível das freguesias, circunscrições administrativas ideais para a formação de identidade e para a prática de solidariedades. Da freguesia depressa se chega ao município. E o município já é uma ponte para o país e para o mundo."

A Cidade do Sonho

Sofres e choras? Vem comigo! Vou mostrar-te
O caminho que leva à Cidade do Sonho...
De tão alta que está, vê-se de toda a parte,
Mas o íngreme trajecto é florido e risonho.

Vai por entre rosais, sinuoso e macio,
Como o caminho chão duma aldeia ao luar,
Todo branco a luzir numa noite de Estio,
Sob o intenso clamor dos ralos a cantar.

Se o teu ânimo sofre amarguras na vida,

quando as sociedades ocidentais haviam passado por períodos de violência armada entre vários Estados, em decorrência das duas guerras mundiais.(Cancian;2005).

Deves empreender essa jornada louca;
O Sonho é para nós a Terra Prometida:
Em beijos o maná chove na nossa boca...

Vistos dessa eminência, o mundo e as suas
[sombras,
Tingem-se no esplendor dum perpétuo arrebol;
O mais estéril chão tapeta-se de alfombras,
Não há nuvens no céu, nunca se põe o Sol.

Nela mora encantada a Ventura perfeita
Que no mundo jamais nos é dado sentir...
E a um beijo só colhido em seus lábios de Eleita,
A própria Dor começa a cantar e a sorrir!

Que importa o despertar? Esse instante divino
Como recordação indelével persiste;
E neste amargo exílio, através do destino,
 Ventura sem pesar só na memória existe...

António Feijó, in 'Sol de Inverno'

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri.(org.) (2001) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*.DP&A. Rio de Janeiro.
- ALVA, Eduardo N. (1997) *Metrópoles (In)sustentáveis*. Relume-Dumará. Rio de Janeiro.
- ARANTES, O. VAINER, C. e MARICATO, E. (2000) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- AZEVEDO, José Maria (1996). *Os Nós da Rede. O Problema das Escolas Primárias em Zonas Rurais*. Porto: Edições ASA.
- BALL, S. (1989) *La micropolítica de la escuela. Hacia una teoría de la organización escolar*. MEC y BCN: Paidós. Madrid.
- BATLLORI, Isidro Molas (1990): “La ciudad y la ciudadanía democrática. Una perspectiva política”, in: *La Ciudad Educadora – La Ville Éducatrice*. Ajuntament de Barcelona, Regidora d’Edicions 1 Publicacions. Barcelona pp. 39-48.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003) *Comunidad. En busca de seguridad en eun mundo hostil*. Siglo XXI. Madrid.
- BELL, Judith (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science*. 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp. 145.

- BENEVIDES, M.V.M. (1994) *A cidadania ativa. Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. Ática. São Paulo.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*, Coleção Ciências da Educação. Porto Editora. Porto.
- BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (2000) *Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania*. IGCE-UNESP. Rio Claro.
- CABEZUDO, A. (1996) “Pensar a Cidade, Ensinar a Cidade”. In UNESCO Anais Seminário Internacional Cidades Educadoras contra a Exclusão e pela Paz. Curitiba, PR: Editora UFPR, UNESCO, AUGM.
- CALVINO, Ítalo. (1990) *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras. São Paulo
- CANEVACCI, Máximo. (1993) *A cidade polifônica*. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel.
- CARRANO, P.C.R. (2003) *Juventudes e Cidades Educadoras*. Rio de Janeiro: Vozes.p.09-38.
- CASTELLS, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1: A sociedade em rede*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- CHARLOT, B. (1994). La territorialisation des politiques éducatives: une politique national. In B. Charlot (Ed.), *L'école et le territoire: nouveaux espaces, nouveaux enjeux* (pp. 27-47). Armand Colin .Paris.
- CLARA, Coutinho & JOSÉ, Chaves (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 15 (1), pp. 221-244. CIEd - Universidade do Minho.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (1993) *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

- CORRÊA, Roberto Lobato.(1994) *A rede urbana*. Ática. São Paulo.
- DAVIS, Kingsley (et. alli). .(1977) *Cidades: a urbanização da humanidade*. Zahar. Rio de Janeiro.
- DENZIN, Norman (1984). *The research act*, Englewood Cliffs. Prentice Hall. NJ.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.
- ENGUITA, M. (1992) *Poder y participación en el sistema educativo. Sobre las contradicciones de la organización escolar en un contexto democrático*. Paidós. Barcelona.
- FERNANDES, F. (2004). *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3º ed. São Paulo. Martins Fontes.
- FERRARA, Lucrécia. (1990). *As máscaras da cidade*. Revista da USP, n.º 5, São Paulo.
- FIDEL, Raya (1992). The case study method: a case study, In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. CO Libraries Unlimited. Englewood. Pp. 238 p.37-50.
- FONSECA, J.P. (Org.) (1996) *A Educação Comunitária*. In *Educação Comunitária: Estudos e Proposta*. Editora SENAC. São Paulo.
- FREIRE, Paulo (1979). *Educação e Mudança*. São Paulo.
- FREIRE, P.(1987) *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, 9º.Edição. Rio de Janeiro.

- FREIRE, P. (2006) “Cidade Educadora e Educanda: É preciso educar por meio de uma educação para a Cidadania”. São Paulo. Revista Pátio. Ano X, no. 39. AGO/OUT 2006, p.53-55.
- GADOTTI, M. (Org.) (1993) Educação Comunitária e Educação Popular. Editora Cortez. São Paulo.
- GENRO, T. (2001) Para uma cultura solidária, uma cidade educadora. Uma cidade educadora para uma cultura solidária. In: *Seminário Nacional de Educação/ Secretaria Municipal de Educação*. SMED. Porto Alegre.
- GOMES, R. C. (1994). *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro. Rocco.
- GOMEZ, Gregório R., FLORES, Javier; JIMÈNEZ, Eduardo (1996). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*. Ediciones Aljibe. Malaga. pp. 378.
- HAMEL, J., DUFOUR, S. & FORTIN, D. (1993). *Case Study Methods*. Sage publications.
- HILLMAN, James (1993). *Cidade e Alma*. Studio Nobel. São Paulo.
- HUMET, Joan Subirats i (Coord.) (2002): *Gobierno local y educación – La importancia del territorio y la comunidad en el papel de la escuela*. Editorial Ariel, S.A. Barcelona.
- LIMA, Licínio, et al. (1988): *Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos*. Lisboa: Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Ministério da Educação.
- LIMA, M.S. (1989) *A cidade e a criança*. Nobel. São Paulo.
- LINCOLN, Yvonna (1990). *The making of a constructivist*. In Egon Guba (Ed) (1990) *The Paradigm Dialog*. Newbury Park. CA: SAGE Publications,. pp. 67-87.

- MATOSO, José (1992): *Cidades e História*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- MERTENS, Donna (1998). *Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative & Qualitative Approaches*. London. Sage Publications.
- MORIN, Edgard (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Cortez Editora/Unesco. São Paulo.
- MUMFORD, Lewis. (1965) *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes. São Paulo.
- PAIS, José Machado (2003). *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. Cortez. São Paulo.
- RICA, Agustin Hernando (1988). *Hacia un mundo de Ciudades. El proceso de urbanización*. Editorial Cincel. Madrid.
- SILVA, Jair Militão.(1996) “Educação comunitária e educação escolar: em busca de uma metodologia em acção educativa democratizadora”. In SILVA, Jair Militão (org) *Educação Comunitária: estudos e propostas*. Editora SENAC. São Paulo.
- SUBIRATS, J. (2003). “Educação: responsabilidade social e identidade comunitária”. In: GÓMEZ-GRANELL & VILA (org.). *A cidade como projecto educativo*. Artmed. Porto Alegre p.67-83.
- SUREDA, J. e Colom, A. J. (1989). *Pedagogía Ambiental*. Barcelona: Ediciones CEAC.
- TANUCCI, Francesco (2004). *La ciudad de los niños*. Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Madrid.
- TERRICABRAS NOGUERAS, José M. (1990). Recorrido conceptual por la ciudad educadora. Una perspectiva filosófica, Ayuntamiento de Barcelona. *La Ciudad Educadora*. Ajuntament de Barcelona. Barcelona. Pp. 25 – 37.

- TOLEDO, Leslie, Flores, Maria Luiz Rodrigues e Conzatti, Marli. (2004). *Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre*. Cortez/IPF São Paulo.
- TRILLA, J.B. (1996) Cidades Educadoras: Bases Conceituais. In UNESCO Anais *Seminário Internacional Cidades Educadoras contra a Exclusão e pela Paz*. Curitiba..PR:Editora. UFPR.UNESCO. AUGM.
- VOGEL, Arno (org).(1995). *Como as crianças vêem a cidade*. Pallas. Flacso. Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

- ALDEROQUI, Silvia & VILLA, Adriana. (1998) *A cidade revisitada*. In: AISENBERG, B. *Didáctica das Ciências Sociais II*. Barcelona.
- ALDEROQUI, Silvia (2002). “Enseñar a pensar la ciudad”. In: Alderoqui & Pompei Penchansky. *Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano*. Paidós, Buenos Aires.
- ALMEIDA, C.B. (2007). *Ponte de Lima: uma Vila Histórica do Minho*. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima. P.11.
- AMIGUINHO, A. (2004). *A Escola e o futuro do mundo rural*. Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- AURORA, Conde de (1959) “A Feira de Ponte” In *Roteiro da Ribeira Lima*. 3ª Edição.pp 1-12.

- AURORA, Conde de (1923). “A tradição taurófila do Lima.” In Almanaque de Ponte de Lima.
- BARROSO, João e DUTERCQ, Yves (2005). “La décentralisation de l’éducation au Portugal: un point de vue franco-portugais”. In : *Pouvoirs Locaux*, nº67/IV/2005, pp. 35-40.
- BENBASAT, I., GOLDSTEIN, D.K. and MEAD, M. (1987). *The Case Research Strategy in Studies of Information Systems*, MIS Quarterly, pp. 369-386.
- BORJA, J. (1990). “La ciudad conquistada. Un punto de vista desde la Sociología.” Ajuntament de Barcelona. Barcelona.
- BORJA, Jordi e MUXI, Zaida (2003). *El espaço público: ciudad y ciudadanía*. Electa. pp. 15-33.
- BRAVO, M^a Pilar Colás; EISMAN, Leonor Buendia (1998). *Investigación Educativa*, 3^a Ed. Ediciones Alfar. Sevilha.
- CABALLO VILLAR, Maria Belén (2001). *A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal*. Edições Piaget. Lisboa.p.15.
- CABEZUDO, Alicia (2004). “Cidade educadora: uma proposta para os governos locais”, in: *Cidade educadora, princípios e experiências*, pp. 11-14. Instituto Paulo Freire. Cortez Editora. São Paulo.
- CAMPELO, A. (2007). Património Imaterial de Ponte de Lima. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima.
- CANCIAN. R. (2005). Comissão Justiça e Paz de São Paulo: génese e actuação política 1972-1985. Ed. UFSCAR. São Carlos.

- CARNEIRO, Roberto (1999): Educação para a Cidadania e Cidades Educadoras. Macau: Edição do Leal Senado de Macau.
- COUTINHO, C. e CHAVES, J. (2002). “O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal”. Revista Portuguesa de Educação.15 (1). pp. 221-244. CIEd. Universidade do Minho. Braga.
- COUTO VIANA, A. M. (2002). Lendas do Vale do Lima.
- CRESWELL, John (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks. SAGE Publications.
- FAURE, Edgar (1972). *Aprender a ser*. Livraria Bertrand. Lisboa.
- FIGUEIREDO, I. (2001) Educar para a cidadania. Edições ASA. Porto.p.81.
- FORMOSINHO, J. (1989). “De serviço local de estado a comunidade educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa”. Revista Portuguesa de Educação.
- FORMOSINHO, J, e MACHADO, J. (2005). *Administração da educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Edições Asa.
- GADOTTI, M. et alii. (2000) Perspectivas actuais da educação. Artmed. São Paulo.
- GADOTTI, Moacir; PADILLA, Paulo Roberto, e CABEZUDO, Alicia, (Orgs.) (2004): *Cidade educadora, princípios e experiências*. Instituto Paulo Freire. Cortez. Editora. São Paulo.
- GADOTTI, Moacir, e PADILLA, Paulo Roberto (2004). “Escola cidadã. Cidade educadora: projecto político-pedagógico e práticas em processo”, in: *Cidade educadora, princípios e experiências*, pp. 121-140. Instituto Paulo Freire, Cortez Editora. São Paulo.

- GETZ, D. (1991). *Festivals, special events and tourism*. Van Nostrand Reinhold. New York.
- GÓMEZ-GRANELL, C., & Villa, I. (Edits.). (2001). *La ciudad como proyecto educativo*. Octaedro. Barcelona.
- GRATTON, C. e TAYLOR. P.D. (1995). "Impacts of festival events: a case study of Edinburgh". In *Tourism and spatial transformations – implications for policy and planning*. Ashworth e Dietvorst (ed.) CAB International. United Kingdom. London.p.226.
- GUBA, Egon e LINCOLN, Yvonna (1994). Competing paradigms in qualitative research In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. Pp 105-117.
- KETELE, J.M. e ROGIERS, X. (1999). Metodologia da recolha de dados.
- LAVILLE, J. L. et SAINSAULIEU, R. (1998). *Sociologie de l'association. Des organizations à l'´epreuve du changement social*. Desclée de Brouwer.
- LEFEBVRE, Henri (1991). *O direito à cidade*. Ed. Moraes São Paulo.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Instituto Piaget. Lisboa
- Machado, Joaquim (2001). Escola e Avaliação Interna. In *Formação e Avaliação Institucional* (pp. 53-66). Cadernos Escola e Formação. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga-Sul.
- MACHADO, Joaquim (2004): "Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação", in: *Políticas e Gestão Local da Educação – Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar*. Pp. 161-172. Universidade de Aveiro. Aveiro.

- MARTINS, J. C. (2006) In VIEIRA. A.S. Feiras Novas de (1826-2006). (Posfácio) Ponte de Lima. Ed. Foto Lethes.
- MERRIAM, Sharan (1998). *Qualitative Research and Case Studies Applications in Education: Revised and Expanded from Case Study Research in Education*. Jossey-Bass Publishers. San Francisco.
- PARDO, J. (2001). “*Patrimonio, turismo y desarrollo local: situación y perspectivas.*” Comunicação apresentada no Curso – modelos de Gestão Cultural: Cidade, Património cultural y turismo. Plan de formação de la Federación Española de Municipios y Provincias 2001. Olite y Bértiz. Pamplona.
- PINTO, J. (2004). Prefácio in M.B. Caballo Villar. *A cidade Educadora de organização e intervenção municipal*. Instituto Piaget Lisboa.
- POWNEY, J. e WATTS, M. (1987). *Interviewing in educational research*. Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), "The World Social Forum and the Global Left", *Politics & Society*, 36. 2. 247-270.
- SANVISENS MARFULL, Alexandre (1990). Hacia un concepto de ciudad educadora, in Ayuntamiento de Barcelona, *La Ciudad Educadora*. Ajuntament de Barcelona Barcelona. pp. 141 – 151.
- SENNETT, Richard.(1988). O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Companhia das Letras. São Paulo.
- SOUSA FERNANDES, A. (1996). Os municípios portugueses e a educação. As normas e as práticas. In: J. Barroso e J. Pinhal (org.). A administração da educação. Os caminhos da descentralização. Actas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional. Edições Colibri Lisboa. Pp.113-124.

- SOUSA FERNANDES, A. (1999). “Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente”. In: J. Formosinho, A. Sousa Fernandes, M. J. Sarmiento e F.I. Ferreira. *Comunidades educativas. Novos desafios à Educação Básica*. Livraria do Minho Braga.
- SOUSA FERNANDES, A. (2003). “Descentralização da administração educacional: a emergência do município como interventor educativo”. Lisboa. Comunicação apresentada no Congresso do Fórum Português de Administração Educacional.
- STAKE, Robert E (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks. Sage Publications. CA.
- TAVARES, António Augusto (1993): “Nas origens da cidade”, in: *A cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, pp. 11-26. Universidade Aberta. Lisboa.
- TRILLA BERNET, Jaume (1990): “Introducción”. In: *La Ciudad Educadora – La Ville Éducatrice*. Ajuntament de Barcelona. Regidora d'Edicions. 1 Publicacions. Barcelona. Pp. 13-21.
- TRILLA BERNET, J.(1993): “La Educación y La Ciudad”. In: *Otras educaciones, animación sociocultural, formación de adultos y Ciudad Educativa*. Editorial Anthropos. Barcelona.
- TRILLA, J. (1997). *Animação Sociocultural*. Ariel.
- TRILLA-BERNET, Jaume (2003), *La educación fuera de la escuela – ámbitos no formales y educación social.*, Ariel Educación. Barcelona.
- WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade”. In. VELHO, Otávio G. (org.). *O fenómeno urbano*.
- WOODS, W.A. (1987). *Grammar, Augmented transition network*.

- YIN, Robert (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks. SAGE Publications. CA.

Outros documentos consultados

- Carta das Cidades Educadoras
- Manifesto das Bibliotecas Públicas (1994).
- “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares”. (1996). Lisboa.
- Brochura do Serviço Educativo – Ponte de Lima. (2009)
- Estrutura orgânica da Câmara Municipal
- Relatório de Actividades de 2009 do Teatro Diogo Bernardes
- Relatório de Actividades de 2009 do Arquivo Municipal
- Relatório de Actividades de 2009 da Biblioteca Municipal
- Normas do Serviço Educativo do Museu dos Terceiros.
- Notas de Imprensa do Município de Ponte de Lima
- Panfletos, desdobráveis e brochuras diversas das festas, feiras e festivais.
- Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1º Ciclo do ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

Sítios consultados

<http://www.pontedelima.com>, consultado em 24/05/09;
<http://www.feiradocavalo.com>, consultado em 25/05/09;
<http://pontedelima.blogspot.com>, consultado em 25/05/09;
<http://www.festivaldejardins.cm-pontedelima.pt>, consultado em 2/06/09;
<http://www.cm-pontedelima.pt>, consultado em 2/06/09;
<http://wwwweb23-diogo-bernardes.rts.pt>, consultado em 5/06/09;
<http://www.forumcidade.blogspot.com>, consultado em 12/06/09;
<http://www.unhasdodiabo@blogspot.com>, consultado em 16/06/09;
<http://www.alea-estp.ine.pt>, consultado em 20/07/09;
<http://portal.min-agricultura.pt>, consultado em 21/07/09;
<http://cm-pontedelima.pt>, consultado em 23, 24, 28 /07/09.
<http://ia.fc.ul.pt/textos/lbrunheira/>, consultado em 28/12/09.
<http://arquivo.cm-pontedelima.pt/historial.aspx>, consultado em 03/03(2010
<http://www.dglb.pt>, consultado em 05/04/2010
<http://www.etap.pt>, consultado em 07/04/2010
<http://www.epralima.com>, consultado em 07/04/2010
<http://www.ufp.pt>, consultado em 07/04/2010
<http://www.uab.pt>, consultado em 07/04/2010

Anexos

Anexo 1

ÁREA PROJECTO “DESCOBRE COMO NASCE UM CÓDICE”

TEMÁTICA	LOCAL INTERVENÇÃO	COMPET. ESSENCIAIS	CONT. CURRICULARES	OBJECTIVOS	MATERIAIS
Fabricar papel com marca de água	Laboratório de conservação e restauro do Arquivo Municipal	- Mobilizar saberes e conhecimentos de diferentes disciplinas;	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Visual e Tecnológica; • Língua Portuguesa; • Matemática; • Ciências Naturais; • História e Geografia de Portugal. 	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer os processos de fabrico de papel artesanal; - empregar correctamente materiais e técnicas de produção de suporte escrito; - identificar uma marca de água; - elaborar uma réplica de um código; - relacionar a importância do livro com a divulgação da palavra escrita e impressa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel branco e de celulose; • Linhas; • Agulhas; • Couro; • Régua e esquadros; • Espátula de osso; • X-acto; • Formão e sovela; • Lápis de carvão e de cor; • Colas.
Regramento		- Realizar tarefas e actividades de forma autónoma e organizada;			
Escrita e Iluminura		- Explorar a capacidade de observação, de expressão artística e de linguagem.			
Preparação de encadernação					
Costura e encadernação					

VISITAS AO ARQUIVO - ANO LECTIVO 2008/2009

	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto
EB1 Poiães	20	20									
Curso VALIMAR (preservação e conservação de documentos de arquivo)	16										
EB1 Freixo		23		21			20				
EB1 Freixo		21									
EB1 Freixo											
EB1 Freixo				24		24	22				
EB1 São Bernardo - Aveiro		78									
EB1 Correlhã		20		22			18	24			
EB1 Correlhã		24						20			
EB1 Fornelos		28									
EB1 Cepões		48									

EB1 Calheiros						36					
EB1 Ponte de Lima						278		133			
EB1 Seara						34					
EB1 Vitorino das Donas								38			
Câmara da Ribeira Grande						3					
Escola Secundária de Ponte de Lima							17	20			
Curso Turismo (?)							12				
Escola Básica Integrada - São João de Loure (Albergaria-a-Velha) - 9º ano									20		
Lar D. Maria Pia											8
TOTAL	36	262	0	67	0	375	89	235	0	20	8

Programação do Teatro Diogo Brenardes 2009

MESES	ACTIVIDADES
Janeiro	As Janeiras
Março	<ul style="list-style-type: none"> - IV Ofélia – Festival Feminino de Tunas - Concerto- Quarteto Remix pela Academia de Música de Viana do Castelo - Revista “É isto e pouca treta” de Lopes de Almeida pela Companhia de Teatro Sá da Bandeira
Abril	<ul style="list-style-type: none"> - Concerto da Academia de Música de Viana :Conto Musical “A lágrima e a Estrela”. - Espectáculo de Marionetas “O problema do Corvo”. - I Congresso Internacional de Animação Sociocultural e os desafios do séc. XXI
Maiο	<ul style="list-style-type: none"> - Concerto do Tim (membro do grupo “Xutos e Pontapés”). - Lançamento do Livro de Miguel Miranda “O rei do volframio” pelo Prof. Fernando Hilário. - Teatro “O meu menino” pela Companhia de teatro de Tozé Martinho. - Teatro “O médico à pressa” e “Das 10 às 11” pelo Grupo de Teatro da Facha - Teatro “Saídos da Caixa” com Guilherme Leite e Luís Aleluia. - V Fernandinho – Festival de Tunas
Junho	- Espectáculo de Ballet Ponte da Barca e Ponte de Lima.

Julho	- Ópera: “Le nozze di Figaro”.
Agosto e Setembro	Sem programação
Outubro	- Encontro – Encontro Nacional de Concertinas, Inatel.
Novembro	- Entronização dos Confrades e Mestres da Confraria da Cerveja.
Dezembro	- “Coral Gospel”.

Caracterização das Visitas Guiadas ao Teatro Diogo Bernardes 2009/2010

	<ul style="list-style-type: none"> - a época de construção;
<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento histórico do espaço 	<ul style="list-style-type: none"> - tipo espectáculos que serviu o teatro; - o público de antigamente e os seus interesses; - os públicos de hoje e os seus interesses.
<ul style="list-style-type: none"> • Divisão do teatro em espaços 	<ul style="list-style-type: none"> - o Estar, o Ver e o Fazer.
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das características técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> - tipos de mesas de som; - tipos de mesas de luz; - varas eléctricas ou electrificadas; - os sistemas de ligação; - a intercomunicação; - a projecção multimédia.
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem as questões de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - sinalética – para que serve; - como sair em caso de emergência; - os materiais e as características obrigatórias; - os espaços com formas de segurança diferentes.
<ul style="list-style-type: none"> • Breve simulação do funcionamento técnico 	<ul style="list-style-type: none"> - luz, som, teia e sub-palco.
<ul style="list-style-type: none"> • Passagem da linguagem 	<ul style="list-style-type: none"> - o que é uma rotunda? - quantas peças tem uma rotunda?

teatral ao grupo, com pequena simulação em palco

- qual o nome de cada peça?
- como funciona uma teia?
- que linguagem específica se usa para comunicar para a teia?
- o que é a direita/esquerda de um palco?
- como se divide o palco para a representação?

- **Como se faz chegar o espectáculo ao público?**
 - a preparação dos actores, bailarinos, músicos;
 - a organização da luz, som, cenários;
 - os técnicos e as suas funções.

- **Por onde passam os actores?**
 - camarins, entradas e saídas, zonas interditas e organização do espaço.

Anexo 5

Programação Área Projecto do Museu dos Terceiros 2008/2009

Mês	Tema	Actividade	Objectivos específicos	Local de intervenção
Outubro	- O Museu dos Terceiros	Visita Guiada ao Museu dos Terceiros	-compreender a importância do Museu dos Terceiros	Sala do Serviço Educativo
	- Colecção de Pintura	Construção e pintura/decoração do cenário	como património cultural; - promover hábitos de valorização cultural; -conhecer e explorar espaços e funções do Museu dos Terceiros; -desenvolver os gosto pelas artes plásticas.	
Novembro	Música no Convento	Escolha da música a ser interpretada e seu ensaio	- conhecer diferentes tipos de música;	Coro do Convento de Santo António
			- desenvolver o gosto pela música.	
Dezembro	Música no Convento	Ensaio geral e apresentação pública da música	-apresentar publicamente uma composição musical com suporte conventual	Coro do Convento de Santo António
Janeiro	Peças em mau estado (colecções de escultura, cerâmica e pintura)	Conservação preventiva de uma peça	- compreender o objectivo da conservação preventiva;	Sala do Serviço Educativo

			- usar técnicas de conservação preventiva.	
Fevereiro	Ordem Terceira Brasão da Ordem Terceira	Realização de uma réplica do livro dos Estatutos da Ordem Terceira	- conhecer as Ordens religiosas fundadas por S.Francisco de Assis; - identificar os símbolos franciscanos	Igreja da Ordem Terceira/Sala Consistorial
Março	Horas no Convento	Construção do horário de um frade	- conhecer o dia-a-dia num convento aprendendo as horas	Igreja de Santo António
Abril	Paramentaria	Representação do ano litúrgico	-identificar diferentes vestes litúrgicas; - conhecer o significado das cores litúrgicas; -associar cores a épocas litúrgicas.	Sacristia do Convento de Santo António
Maior	Plantas aromáticas/medicinais	Enigma dos aromas	- distinguir vários tipos de plantas e sua utilização	Jardim dos Simples

Anexo 6

Associações do Concelho de Ponte de Lima

1	Corpo Nacional Escutas - Anais
2	Anais Futebol Clube (Inatel)
3	Associação Cultural Recreativa e Desportiva Arcuense
4	Corpo Nacional de Escutas - Arcozelo
5	ACRA - Associação Cultural e Recreativa de Arcozelo
6	Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana - Arcozelo
7	Grupo de Animação Cultural do Bário
8	Associação Cultural e Recreativa de Beiral do Lima - ACREBEL
9	Associação Jovens de Bertandos
10	Grupo Desportivo de Bertandos
11	Rancho Folclórico e Etnográfico de Sto. Estevão da Boalhosa
12	Associação Desportiva e Cultural Estrelas de Brandara
13	1ª Companhia de Guias de Cabaços
14	Futebol Clube de Cabaços
15	ACDR de Calheiros
16	Associação Cultural e Desportiva de Cepões
17	Grupo de Bombos - Unidos de Cepões
18	Rusga Típica da Correlhã
19	ADC da Correlhã
20	Escola Infantil de Folclore da Correlhã
21	Rancho Folclórico da Correlhã
22	Grupo Columbófilo Limiano (Correlhã)
23	Associação Social Cultural Recreativa e Desportiva de Estorãos - A Ponte
24	Grupo Cultural de Estorãos
25	Grupo Cultural de Estorãos
26	Associação Cultural e Desportiva Fachense
27	Grupo de Música Popular da Feitosa/Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Feitosa
28	Associação Desportiva de Fontão
29	Grupo de Gaiteiros "Os Populares" de Fornelos
30	Associação Grupo Etnográfico Infantil do Centro Paroquial de Freixo
31	Casa do Povo de Freixo
32	Ronda do Sol Poente
33	Banda de Música de Gandra - Centro Paroquial Gandra
34	Escola de Música Centro Paroquial - Gandra
35	Corpo Nacional de Escutas - Gandra
36	Rancho Folclórico das Lavradeiras Gandra
37	Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Gandra
38	Associação Povo Santiago da Gemieira
39	União Desportiva e Cultural da Gemieira
40	Rancho Folclórico As Lavradeiras de Gondufe
41	GAL - Grupo Animador da Labruja
42	Grupo Desportivo de Moreira
43	Banda de Música da Casa do Povo de Moreira
44	Escola de Música de Moreira

45	Corpo Nacional de Escutas de Moreira
46	Rancho Folclórico Etnográfico da Casa do Povo de Poiares
47	Associação Social Desportiva Recreativa S.Tiago Maior - Poiares
48	Associação de Dadores de Sangue de Ponte de Lima
49	Associação de Tocadores e Amigos da Concertina
50	Associação Luso Britânica
51	Associação Limiana dos Amigos dos Animais de Rua (ALAAR)
52	Academia de Futebol de Ponte de Lima
53	Batotas - Clube Desportos Radicais
54	Clube Náutico
55	Confraria Gastronómica do Sarrabulho à Moda de Ponte de Lima
56	Associação Guias de Ponte de Lima
57	Escola Desportiva Limiana
58	GACEL - Grupo de Acção, Cultura e Estudos Limianos
59	Grupo Cultural e Recreativo de Danças e Cantares de Ponte de Lima
60	Grupo de Cultura Musical de Ponte de Lima
61	Judo Clube - Julima
62	Instituto Limiano
63	Casa do Concelho Ponte de Lima
64	Associação de Folclore de Ponte de Lima
65	Associação Cultural Recreativa e Desportiva do S. Brás
66	Corpo Nacional de Escutas de Rebordões Santa Maria
67	Grupo Desportivo Águias de Souto
68	Grupo de Espadeladeiras de Rebordões Souto
69	Grupo Etno-Folclórico de Refoios
70	Associação Cultural Desportiva e Recreativa do Rancho da Ribeira - ADERIR
71	Corpo Nacional de Escutas da Ribeira
72	Associação Cultural Desportiva Jovens de Sá
73	Grupo de Danças e Cantares do Neiva - Sandiães
74	Clube Cultural e Recreativo de Santa Comba
75	Associação Desportiva e Cultural da Seara
76	Seara Trilhos
77	Associação Cultural Desportiva do Grupo Folclórico de Sta. Marta de Serdedelo
78	Associação Desportiva Vitorino das Donas
79	Grupo Cultural Musical - Orquestra de Vitorino das Donas
80	Comissão Organizadora Sul d´Lima - Vitorino Donas
81	Corpo Nacional de Escutas de Vitorino dos Piães
82	Associação Cultural Recreativa Danças e Cantares de Vitorino dos Piães
83	Associação Juventude de Piães
84	Associação Grupo de St.º André - Vitorino dos Piães
85	Grupo Desportivo Vitorino dos Piães
86	CAL - Comunidade Artística Limiana
87	CLAC - Clube Limiana de Automóveis Clássicos

: Programação das dinâmicas culturais 2010

ACTIVID.	Cantar dos Reis	Concertos de Inverno	Folclore de Inverno	Teatro de Revista	Desfile da Tradição	Feira das Velharias	Desfile de Carnaval	Feirões Tradicionais	Queima do Judas	Vaca das Cordas	Festa da Criança	Feira do Livro	Festa do Vinho Verde	Feira do Cavalo	Feira da Caça e Pesca	Festival Expolima	Feira do Artesanato	Festival Internacional de Folclore	Feira dos Petiscos	Feira dos Saldos	Feiras Novas	Ativação nas Freguesias		
Janeiro																								
Fevereiro																								
Março																								
Abril																								
Maio																								
Junho																								
Julho																								
Agosto																								
Setembro																								
Outubro																								
Novembro																								
Dezembro																								

Anexo 8 A

Entrevista I

Vereador da Educação, Cultura, Desporto e Acção Social

Dr. Franclim Sousa

1- Quais os eventos com maior impacto? Pode referir dois que se destaquem?

Os eventos de maior impacto são a Feira do Cavalo; a Vaca das Cordas e as Feiras Novas. Os dois últimos são marcadamente tradicionais. Trata-se de eventos que fazem parte da identidade cultural de Ponte de Lima e das suas gentes. A Feira do Cavalo é diferente, atrai outros públicos e promove Ponte de Lima como destino equestre, num aproveitamento magistral de promoção duma raça autóctone: o garrano. Considero que este evento é uma grande oportunidade de desenvolvimento turístico do Alto Minho, assim a administração central e os autarcas dos outros concelhos o entendam como uma grande oportunidade de desenvolvimento sustentável da região.

2- Porque é que acredita que esses eventos têm impacto junto da população?

A Vaca das Cordas e as Feiras Novas estão no coração do povo, não têm impacto, moram no coração de cada limiano. Esta forte empatia, extravasa de tal forma que contagia as pessoas que vêm a Ponte de Lima por estas ocasiões. Quem vem às Feiras Novas uma vez, vem duas e três. Fica cliente da Festa mais representativa das tradições alto-minhotas, romaria de noite e de dia. A Feira do Cavalo para lá caminha, está nos seus primeiros anos, mas já constitui uma das referências de Ponte de Lima, com nível nacional e internacional e vivida com espírito minhoto.

3- Considera que essas actividades têm um grande envolvimento da população?

O envolvimento é tal que apenas lhe refiro os seguintes exemplos: A Vaca das Cordas é feita pela Associação dos Amigos da Vaca das Cordas; O Festival de Folclore das Feiras Novas é feito pela

Associação de Folclore de Ponte de Lima; O Encontro de rusgas das Feiras Novas é feito pela Associação de Amigos Tocadores de Concertina de Ponte de Lima; o Cortejo Etnográfico é feito pelas várias freguesias do concelho. Haveria outros exemplos, mas haverá maior envolvimento que este? Todos voluntários, assim como são voluntários todos aqueles que espontaneamente aderem a estes eventos.

4- Como se concretiza isso, em termos de número de afluência?

Repare, o envolvimento é mensurável por todos aqueles que partilham dos e nos eventos. A afluência aos eventos tem sido excelente, o cálculo de número de pessoas faz-se pela área onde se desenvolvem os eventos e pelo grau de participação.

5- Qual o papel que as actividades culturais do município têm desempenhado numa maior consciência do cidadão em relação à cultura?

O Município por si só não consegue atingir o objectivo da sensibilização cultural. A sociedade civil é que deve transmitir a mensagem do que pretende. Há uma componente importante para o desenvolvimento cultural do concelho que é o associativismo. O Município tem caminhado por aí, promove e apoia as associações e estas criam dinâmicas que têm sido de sucesso para realizarem o seu próprio projecto. Em concelhos similares não se encontram vários grupos de teatro, de música, de dança, e de desporto. Ponte de Lima tem 90 associações, destacadas pela diversidade dos seus objectivos e da sua acção. Mesmo assim, fica um espaço que o Município ocupa para promover espectáculos, workshops, debates, conferências, ateliês e seminários, complementando a acção do associativismo.

6- Dado que o município desenvolve várias actividades culturais existe algum tipo de coordenação entre elas ou "actua" de modo avulso?

As actividades são devidamente programadas em função de vários factores entre os quais: efemérides, comemorações, oportunidades e sazonalidade. Cito o exemplo: Abril é o mês do Teatro, do Livro e do Livro Infantil; Março é o mês da Dança e da Mulher. O formato está desenhado sendo que algumas vezes é enriquecido pela oportunidade de se conseguir um espectáculo de nível com uma boa relação custo/benefício, que só pode ser encaixado em determinada data.

7-Considera que o município, com as actividades de animação que promove e apoia contribui para uma verdadeira formação cidadã?

É esse um dos objectivos mas como “ Roma e Pavia não se fizeram num dia”, digo-lhe convictamente que a sociedade limiana tem evoluído no sentido duma cidadania plena. Ainda estamos a alguma distância mas vamos pelo melhor caminho. A vontade, a auto-estima e o sentimento colectivo serão determinantes.

8-Como se está a desenvolver o processo de transformação de escolas dispersas no concelho em centros educativos?

O processo tem decorrido com a maior discrição, auscultando-se as pessoas e as entidades. Felizmente para as crianças de Ponte de Lima, os pais e os professores perceberam bem cedo o desafio que se colocava entre um escola de e com futuro ou a estagnação que comprometia esse futuro. Ponte de Lima é um bom exemplo de uma Educação de qualidade.

9-Quais as vantagens que acredita que as crianças enquanto alunos terão com estes novos centros?

As vantagens traduzem-se em dois factores fundamentais: mais recursos educativos; melhor componente sócio-educativa.

Recursos: Salas de aula confortáveis, quadros interactivos, computadores, biblioteca, sala polivalente, actividades de enriquecimento curricular; escola a tempo inteiro, instalações dignificantes para satisfação dos direitos das crianças.

Sócio-Educativa: Melhor apoio social, cantinas modernas, melhor alimentação, maior socialização, mais segurança, melhores recreios e melhores transportes.

10-Tendo em conta que o conselho Municipal de Educação foi constituído recentemente, qual o papel que, na sua opinião, este órgão pode prestar à Educação?

O Conselho Municipal de Educação [CME] já existe há bastantes anos, simplesmente em cada mandato autárquico é necessário reconstituí-lo em função das pessoas que vêm a exercer alguns cargos. O CME é acima de tudo um espaço de debate que muito tem contribuído para reforçar os laços entre as várias instituições com interesse na educação, sendo também um espaço de esclarecimento e de informação sobre o “estado da Educação no concelho de Ponte de Lima”.

11- Acha que um projecto de “cidade educadora” – onde se pretende a mobilização dos cidadãos - será viável em Ponte de Lima?

Hoje há autarquias que querem ser tudo, “cidade educadora”, “cidade saudável”, “cidade amiga das crianças”. Ponte de Lima sobre esta matéria já tomou a sua opção: é “cidade amiga das crianças”. Porquê? Porque esta via é transversal a todas as outras. O que devemos oferecer às crianças? Melhor ambiente, melhores escolas, melhor educação, melhor qualidade de vida, melhor apoio social, mais segurança, mais reconhecimento, melhores condições de vida. É por tudo isto que a autarquia de Ponte de Lima luta diariamente e desta luta beneficiam todos os cidadãos, incluindo os idosos.

Por isso, “Ponte de Lima já é cidade educadora,” sem pertencer oficialmente ao grupo das “cidades educadoras” mas tão só ao grupo das “cidades amigas das crianças”, que mobiliza os cidadãos.

Entrevista II

Presidente do Município de Ponte de Lima

Eng.º Victor Mendes

- 1- Como surgiu a ideia de “investir” na área ambiental, nomeadamente no que concerne exemplos como a Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro d’Arcos (APPLBSPA) ou o Festival Internacional de Jardins?**

Bom, surge de uma estratégia que naturalmente foi adoptada há algum tempo e que achava e acha – os resultados estão à vista - que se nós queremos diferenciar o nosso território e torná-lo mais atractivo, mais competitivo relativamente a outros territórios, nós temos de ser diferentes. E temos de ser diferentes valorizando exactamente aquilo que são os nossos recursos. E nos nossos recursos, entre vários, estão incluídos o património ambiental e o património rural. E é nesse sentido que surge a ideia de classificar a APPLBSPA com um espectro fortíssimo.

E depois com gestão das infra-estruturas e dos equipamentos, quer dentro da APP quer da Quinta de Pentieiros e posteriormente com o Festival Internacional de Jardins, que resultou de uma visita a Chaumont e onde nós verificamos que uma vila do vale do Loire, na zona dos castelos, uma vila medieval, muito parecida com Ponte de Lima, recebia por ano para visitar o Festival de Jardins 300,000 pessoas, envolvia duzentos e não sei quantos projectos, vinte e não sei quantos jardins ... e que naturalmente podia ser uma coisa com sucesso em Ponte de Lima, como se veio a concluir depois, exactamente por ser diferente e por Ponte de Lima já ter uma dinâmica muito grande associada aos jardins; Ponte de Lima ganhou vários prémios a nível nacional relativamente à Vila mais Florida de Portugal, ficou em lugares de destaque a nível internacional e portanto a dinâmica dos jardins – uns jardins verdes que têm uma mensagem de carácter ambiental - e de preocupações também de ligação à arte... enfim, jardins diferentes. Foi essa a estratégia e bem que se adoptou. Naturalmente que a APP, para além da preservação e da manutenção dos ecossistemas – que é importante e é nossa obrigação enquanto poder local e enquanto cidadãos manter esses ecossistemas, manter a biodiversidade ou aumenta-la se possível

- tem uma componente muito forte no que diz respeito à educação ambiental dos nossos concidadãos, nomeadamente nos mais jovens. E depois, a Quinta de Pentieiros com a ligação ao mundo rural, entendendo a globalidade do nosso concelho como um factor diferenciador e em que vale a pena apostar.

2- Há a colaboração de outros parceiros?

Há. A APP é uma área que está aberta a todos aqueles que queiram colaborar. Nós temos um conjunto de protocolos com várias instituições, sejam privadas, nomeadamente na área do desporto aventura, turismo de natureza... Temos depois parcerias com associações agrícolas para o desenvolvimento de alguns projectos como é o caso da raça minhota; com a COOPALIMA para o desenvolvimento de projectos ligados à produção de produtos regionais, como temos também com escolas, quer seja do ensino secundário ou do ensino profissional. Há apenas uma lacuna que vamos agora procurar resolver no âmbito de um projecto a que nós vamos dar o nome de “Conservar com Justiça”, que é procurar que as empresas e os cidadãos – que têm também responsabilidades do ponto de vista ambiental - nos possam ajudar do ponto de vista financeiro para desenvolver alguns projectos que naturalmente nós não temos de imediato capacidade financeira para os implementar com tanta rapidez. E portanto é uma área onde infelizmente ainda não há em Portugal sensibilização como há noutras partes do mundo. Muitas vezes o nosso tecido empresarial é muito débil, nomeadamente no concelho e na região e noutras situações em que não há ainda abertura por parte das empresas para – através de mecenato - ajudar este tipo de projectos, que são naturalmente projectos diferentes, e que com o somatório deles nós aumentamos a consciência ambiental dos concidadãos que é fundamental para a manutenção do nosso planeta.

3- Quais os programas desenvolvidos no âmbito da APPLBSPA? E a que público têm sido dirigidos?

Bom, nós temos vários projectos. Claro que hoje naturalmente a maior parte dos projectos está ligado à Quinta de Pentieiros, mas os projectos são globais. Temos na APP, para além da Área em si que é um espaço aberto, livre, um laboratório vivo onde são feitas visitas, onde alguns investigadores também ali trabalham; temos um centro de ciência viva ligado ao mundo vegetal e animal onde as crianças das nossas escolas desenvolvem as suas experiências devidamente acompanhadas. E depois temos um conjunto de trabalhos no âmbito do serviço de educação da

APP ligados a várias temáticas desde a floresta, às energias alternativas, à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, aos recursos hídricos, as actividades ligadas ao mundo rural – porque a APP é no fundo também um catalizador e uma alavanca para o desenvolvimento de alguns projectos fora da APP ligados ao desenvolvimento rural, como é o caso do alojamento que existe dentro da APP, com os albergues, os bungalows e o parque de campismo rural - mas depois o desenvolvimento de um conjunto de projectos extra APP como é o caso da rede de albergues de montanha que está a ser desenvolvido e que tem o acompanhamento na própria APP com a central de reservas; é a produção dentro da APP – e começa a haver uma dinâmica nessa matéria - de produtos regionais, os nichos de mercado: as compotas, licores, a própria cidra, o artesanato, o turismo da natureza, o desporto aventura. O acompanhamento também nos trilhos, nos passeios pela montanha ... Enfim, um conjunto de projectos que estando assentes na APP são importantes do ponto de vista daquilo que é o desenvolvimento do concelho. No caso concreto, do desenvolvimento rural. A agricultura biológica é outra área onde temos apostado fortemente e aquilo que se pretende na APP é que nós possamos dar o exemplo de transmitir essa mensagem para o exterior e depois as pessoas in loco e as associações possam aproveitar essas ideias para poderem desenvolver os seus próprios projectos; também é uma função tão ou mais importante do que as próprias actividades feitas no espaço territorial quer da APP quer da região.

4- Qual o grau de sucesso junto da população deste projecto?

É grande. Nós tivemos no início uma preocupação muito grande de desenvolver este projecto com a colaboração, com o envolvimento da população. Há sempre o “papão” de que sendo uma APP as pessoas não podiam fazer nada, o que não era verdade porque o fundo, esta APP é uma área fortemente humanizada, fortemente moldada pela mão humana. O que fomos dizendo às pessoas é que nós queríamos exactamente o contrário, queríamos que eles continuassem a trabalhar e a fazer a gestão dos seus próprios terrenos tal como fizeram até aqui, sendo que no fundo foram mantendo aquela área até aos nossos dias. Infelizmente esse é que é o grande dilema da APP, o absentismo dos proprietários que não têm idade e rentabilidade para poderem trabalhar os terrenos. As pessoas perceberam exactamente isso, perceberam porque logo na primeira semana de criação da APP alguém com medo chegou ali e abateu meia dúzia de árvores mas as pessoas perceberam que não era isso que estava em causa e a mensagem que passou para as pessoas é que tinham e podiam fazer o que tinham feito até ao momento. Era isso o que nós queríamos. Depois, as pessoas ficaram descansadas – as juntas de freguesia também tiveram um papel importante, pedagógico de sensibilização das populações, a nossa equipa no início também fez esse papel e portanto, com raras excepções, nunca houve problema por parte da população que

hoje entende aquele projecto como sendo um projecto deles e, portanto, nessa matéria também aí foi um bom exemplo.

Relativamente aos visitantes, nós temos cerca de cem mil visitantes por ano. É muito agradável porque percebem que está ali uma APP com muita qualidade do ponto de vista das infra-estruturas e dos equipamentos e um grau de manutenção acima da média, com projectos diferentes e, portanto, com raras excepções, a avaliação de quem nos visita é altamente positiva. Só há uma área onde as pessoas dizem que nós não conseguimos ter tanto sucesso, que é no grau de conhecimento da própria APP. Há muita gente que diz que não foi fácil conhecer a APP, que há pouca gente ainda a conhecer a APP mas fazemos um esforço para que essa APP seja cada vez mais conhecida dentro da região e no país.

5- Ultimamente debate-se muito a questão da importância do papel do Município na educação dos seus munícipes. Considerando que essa educação deverá ser mais abrangente do que a educação escolar, acha que esses projectos podem contribuir para uma “consciência educadora” da população?

Claro. Hoje o grau de formação e educação é muito mais vasto e o grau de conhecimento que as nossas crianças e os nossos jovens têm que ter é bem mais vasto do que no meu tempo que se moldava a quatro paredes. Hoje o mundo é global, o acesso à informação é cada vez maior e portanto há um conjunto de conhecimentos que os cidadãos têm de ter para além daqueles que são as actividades curriculares. E nesse aspecto, a APP dá realmente um complemento muito importante numa área que é essencial à nossa manutenção enquanto seres humanos que são realmente as questões ambientais, a necessidade que nós temos de preservar o nosso planeta. E isso tem uma maior acuidade nesta altura de crise em que nós podemos conjugar as questões ambientais com a questão da redução das facturas em termos economicistas, como seja a factura energética, a redução da recolha dos resíduos sólidos urbanos, a necessidade que nós podemos e devemos ter de ter o retorno à terra e portanto, o projecto que também está sob o chapéu da APP, as Hortas Urbanas, tem sido um bom exemplo. É, portanto, uma altura muito propícia para que nós consigamos sensibilizar a população para alguns valores ligados ao ambiente, à natureza e à terra que entretanto se perderam e que vale a pena reactivar.

6- Quais os projectos/actividades que têm sido desenvolvidos nesse sentido?

Bom, na área educativa nós temos tido um bom trabalho que foi feito pelo executivo e também pelo ministério da educação. Verdade seja dita que fez um bom trabalho no 1º ciclo com:

a implementação das AEC, as actividades extra curriculares, que realmente dão uma dimensão muito maior àquilo que é a formação das nossas crianças; das nossas experiências na área do ambiente, na área da música, na área do desporto, do inglês. Enfim, são todas áreas que são fundamentais hoje ao desenvolvimento integrado em termos de percurso profissional das nossas crianças. Enfim, nós temos procurado também - e aí a construção dos nossos centros educativos e dos respectivos equipamentos que estão associados, nomeadamente os quadros interactivos, as novas bibliotecas, os espaços internet, etc. e a construção dos equipamentos desportivos também de qualidade adjacentes às escolas - têm sido um factor de dinamização e de melhoria substancial da qualidade de ensino e de aprendizagem que nós damos às nossas crianças e aos nossos jovens. No fundo, serve também uma política que nós implementamos para a nossa juventude – nós somos o concelho mais jovem no distrito e naturalmente também temos responsabilidades acrescidas nessa matéria. E dentro do que são as nossas competências, as nossas prioridades orçamentais passamos a nossa mensagem nessa área.

7- Concorda que o município tem um papel importante nesta questão educativa junto das populações?

Tem, tem. O Município naturalmente que tem um papel importante nessa matéria e noutras e também foi por isso que nós elegemos como primeira prioridade a questão da educação e da mobilização dos nossos concidadãos, sejam as crianças, os jovens ou os menos jovens pois essa é a melhor forma de preparar os nossos cidadãos para os desafios do futuro. E, portanto, se nós não tivermos gente preparada e com formação nem o concelho, nem a região, nem o país conseguirão atingir um patamar de desenvolvimento como outros países que têm feito uma aposta forte na educação.

8- Acha que um projecto de “cidade educadora” – onde se pretende a mobilização dos cidadãos - será viável em Ponte de Lima?

Penso que sim. Acima de tudo o que é preciso é mobilizar as consciências e é preciso mobilizar os cidadãos para que tenham consciência de que não compete apenas a administração a implementação de algumas políticas. As políticas da administração servem como fontes de financiamento, como linhas orientadoras em determinadas áreas mas é fundamental o envolvimento da sociedade civil para que dentro desse envolvimento haja uma maior eficácia e uma maior rapidez na implementação dessas mesmas políticas, e portanto acho que é uma

excelente ideia em Ponte de Lima ou em qualquer outra parte do mundo pode e deve ser implementada.